

Cristiano Ferreira (org.)

SESSENTA ANOS DO GOLPE DE 1964

DA RENÚNCIA DE JÂNIO À DEVOUÇÃO DO MANDATO DE JANGO

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

323

SENADO FEDERAL



No dia 21 de novembro de 2013, foi aprovado o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRCN), de autoria minha e do senador Pedro Simon, que anulou a sessão do Congresso de 2 de abril de 1964 e, assim, fez reparação histórica à presidência legítima de João Goulart. Corrigimos, por ato legislativo fiel à Constituição Federal, a farsesca declaração de vacância da Presidência da República, apesar de os golpistas terem conhecimento da presença do então presidente em solo brasileiro, porque nesses termos foram informados por manifestação escrita de Goulart. No pulso dos acontecimentos que se sucederam a essa imoral e soturna sessão noturna, seguiu-se um pesadelo que nos afligiu por 21 anos.

Esta reedição do livro de Carlos Castelo Branco se insere no contexto dos sessenta anos do Golpe Militar de 1964 e traz fatos importantes que o antecederam e culminaram na renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Na presente edição acrescentamos dois importantes documentos para a interpretação contemporânea dos desdobramentos desse ato, o primeiro, publicado pelo arquivo “S”: *Em 1961, Congresso aceitou a renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros* e o segundo, o PRCN 4/2013, que *devolveu, simbolicamente, a presidência a João Goulart*.

Carlos Castelo Branco, testemunha privilegiada dos acontecimentos da época, para além das justificativas histriônicas com que a análise política ligeira animou nosso anedotário político, aventou hipóteses sobre as motivações que levaram Jânio a abdicar do poder.

Além do olhar crítico desse extraordinário exemplo da história do jornalismo brasileiro, o prefácio de Luiz Gutemberg e análise de Emir Sader, ambos mantidos integrais nesta reedição, são excelentes fontes complementares de consulta para compreendermos o relato de Castelo Branco e o contexto político que viveu à época.

Senador Randolfe Rodrigues

Carlos Castelo Branco nasceu em Teresina, em 25 de junho de 1920, filho do desembargador Cristino Couto Castelo Branco e Dulcila Santana Castelo Branco. Teve sete irmãos: Florisa, Alita, Hélio, Amélia, Adelina, Lucídio e Maria Dulce.

Fez o primário e o ginásial em Teresina. Em 1937, foi para Belo Horizonte, onde bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1943. Teve como colegas de turma, entre outros, Wilson Castelo Branco, Oscar Dias Correia e Rondon Pacheco.

Iniciou sua carreira de jornalista em *O Estado de Minas*, em 1938, como repórter de polícia. No final de 1945 veio para o Rio, para *O Jornal* e o *Diário da Noite*, também dos Diários Associados. Foi também editor político de *O Cruzeiro*. Em 1953, sem deixar os Associados, passou a chefe de redação da *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Colaborou em diversos jornais, entre os quais a *Folha de S. Paulo*, *O Mundo*, *O Estado de S. Paulo*, e nas revistas *Comércio*, *Manchete*, *Revista da Semana*.

Em 1959 deixou *O Jornal* e foi para o *Diário Carioca*, onde criou a coluna *Diário de um Repórter*, com pequenas notas sobre política. Só em 1962, entretanto, deixaria definitivamente os Associados, encerrando sua coluna em *O Cruzeiro*. Assumiu a Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto no governo Jânio Quadros e, em 1961, se estabeleceu em Brasília.

Começou a escrever a *Coluna do Castelo*, em 1962, na *Tribuna da Imprensa* e, a partir de 1º de janeiro de 1963, no *Jornal do Brasil*. A *Coluna do Castelo* só teve sua publicação suspensa no *JB* a partir da prisão do autor pela ditadura militar, na madrugada de 13 de janeiro de 1968, até 3 de janeiro de 1969.

Pertenceu à Academia Brasileira de Letras onde tomou posse em 1983. Em 1984, sucedeu a seu pai na Academia Piauiense de Letras.

Em 1952 publicou, pela Editora A Noite, um volume de *Continhos Brasileiros* e, em 1959, o romance *Arco de Triunfo*, que teve três diferentes edições. Com base na *Coluna do Castelo*, publicou, a partir de 1975, *Introdução à Revolução de 64*, em dois tomos: *A agonia do Poder Civil* e *A queda de João Goulart*. Seguiu-se a coletânea os *Militares no Poder*, em três volumes.

Presidiu o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, entre 1976 e 1981. Em homenagem a sua corajosa defesa da categoria ao longo da ditadura militar, o prédio do Sindicato recebeu o seu nome.

Casou-se em 11 de dezembro de 1948 com Élvia Lordello de Mello, que conhecera em maio do mesmo ano em *O Jornal*, onde ela era repórter. Do casamento vingaram três filhos: Rodrigo, falecido em maio de 1976, Luciana e Pedro, falecido em abril de 2003.

No ano de 1978 recebeu o mais antigo prêmio internacional de jornalismo, o Maria Moors Cabot, que é destinado, desde 1939, pelos curadores da Universidade Columbia para jornalistas notáveis do hemisfério ocidental.

Voltou a morar no Rio em abril de 1993 e faleceu em 1º de junho daquele ano.

Sessenta anos do golpe de 1964

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

Cristiano Ferreira
Organizador

Sessenta anos do golpe de 1964

da renúncia de Jânio à devolução do
mandato de Jango

Edições do Senado Federal
vol. 323

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 323

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Anderson Oliveira, Cristiano Ferreira, Emilly Monteiro e Mariana Mello

Capa: Thomas Gonçalves e Leonardo Matoso

Imagem da capa: Greve dos Estudantes do Recife, 1961

Projeto gráfico e diagramação: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 – DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Sessenta anos do golpe de 1964 : da renúncia de Jânio à devolução do mandato de Jango / Cristiano Ferreira org. — Brasília : Senado Federal, 2024. 208 p. : il., fots. — (Edições do Senado Federal ; v. 323)

ISBN: 978-65-5676-444-3

1. Política e governo, Brasil, 1961-1964. 2. Presidente da República, Brasil. 3. Parlamento, homenagem, Brasil. 4. Quadros, Jânio, 1917-1992. 5. Goulart, João, 1919-1976, homenagem. I. Ferreira, Cristiano, org. II Série.

CDD 320.981

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Coimbra Diniz – CRB1-1179

SUMÁRIO

PREFÁCIOS

A RENÚNCIA DE JÂNIO E O GOLPE DE 64: A NAÇÃO RUMO AO ABISMO	7
<i>Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho Editorial do Senado Federal</i>	
A TÉCNICA DO TESTEMUNHO EM CARLOS CASTELO BRANCO	11
<i>Luiz Gutemberg</i>	
O RESGATE DA VERDADE!	27
<i>Senador Renan Calheiros, presidente do Senado Federal</i>	

A RENÚNCIA DE JÂNIO 29

UM DEPOIMENTO	
<i>Carlos Castelo Branco</i>	
Capítulo I	31
Capítulo II	37
Capítulo III	45
Capítulo IV	49
Capítulo V	59
Capítulo VI	73
Capítulo VII	83
Capítulo VIII	87
Capítulo IX	93
Capítulo X	99
Capítulo XI	103
Capítulo XII	107
Nota explicativa	115
De vereador a presidente	117
O XVIII Brumário de Jânio Quadros	125
<i>Emir Sader</i>	

**EM 1961, CONGRESSO ACEITOU A RENÚNCIA E
ABORTOU GOLPE DE JÂNIO QUADROS** 135

PRESIDENTE ESPERAVA QUE POVO, CONGRESSO E FORÇAS
ARMADAS EXIGISSEM SUA VOLTA AO PODER; ELE, PORÉM,
SÓ ACEITARIA SE GANHASSE SUPERPODERES

Ricardo Westin

SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL 155

DEVOLUÇÃO SIMBÓLICA DO MANDATO PRESIDENCIAL DE
JOÃO GOULART – 18/12/2013

Início da sessão 157

Minuto de silêncio 157

Discurso do senador Pedro Simon 159

Discurso do senador Randolfe Rodrigues 169

Discurso do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique

Eduardo Alves 197

Apresentação de vídeo-documentário 200

Anúncio da Resolução nº 4 de 2013 do Congresso Nacional 200

Entrega do diploma simbólico de presidente 201

Hino Nacional com Fafá de Belém 202

Discurso do sr. João Vicente Goulart 203

Discurso do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros 207

PREFÁCIO

A RENÚNCIA DE JÂNIO E O GOLPE DE 64: A NAÇÃO RUMO AO ABISMO

*Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal*

No dia 21 de novembro de 2013, foi aprovado o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRCN), de autoria minha e do senador Pedro Simon, que anulou a sessão do Congresso de 2 de abril de 1964 e, assim, fez reparação histórica à presidência legítima de João Goulart. Corrigimos, por ato legislativo fiel à Constituição Federal, a farsesca declaração de vacância da Presidência da República, apesar de os golpistas terem conhecimento da presença do então presidente em solo brasileiro, porque nesses termos foram informados por manifestação escrita de Goulart. No pulso dos acontecimentos que se sucederam a essa imoral e soturna sessão noturna, seguiu-se um pesadelo que nos afligiu por 21 anos.

Esta reedição do livro de Carlos Castelo Branco se insere no contexto dos 60 anos do Golpe Militar de 1964 e traz fatos importantes que o antecederam e culminaram na renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Na presente edição, acrescentamos dois importantes documentos para a interpretação contemporânea dos desdobramentos desse ato, o primeiro, publicado pelo Arquivo “S”: *Em 1961, Congresso aceitou a renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros*, e o segundo, o PRCN 4/2013, que devolveu, simbolicamente, a presidência a João Goulart.

Jânio foi o recurso da direita civil e militar para barrar o avanço dos governos que ousavam responder às demandas populares e defender a soberania nacional, fenômeno notável de que constitui exemplo as eleições de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, assim como a expressiva votação de João Goulart, do PTB, à vice-presidência, na chapa do general Henrique Teixeira Lott, em 1960. A fórmula que se tornou recorrente no arsenal da direita, no Brasil, consistiu em lançar candidatos de fora do espectro político convencional, que vocalizavam o discurso de paladinos da luta contra a corrupção e defensores dos costumes liberais que emergiram após a Segunda Guerra Mundial, ornado entre o folclórico e o messianismo de ocasião.

Nesse cenário, a aventura janista, financiada pelas classes dominantes sudestinas, apresentava-se como independente, apolítica – apesar de o candidato ter sido vereador, deputado, prefeito e governador –, guardião da moral e dos bons costumes e com insinuações nacionalistas, de forma a distrair o eleitor de considerar propostas de candidatos mais progressistas.

Jânio venceu, trocou as pernas e renunciou.

Carlos Castelo Branco, testemunha privilegiada dos acontecimentos subsequentes, para além das justificativas histriônicas com que a análise política ligeira animou nosso anedotário político, aventou hipóteses sobre as motivações que levaram Jânio a abdicar do poder.

Além do olhar crítico desse extraordinário exemplo da história do jornalismo brasileiro, o prefácio de Luiz Gutemberg e a análise de Emir Sader, ambos mantidos integrais nesta reedição, são excelentes fontes complementares de consulta para compreendermos o relato de Castelo Branco e o contexto político que viveu à época.

Do depoimento de Carlos Castelo Branco podemos depreender a relação de Jânio com dois dos pilares políticos de então, as lideranças militares e o Congresso. A renúncia presidencial não foi ato doidivano como se pretendeu crer para consumo das massas, depois que veio a fracassar. Fora antes discutida pelo presidente com o chefe da Casa Civil, Francisco de Paula Quintanilha, com o ministro da Justiça, Pedroso Horta, com o secretário particular de Jânio, José Aparecido de Oliveira, com o chefe da Casa Militar, general Pedro Geraldo, e com os ministros marechal Odillo Denis, almirante Silvio Heck e brigadeiro Grum Moss. Não foi, em absoluto, resultado de um mal-estar presidencial.

Os militares apelaram de imediato ao ânimo do presidente, opondo-se unidos à renúncia cogitada. A seguir, apresentaram armas para dar consequência ao golpe que se desenhava. O marechal Odillo Denis pôs as forças armadas à disposição para “intervenção na Guanabara, o fechamento do Congresso”, como fosse ordenado por Jânio, e o brigadeiro não deixou dúvidas sobre o veto a uma possível sucessão presidencial que tivesse por titular João Goulart.

Confirmando o desprezo que Jânio tinha pelo Legislativo, não houve discussão da renúncia com o Congresso. A Casa recebeu do então ministro da Justiça um comunicado lacônico sobre a decisão do presidente, que está acrescido a este livro como parte do documento editado pelo Arquivo “S”.

À relação difícil do governo Jânio com o Congresso vieram se somar os excessos de força do Exército contra as manifestações estudantis de Recife. Foram razões suficientes para os parlamentares vincularem ao presidente teorias golpistas que lhe assegurassem poderes ditatoriais, de preferência, sem que o Congresso questionasse a autoridade absoluta que ele almejava.

Na renúncia, Jânio vislumbrava a oportunidade para concentrar poderes em um retorno triunfal. Algo que, verificou-se, estava bem distante da realidade, pois tanto o Congresso quanto os próprios militares logo reconheceram o ato e projetaram oportunidades para si mesmos, na vacância da presidência. Seria o golpe dentro do golpe.

As ondas de legalidade, lideradas por Brizola e pelo general Lott, que se levantaram no país contra o arbítrio planejado à posse de João Goulart certamente foram elementos decisivo para um recuo tático. Impedidos de levar adiante as aspirações golpistas, naquele momento, os militares e o Congresso forçaram a implantação do Parlamentarismo no Brasil, situação de exceção para conter os poderes presidenciais de Goulart.

A busca de Goulart por retomar a Presidência da República ocupou parte de seus primeiros anos de governo. O país só voltou à normalidade com o referendo de janeiro, de 1963, que restaurou o presidencialismo. A medusa golpista, contudo, continuou latente e subterrânea até que, convicta de que não embarcava numa aventura, desferiu o golpe de 1º de abril, que mergulhou o país nas trevas de uma ditadura nunca antes enfrentada pelo povo brasileiro.

PREFÁCIO

A TÉCNICA DO TESTEMUNHO EM CARLOS CASTELO BRANCO

Luiz Gutemberg

No dia 19 de fevereiro de 1992, Carlos Castelo Branco revelou, na sua “Coluna do Castelo”, no *Jornal do Brasil*, que havia recebido, há algum tempo, pequeno bilhete, em envelope, subscrito por Jânio Quadros. “Tinha lido declaração minha em algum jornal de que eu não sabia a causa da renúncia. O ex-presidente dizia-me não admitir que seu antigo secretário não soubesse por que renunciara. Na verdade ele nunca me disse porque renunciou. Como saber?”

Como o catimbozeiro do poema, Carlos Castelo Branco “*aprendeu sem se ensinar*”. Podia dispensar a revelação de Jânio Quadros. Já havia escrito há 30 anos sua versão da renúncia – decifrando-a com fatos e sem adjetivos – e a mantinha guardada em cofre.

Seu depoimento *A renúncia de Jânio*, quando um dia fosse publicado, também demonstraria a técnica com que conseguiu que sua obra, por natureza efêmera e perecibilidade fatal do jornal diário, não apenas lhe sobrevivesse, mas até crescesse em prestígio. A razão estava na forma como o redigiu e que era a mesma com que cotidianamente ocupava seu precioso espaço de jornal. Ele apostava mais nos fatos do que na sua própria visão deles, ou na fantasia que o delirante Jânio

Quadros pretendia haver criado e feito prevalecer. E teria se mantido incontestada, ou pelo menos viva, por falta de um documento que a desmoralizasse de forma genuína, se não fosse a coragem moral e a competência de um repórter, acidentalmente servindo-lhe como secretário de Imprensa.

Para livrar-se, tanto da fabulação cavilosa de Jânio quanto do risco de deformar a realidade, Carlos Castelo Branco aprendera a driblar o diabólico efeito do testemunho humano: o “*componente alucinatorio da percepção*”.

Um risco descrito por Edgar Morin e por ele mesmo denunciado: “*Precisamos desconfiar da única coisa digna de confiança de que dispomos para descrever nossa história e escrever a História: o testemunho*”.

Quem vê, mesmo a olho nu e a curta distância, nem sempre vê, ilude-se a si mesmo com o que desejaria ter visto; quem ouve, além de ver, nem sempre ouve precisamente; nem o olfato, por mais acurado, faz associações perfeitas.

No exemplo clássico de Morin, vivido por ele, a testemunha assiste a um acidente de trânsito num conhecido cruzamento em Paris: *Boulevard Raspail/Cherche-Midi/Assas*. Vê – e com tal convicção que se oferece para testemunhar a ocorrência – um automóvel atropelar uma moto. Pouco depois, verificando as provas materiais do acidente, certifica-se do contrário. Foi a moto que bateu no carro. A sua torcida e a simpatia pelo mais fraco induziram-no a ver o contrário do que realmente se passou diante do seu olhar.

Existiriam mecanismos, como um jogo de lentes corrige causas mecânicas de deformações óticas, para precaver essas alucinações comprometedoras dos testemunhos?

Sim, responde a experiência de Carlos Castelo Branco (1920-1993) no depoimento *A renúncia de Jânio*, bom pretexto para discutir o fenômeno do testemunho em episódios políticos.

Experiente repórter estava acostumado a desconfiar, desmascarar e ironizar versões que deformam a realidade política, muitas vezes praticadas inconscientemente. Vê-se o que se quer, e os políticos querem mais e por isso suas paranoias são superlativas. Agora, pela primeira vez, enfrentava o risco do testemunho. Não era o espectador, mas também

um dos atores. Estava na cena, não na plateia, e experimentava o risco que enfrentam os testemunhos pessoais ao descrever fatos que viveram.

Desta vez não tinha a intermediação de “fontes” com que sempre alimentou seu trabalho profissional. E ele estava acostumado a boas fontes, como o ex-presidente Sarney, que confessou, em 1979: “*Há 20 anos somos colegas de trabalho. Ele escrevendo, eu descrevendo.*” Mas podiam dizer o mesmo, e talvez dissessem, se tivessem sobrevivido, o vice-presidente Pedro Aleixo, Magalhães Pinto, Padre Godinho, Afonso Arinos, Gustavo Capanema, Leitão de Abreu, Milton Campos, Severo Gomes, Petrônio Portella. Apenas alguns deles, já falecidos.

A empreitada do depoimento sobre a renúncia de Jânio implicava reconstituir, escrevendo na primeira pessoa, os bastidores desse episódio decisivo da História contemporânea brasileira.

As numerosas versões já publicadas podiam ser classificadas em dois grupos. Os que aceitavam os documentos e as declarações autorizadas, do próprio Jânio e do seu ministro da Justiça, Oscar Pedrosa d’Horta – a “história oficial”, encontrável nos arquivos –, e aqueles que os contestavam, demonstrando que a renúncia foi uma tentativa de golpe, visando o estabelecimento de uma ditadura pessoal de Jânio.

Mantendo-se no centro da cena nos 25 anos seguintes – período de notoriedade balizado por suas candidaturas a Governador de São Paulo em 1962 (derrotado por Ademar de Barros) e, em 1986, a Prefeito de São Paulo (vencedor, contra Fernando Henrique Cardoso) –, durante todo esse tempo o episódio da renúncia foi requeitado pelas campanhas eleitorais e alimentou todo tipo de polêmicas e especulações.

Nunca, porém, a questão esteve perto de receber uma dessas sentenças irretocáveis que a História costuma estabelecer sobre momentos decisivos da humanidade. Quando universalmente se aceita que os fatos aconteceram assim, tornam-se suspeitos de paranoia os que persistem em insistir que “o sol é frio”. Mas haveria um fato, ou conjunto de fatos, suficientemente incontestáveis, que abonassem uma versão definitiva da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República? Não. Nem o golpe frustrado, que parecia óbvio; nem a crise de delírio mental de Jânio, alimentada pelas revelações sobre as noites de solidão, alcoolismo, insônia e sessões de filmes de *far-west* no Palácio da Alvorada; nem as

conspirações nacionais e internacionais insinuadas pelos discursos do ministro Pedroso d’Horta, muito menos pelos ataques do governador Carlos Lacerda na TV. A questão sempre esteve em aberto.

A questão da renúncia não foi e não era uma cogitação diletante para a política brasileira. Nas duas décadas que se seguiram, apresentou interesse concreto para a cobertura jornalística, estava na categoria dos “fatos correntes”, já que foi aceita por historiadores e cientistas políticos como marco zero do processo de degringolada institucional que precipitou o Brasil na ditadura militar de 1964. Além do mais, não apenas o protagonista, mas a maioria dos principais coadjuvantes ainda estava viva e atuante. Sem falar da utilidade, pois a ele se aplicava, como alerta contra perigo próximo, a clássica observação do filósofo George Santayana de que os povos que não cuidam da sua História estão irremediavelmente condenados a repetir seus erros.

Sem dúvida, o desleixo com que se cultiva a História entre os brasileiros, especialmente os registros contemporâneos – habitualmente debitados à “falta de memória” coletiva –, que permitiu ao próprio Jânio Quadros, velho, doente, decadente, anacrônico e com os mesmos truques populistas, eleger-se prefeito de São Paulo em 1986. Repetição maluca, absolutamente sem sentido, da eleição para o mesmo cargo em 1952, trinta e três anos antes, no início da sua carreira vertiginosa, quando era o “Tostão contra o Milhão”, o eterno apelo ao episódio bíblico de Davi e Golias. Uma situação que, tantos anos depois, se repetia ao contrário – agora, Jânio é que era o vício contra a renovação. O jejum eleitoral imposto por duas décadas de ditadura permitiu-lhe reencenar com surpreendente êxito. Nada pior do que um vácuo – criado por episódios não passados em julgado na cronologia política – para alimentar mitos e fantasmas políticos. (A desastrosa volta ao poder do ex-ditador Vargas, em 1950, enquadra-se nessa avaliação.)

Além de toda essa substancial carga fatural, Carlos Castelo Branco também era desafiado por um compromisso moral. Havia sido secretário de Imprensa de Jânio Quadros durante seus sete meses de Governo. Suas observações tanto foram privilegiadas pela intimidade de que desfrutou junto aos personagens – e ao próprio protagonista, Jânio Quadros – quanto lhe criavam uma espécie de dever de lealdade de não os expor nus. Era

óbvio que o fato histórico da renúncia de 1961 superava em magnitude tais escrúpulos de elegância e companheirismo que Carlos Castelo Branco, amigo exemplar, solidário e generoso, praticou como preceito religioso durante toda vida. Mas ele sabia que, se não fizesse esse depoimento, ninguém o faria. Salvo o próprio Jânio, que não o escreveria por motivos óbvios; ninguém entre os que viveram aqueles fatos, além dele, tinha condições de testemunhá-los com isenção e de forma tão abrangente.

Criou, então, um álibi perfeito para desobrigar-se de tais impedimentos pessoais e deixar registrado seu testemunho insubstituível sobre a renúncia. Decidiu que o escreveria e o manteria secreto. Um dia, toda a fantasia sobre o episódio seria removida e substituída por seu depoimento sem peias. Foi o que aconteceu.

Carlos Castelo Branco era conhecido por sua memória prodigiosa. Costumava causar espanto ao publicar longas e importantes entrevistas, contendo datas e números, sem haver tomado uma única nota. Mesmo quando ouvia interlocutores numa roda de uísque e boa conversa, de que tanto gostava, e até quando já parecia alto ao ouvir declarações, nunca falhava na precisão dos registros.

Nada espantoso, portanto, que só em agosto de 1963, dois anos depois da renúncia, tenha começado a registrar suas observações pessoais sobre o acontecimento. Mas interrompeu o projeto no meio, abandonou o manuscrito por quase dois anos, só o retomando para concluí-lo em março de 1965. Confessou temer que o passar do tempo compromettesse a perspectiva com que havia concebido seu depoimento. Depois de pronto, mostrou-o a apenas dois amigos, Evandro Carlos de Andrade e José Aparecido, dos quais anotou observações que se tornaram parte integrante do texto. Evandro achou-o “veraz e excitante” e Aparecido “considerou precisa a narrativa dos fatos”.

Finalmente, com a publicação do depoimento, após a sua morte, em 1996, desfez-se qualquer nebulosidade sobre a renúncia de Jânio Quadros.

Lido atentamente, o texto dissolve qualquer penumbra sobre as circunstâncias em que se deu a renúncia e deixa pouco espaço para impressões subjetivas. Na verdade, Carlos Castelo Branco não escreveu um depoimento, mas uma sentença. Definitiva e inapelável. O que não

é surpreendente para seus leitores, como anotou Evandro Carlos de Andrade: “*É coisa da personalidade, Castelo nasceu para juiz – com um defeito. Porque é incorruptível e capaz de distanciar-se do conflito para avaliá-lo melhor, não resiste à tentação de resumir qualquer sentença numa frase brilhante, o que lhe dá à intimidade um leve tom maniqueísta.*”

Seu método – como que se precavendo de alegações de imprecisão e de desvios alucinatórios que comprometem os testemunhos – caracteriza-se pelos registros de dia e hora, encadeamento dos fatos, remissões a situações próximas e remotas e uso oportuno de elementos biográficos dos personagens para explicar-lhes atitudes e gestos.

Antecipando-se a algum crítico que achasse que podia desautorizá-lo denunciando sua *parti pris* (não apenas por sua condição de secretário de Imprensa da Presidência, mas por suas ligações pessoais com José Aparecido, que representava uma das alas palacianas em choque), ele o escracha, reconhecendo-a, explicitando-a detalhada e minuciosamente. No movimento seguinte, também expõe com absoluta clareza todo tipo de viés, ideológico, pessoal, idiossincrático, que informa o comportamento do mesmo José Aparecido, seu amigo fraterno pela vida inteira. Dir-se-ia que tal honestidade em declarar as amizades e afetos o descompromete e o liberta para a veracidade. Amigo, amicíssimo, de protagonistas decisivos da cena política, não as esconde. Pelo contrário, parece ter o prazer de expô-las para forçar o exame da sua isenção. Seus registros sobre o general Médici – do qual diria que “*sob seu governo a liberdade de imprensa eclipsou-se, o que não impedia que, mediante mensagens cifradas, se enviassem algumas informações aos leitores*” – não dispensaram o lembrete, na Coluna do Castelo de 10 de outubro de 1998: “*Seu filho, Roberto Médici, que se tornaria meu amigo, disse-me um dia: ‘Você é uma ferida que tenho que coçar todas as manhãs.*”

Essa preocupação de Castelo de identificar publicamente seus amigos – como um contraponto para honrar o sigilo das suas fontes de informação, estas preservadas com rigor profissional além da sua vida – sugere um ato de soberba. Ele parece oferecer tais informações sobre suas condições de observação e distanciamento para desafiar o leitor a testar sua isenção, ou mostrar que caminha sobre um fio de navalha e que o distinto público deve fazer silêncio e prestar atenção.

No caso da renúncia de Jânio, a posição em que se encontrava é um teste para sua credibilidade. Não era apenas interlocutor, mas cúmplice, pois redigiu notas e documentos que constituem a “história oficial” do episódio. Habilmente, porém, ele demonstra que essa documentação constitui um monte de peças isoladas do *puzzle* que não se completam sem que a elas se juntem algumas inconfiáveis essenciais.

Edgar Morin, que discutiu os desvios do “componente alucinatório da percepção” do testemunho em importantes versões de episódios da Revolução Comunista, da Primeira e Segunda Guerras Mundiais e da Guerra Fria, procura saídas para enfrentar a fatalidade de que “*devemos desconfiar dos nossos olhos, embora somente neles possamos confiar*”. Se sofremos a perturbação dos mecanismos cerebrais-psíquicos, propõe a adoção de processos idênticos para anulá-los, examinando, refletindo, autocriticando nossas visões. São preocupações nítidas no depoimento de Carlos Castelo Branco.

Apesar de permitir uma leitura de roteiro de cinema (quadro a quadro, *flash-backs*, indicações de planos e cenários, excitando a imaginação), o texto adquire a densidade de uma sentença. Não deixa margens a alegações de que “não foi propriamente assim”. Cabe ao leitor distribuir condenações e absolvições, em função das culpas e atenuantes, ações e omissões, todas explícitas no texto, mas sem alimentar dúvidas de que a renúncia foi resultado de uma soma de conspirações. A conspiração decisiva se desenvolveu na cabeça do próprio Jânio – que, conforme sua megalomania, dispensava consultas, confidências ou parcerias. Múltiplo, ele levava sua autossuficiência ao paradoxo de dialogar consigo mesmo, já que se desdobrava numa porção de personalidades diferentes. Dando vida a todas, fazia-as dialogar e conflitar entre si através de terceiros, gente com personalidade e projetos pessoais ambiciosos, como Pedrosa d’Horta, ministro da Justiça, e José Aparecido, secretário particular, para só citar dois pólos da intimidade do Governo em que Carlos Castelo Branco concentra suas observações.

O resultado dessa demonstração do comportamento de cada um – e do que, de forma evidente e explícita, Jânio Quadros esperava que sua renúncia gerasse, e de como o clamor público a reverteria em seu benefício – sugere uma reflexão sobre as virtudes desse método. Se o aplicássemos,

por exemplo, à distribuição de Justiça, a solenidade dos julgamentos estaria dispensada. Os ritos e processos seriam simplificados, mediante a pura e simples apresentação dos fatos, que se autotipificariam, enquanto culpas e absolvições brotariam explícitas como efeito das narrativas. O problema é que seria preciso que os testemunhos tivessem as virtudes do depoimento de Carlos Castelo Branco. Que contivessem a mesma serena obsessão pela veracidade e aplicassem a mesma técnica de associar fatos, como ele faz como se atendesse à providência burocrática de acrescentar o nome de pai e mãe, a data de nascimento e o nº do CPF para evitar confusões com homônimos que deseja identificar. Seu texto é à prova de ambiguidades e descaminhos semânticos.

Para evitar os detalhamentos pitorescos a que recorrem as testemunhas e que terminam distraindo e diluindo as provas, tornando-as inutilmente prolixas, ele recorre com malícia a um segredo que os repórteres aprendem no cotidiano. Consiste em esperar o momento em que os camuflados tiram a máscara para respirar, e se revelam.

Esse momento, que se diria mágico se não fosse justamente a hora da verdade, é o registro da confissão do próprio Jânio Quadros, exposta no dia 26 de agosto, vinte e quatro horas depois na renúncia, na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo. Jânio, assim como recusou todos os apelos dos seus ministros e auxiliares – os poucos com que se avistou antes de consumir a renúncia – também os desautorizava a estimular atos de mobilização popular em seu apoio. Suas palavras, segundo o depoimento de Carlos Castelo Branco: *“Nada farei por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo. O Brasil no momento precisa de três coisas: autoridade, capacidade de trabalho e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém, mas ninguém, que reúna esses três requisitos”*

Ou seja, Jânio renunciou na certeza de que voltaria. Uma vez que, sob a Constituição, não poderia reassumir a Presidência, a não ser através de novas eleições. Que esperava? Obviamente, um golpe, que lhe oferecesse de volta o poder e que lhe permitiria impor condições, como o fechamento do Congresso, de cuja inutilidade e vícios fazia aberta apologia nos dias que antecederam a renúncia. O que também está registrado no depoimento.

Nessas colheitas da reportagem se concentram o princípio e o fim da notícia. Ao registrá-las, no dia a dia do jornal, o papel do repórter se cumpre e se esgota. (Não importa que alguns repórteres, com vocação moralista, se atribuam responsabilidades de testemunho ideológico, achem pouco o exercício da reportagem e assumam funções privativas de Estado, que devem ser exercidas pela polícia, fisco, promotoria, juízes e tribunais. Não era o caso de Carlos Castelo Branco.)

O que importa observar é essa singular capacidade dos repórteres de registrar isolada e sinteticamente diálogos e declarações essenciais fígadas com senso de oportunidade. Trata-se de uma imposição da contingência: o espaço no jornal é finito, medido em número de linhas, e a luta contra o relógio resulta das pressões industriais. Pressupostos são subvertidos em situações surpreendentes como a renúncia de Jânio, quando há mais espaço que informações, e as edições se transformam em estuário de todo tipo de matérias, principalmente especulações, porque a confusão é geral. Publicaram-se muitos milhares de textos, examinando todas as hipóteses de explicação para a renúncia. Nenhuma conciliava racionalmente fatores psicológicos (já que o episódio envolvia personalidades complexas) e aspectos políticos e econômicos, principalmente estes. Os marxistas, fabulistas por excelência, dominavam amplamente a análise política no Brasil. Uma confusão que levou, ainda nos anos 60, Odylo Costa, filho, então diretor da revista *Realidade*, a publicar seu libelo “Recuso!”, parodia de Emile Zola, com exclamação e tudo, considerando inaceitáveis as numerosas versões disponíveis sobre a renúncia.

Carlos Castelo Branco, porém, calado estava, secreto manteve seu depoimento guardado num cofre. Sem dúvida, sabia que ele desmascararia os pequenos truques com que os políticos imaginam (“nada nessa mão, nada nessa outra”) driblar a História com números de prestidigitação. Como repórter político havia feito isso por toda a sua vida em relação a episódios sobre os quais não tinha a responsabilidade dos testemunhos, pois apenas os registrava. A diferença estava no detalhe. Antes – e depois, nos 32 anos seguintes, até a sua morte – Carlos Castelo Branco agiu sempre como jornalista. No caso da renúncia, porém, era diferente. Participante do governo Jânio Quadros – numa posição que o organograma da administração federal considera “gabinete pessoal do Presidente”, havia

sido em alguns momentos coadjuvante, pois tinha acesso a Jânio e intermediara contatos com terceiros (foi, por exemplo, o canal mais fluente de Brizola com o Planalto) e era comensal e confidente do mais íntimo grupo de colaboradores presidenciais. Precisava, portanto, honrar compromissos da cumplicidade de que só estão livres os repórteres enquanto repórteres. Felizmente, tinha, na mesma proporção, consciência dos seus deveres para com a História, como demonstram os cinco volumes (*Agonia do Poder Civil, A Queda de João Goulart e Os Militares no Poder - I, II e III*), reproduzindo a Coluna do Castelo, do *Jornal do Brasil*, entre 1963 e 1970. Esses livros (que permitem fácil acesso aos textos publicados e que só poderiam ser recuperados através de consulta às coleções de jornais) são fonte, em muitos casos exclusivas, para reconstituição dos principais acontecimentos políticos do período. Também demonstram que sempre praticou esse método. Eis um exemplo.

Em 1964, no dia 10 de março, as edições dos jornais refletiram o impacto do primeiro Ato Institucional, mãe de toda degradação jurídica que se desenvolveria nos vinte anos seguintes de ditadura militar. Baixado de surpresa, na véspera, pelo Comando Supremo da Revolução, título a que se atribuíram os três ministros militares, general Costa e Silva, brigadeiro Melo e almirante Radmacker, era acompanhado pela primeira lista de cassações, sumárias, sem processo e muito menos defesa, de mandatos e direitos políticos.

Os editores dos jornais se perderam, desorientados, naquele mar de informações, agitado pelo furacão de uma nova categoria de lei que o Brasil não conhecia desde 1946. Ninguém, por exemplo, se lembrou que a designação Ato Institucional repetia jargão do Estado Novo de 1937. As eleições de 1945, por exemplo, haviam sido convocadas por Ato Adicional... Era perturbador, porém, que o Alto Comando informasse, com firmeza e desprezo, seu desdém pela representação popular do Congresso Nacional, avisando, entre outras coisas: “*A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte*” (...) “*Fica assim, bem claro, que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação*”.

Nunca se havia visto desmoralização tão escrachada da Constituição

de 46, que até então os golpes militares procuravam, acanhadamente, reduzir a meros e momentâneos arranhões, logo sanados com a cumplicidade do Congresso. Assim havia sido em 54 (deposição de Vargas); em 55 (deposição de Carlos Luz e Café Filho) e em 61 (imposição do parlamentarismo para posse de Jango).

Nesses trechos do preâmbulo do Ato Institucional, estava implícito que havia algo – alguma “mão invisível” – acima e superior às limitações intelectuais dos ministros militares do autoproclamado Comando Supremo da Revolução. Continha um nexos que não se via nas intrigas à esquerda e à direita que antecederam o golpe de 31 de março, deflagrado pelo levante de Juiz de Fora. Que haveria e, principalmente, “quem” estaria por trás daquilo?

A resposta estava na Coluna do Castelo, onde segundo Wilson Figueiredo, a classe média refazia “o raciocínio de cada dia”. Eis o que informava secamente Carlos Castelo Branco no dia 10 de março de 1964: *“O jurista que deu a segurança final aos militares da legitimidade do Ato Institucional como emanção do poder revolucionário juridicamente válida, foi o Sr. Francisco Campos”*.

A presença – a que título fosse – de Francisco Campos junto aos ministros militares significava que havia sido plantada a semente fascista que marcaria indelevelmente o regime militar até sua extinção em 15 de março de 1985, ou seja, o Supremo Comando da Revolução – oficiais-generais meramente truculentos, desprovidos de informação política e cultura filosófica, apesar dos seus cursos profissionais – estava sob a influência de um cérebro perverso.

Francisco Campos, Chico Campos, Chico Ciência eram o mesmo autor da Constituição do Estado Novo, de 1937; foi ministro da Justiça na Era Vargas, homem de extraordinário saber e firmes convicções totalitárias. A título de dar-lhes uma consulta técnica sobre a eficácia jurídica de um ato discricionário, Chico Campos doutrinou-os eficazmente sobre o poder sem limites que passariam a dispor se desmoralizassem pela força a utopia democrática.

Tudo o que fatos e depoimentos futuros revelariam estava implícito na curta citação da Coluna do Castelo de 10 de março de 1964. Se Chico Campos escreveu, ou soprou o Ato Institucional (depois se saberia

com precisão que ele o redigiu do próprio punho), o espírito fascista tornara-se dominante.

Assim, enquanto praticamente todos os jornais daquela data envelheceram, caducaram, no dia seguinte já não passavam de “jornal de ontem” (“já li, já reli, não quero mais; agora quero outro...” como na letra na canção popular) e hoje são meras relíquias. O registro da Coluna do Castelo tornou-se uma referência do tipo que ainda hoje os cristãos encontram nas profecias de Isaías: sinais que se devem observar e que nem sempre trazem tranquilidade, mas explicam o que está acontecendo. Com a diferença de que, em vez da linguagem bíblica, que requer exegese, Carlos Castelo Branco publicou o nome do Diabo.

A obstinação com que escreveu seu depoimento “*A renúncia do Jânio*” – e guardou o manuscrito – e a perspicácia com que anunciou a fascistização do golpe militar, identificando o dedo perverso de Chico Campos no documento dos ministros militares no dia 10 de março de 1964, são apenas uma amostra do tipo de jornalismo de reportagem que ele praticava. Não só atento e bem informado, mas seletivo e alerta. Ele sabia o que era relevante e irrelevante. Observe-se, porém, que a adjetivação e a escandalização dos dois exemplos aqui tomados não são dele, que se limitou a narrar essas cenas e reproduzir falas importantes como se não o fossem, sem grifos ou outros sinais gráficos de ansiedade. Ele não praticava as exclamações de Nelson Rodrigues, o panfletário cômico, embora, muitas vezes fosse capaz de registros de irresistível comicidade.

Era assim com os corifeus, mas também com coadjuvantes que, transgredindo a lógica narrativa do espetáculo político, roubam a cena em alguns momentos, como um certo Amaral Neto.

Vejam esta pequena nota da Coluna do Castelo do dia 18 de abril de 1963:

“Quando o sr. Amaral Neto descia da tribuna recebeu caloroso abraço do sr. Aliomar Baleeiro. “Grau dez”, disse o sr. Aliomar Baleeiro. E acrescentou: “Você é o analfabeto mais inteligente que eu conheço”

Amaral Neto era um antigo jornalista, tão profissionalmente opaco quanto audacioso em matéria de iniciativas. Direitoista, conspirava com

os militares, criou o Clube Lanterna (para explorar o lacerdismo nos anos 50) e o *Maquis*, que começou sob a forma de um panfleto, mimeografado e clandestino nos dias seguintes ao golpe de 11 de novembro, tornando-se depois uma revista em *offset* com boa tiragem. Mais tarde se tornaria fenômeno eleitoral no Rio, elegendo-se deputado estadual e deputado federal sete vezes, até a morte, tendo como bandeira, no final, a defesa da pena de morte no Brasil. Fez sucesso na TV com o programa Amaral Neto Repórter, de grande audiência popular e onde ganhou muito dinheiro explorando “temas otimistas”, tão reclamados pela propaganda do Brasil, Grande Potência do regime militar. Também foi envolvido em acusações pelo assassinato de sua ex-mulher, bem mais moça que ele, em São Paulo. Pela rápida ficha, vê-se que foi um personagem venturoso.

Pois bem, com tudo isso, qualquer biografia de Amaral Neto não o revelará sem a síntese da pequena nota de três linhas da Coluna do Castelo de 1963.

Entre 1962 e a sua morte, em 1993, enquanto esteve de pé sua Coluna do Castelo, usou e abusou, mesmo sob censura, e apesar dela, da sua astúcia de repórter. Seu horror ao charlatanismo levava-o a fugir da tentação de previsões, que assistiu tornarem-se uma das atividades mais rendosas de Brasília. Reconhecia ser mal de prognósticos e não cometia previsões, pelo contrário, evitava-as. No entanto, com a cumplicidade de uma rede de informantes, registrou os acontecimentos do dia, com tal precisão, riqueza de detalhes e avaliação dos efeitos, que são publicados, hoje, sem retoques. Quase sempre nem houve o que lhes acrescentar. Quando não era possível registrá-los – a censura direta nem sempre era o principal impedimento e Carlos Castelo Branco foi um craque em avaliar riscos e driblá-los –, lançava preciosas sementes, às vezes chispas, como esta admirável e oportuna frase no fecho da Coluna do Castelo em que fez o necrológico de Juscelino Kubistchek.

No registro – Juscelino morreu num confuso desastre automobilístico na Via Dutra – a Coluna do Castelo, de 24 de agosto de 1976, lançou a dúvida, que ainda persiste e se amplia à medida que se conhecem mais sobre as conspirações terroristas dos serviços secretos da ditadura militar que agiam autonomamente. Já estávamos no Governo Geisel,

empenhado em pôr fim aos crimes da repressão, que continuavam a ser cometidos à revelia do Presidente.

Na última linha de caloroso e comovente testemunho pessoal sobre JK – de quem havia acompanhado a trajetória desde prefeito de Belo Horizonte, onde vivia na época –, arranja jeito de lembrar que sua “*morte foi estranhamente antecipada por uma boataria que correu o país 15 dias antes dela ocorrer*”.

Naquele momento, seria impossível denúncia mais clara. As mortes anunciadas são sempre suspeitas, principalmente quando ocorrem como foi o acidente na Via Dutra.

A trajetória profissional de Carlos Castelo Branco, marcada pelo trabalho, honestidade e astúcia, mas ornada com um toque de elegância, repete sua vida pessoal e se revela curiosa desde as indicações do seu *roman a clef* *Arco do Triunfo* e dos seus contos, alguns de forte realismo erótico; da sua pouco conhecida rota de emigrante nordestino, pois, embora gostasse de repetir o Luís da Silva (personagem alagoano de *Angústia* de Graciliano Ramos), de que era “*um pobre nordestino perseguido pela adversidade*”, sua rota do Piauí para o Sul, no caso o Rio de Janeiro, não repetiu os alagoanos, que vinham pelo litoral, pelos Navios Ita, de cabotagem (como os maranhenses, cearenses, pernambucanos, alagoanos), enquanto ele veio pelo sertão, via Belo Horizonte, onde se formou em Direito e se iniciou no jornalismo; de sua condição de procurador do DNER, que exerceu no seu período de maior sucesso como repórter político.

Sua carreira, aprendizagem e ascensão ao posto de nº 1 do jornalismo brasileiro, que ocupou por longo tempo, cumpriu estágios penosos, esquecidos nas referências biográficas, que privilegiam seu período de celebridade. Foi a sequência de redações, patrões e companheiros, de um lado, e de protagonistas e fontes da crônica política, do outro, que lhe permitiram firmar uma das mais lúcidas e honestas visões da condição profissional do jornalista. Nenhum regime, nem a censura, cujos limites chegava a explorar temerariamente, com astúcia e inteligência, nem os insultos (como o de Carlos Lacerda, acusando-o de liderar um “*sindicato da mentira*” e depois se penitenciando e editando seus livros); nem a violência, da prisão às ameaças da família Figueiredo (de que se livrou

graças à intermediação oportuna do general Otávio Costa); nem a dor pela morte de Rodrigo e as infelicidades de Pedro, filhos tão amados – nada conseguiu perturbá-lo, corrompê-lo ou impedir, como aconteceu durante a ditadura de 1964-1985, que combatesse pela causa com que confundiu sua vida: a liberdade de informação, ou, se preferirem, a verdade histórica, de que *A renúncia de Jânio* é, mais que um depoimento, um singelo exercício prático.

PREFÁCIO

O RESGATE DA VERDADE!

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

O Congresso Nacional – com as suas duas Casas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados – está na raiz da constituição e afirmação da nação brasileira. E esse truísmo não comporta questionamentos – é reafirmado pela história e praticamente por todos aqueles que estudam a trajetória das nossas instituições e do nosso povo.

São quase 200 anos de uma instituição debruçada sobre os problemas nacionais, com erros e acertos, mas sempre como protagonista e fonte de geração de ideias, projetos, leis, normas e de articulação dos consensos possíveis.

Reflexo de maiorias e hegemonias, ao longo do tempo o Congresso conviveu com profundas crises políticas e sociais e, como não poderia ser de outra maneira, deliberou com base nos cenários então existentes. As decisões mais pálidas e até equivocadas quase sempre se materializaram em momentos em que a democracia estava asfixiada por regimes de exceção.

Não podemos retroceder no tempo. Porém, temos consciência de que a versão de vitoriosos de momento não se confunde com a história.

A versão calcada na mentira é efêmera e inconsistente. Já a verdade é eterna e sólida.

Foi o compromisso com o resgate da verdade que levou a Casa, por exemplo, a revogar recentemente decisão da Mesa do Senado de 9 de janeiro de 1948, que arbitrariamente havia cassado o mandato de Luís Carlos Prestes e do suplente dele, Abel Chermont.

Na mesma linha, foi com essa mesma compreensão e emoção que o Congresso Nacional anulou a sessão do dia 1º de abril – madrugada do dia 1º para 2 de abril – de 1964, quando foi declarado vago o cargo de presidente da República, estando João Goulart em solo brasileiro e resistindo ao golpe militar que daria início a uma ditadura que asfixiou a democracia do país por vários anos.

Como afirmamos em discurso no dia 21 de novembro de 2013, “anular aquela sessão sem apagá-la da memória é reconhecer que João Goulart foi deposto, é afirmar que ele foi vítima do autoritarismo, da ilegalidade”. Igualmente, a anulação é uma desculpa pública e histórica que o Congresso Nacional devia ao país e aos seus cidadãos, à memória do presidente João Goulart e à família dele.

Não poderia deixar de parabenizar os senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon, autores do projeto de resolução que nos deu a oportunidade de reparar um grave erro político do passado.

A presente edição contém, além de fotos da solenidade, todos os encaminhamentos e discursos feitos na sessão de 21 de novembro, da qual participaram ainda o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; a presidente da República, Dilma Rousseff; o vice-presidente da República, Michel Temer; e outras autoridades. A edição também ficará disponível em formato digital no Portal do Senado e poderá ser acessada por qualquer pessoa no Brasil ou no exterior.

Uma pequena contribuição do Senado Federal para que a verdade histórica seja perpetuada. Em qualquer circunstância, ao final, ela sempre triunfa.

Brasília, 2014.

A RENÚNCIA DE JÂNIO

UM DEPOIMENTO

Carlos Castelo Branco

CAPÍTULO I

Quando cheguei ao Palácio do Planalto na manhã de 25 de agosto de 1961, seriam dez, dez e meia. Estivera até quase o amanhecer no apartamento de Pedroso Horta e de lá seguira com José Aparecido¹ para seu quarto de hotel. Pelas sete horas, o telefone o chamara, vestira-se às pressas e saíra. Bem mais tarde levantei-me, passei por meu apartamento, tomei banho, barbeei-me e troquei de roupa.

Era uma manhã fresca e tranquila.

No terceiro andar do Palácio, um funcionário chamou-me a um canto e disse algo que ocorria. Aparecido ordenara-lhe retirar documentos importantes e arrumar toda a papelada.

Havia pouca gente. Mandeí um auxiliar empacotar meus papéis e levá-los para minha casa.

Um oficial de gabinete, excitado, mostrou-me o recorte que retirara de seus arquivos: um astrólogo previa que, a 25 de agosto, o governo cairia para se reerguer logo adiante.

Pouco depois, chegou Aparecido. – O presidente renunciou, disse-me em voz baixa. – Já está voando para São Paulo.

Trancamo-nos no seu gabinete. Contou-me o que vira e o que soubera. Deveríamos preparar uma nota, a qual fugiria ao estilo oficial: já não seria uma nota de governo. Fui anotando, quase nas suas palavras, a exposição que repetiu, agora ordenada, omitindo um ou outro pormenor. Datilografei o comunicado, rapidamente. Aparecido leu-o por telefone a Quintanilha Ribeiro, que o aprovou. Depois chamou o general Pedro Geraldo², que ouviu a leitura e comentou: é isso mesmo. O general pensou um pouco e observou: não é bom falar no que houve lá em cima? Per-

1 Oscar Pedroso Horta, advogado paulista, ministro da Justiça no governo Jânio Quadros. Aparecido de Oliveira, secretário particular do presidente da República.

2 Francisco Quintanilha Ribeiro, chefe da Casa Civil da Presidência da República. General Pedro Geraldo, chefe da Casa Militar da Presidência da República.

guntou. Não, disse Aparecido. Mais tarde soube que aludia à reunião de Pedroso Horta com os ministros militares no gabinete de Pedro Geraldo.

O que soube naquele momento (talvez narrativas posteriores tenham acrescentado à versão primitiva algum dado) foi o seguinte:

O presidente, pelas cinco da manhã, telefonara mais uma vez a Quintanilha (desde que ouvira pelo rádio a denúncia de Lacerda³, tocara o telefone várias vezes para o chefe da Casa Civil) e disse que havia tomado uma decisão. Pediu que convocasse o general Pedro e seguissem para o Palácio. Aí conheceram ambos a decisão: o presidente renunciava. O general tentou discuti-la. O presidente declarou-a definitiva. Não iria sequer à solenidade militar do Dia do Soldado, que se realizaria naquela manhã. Seus dois chefes de gabinete convenceram-no do contrário: a renúncia não era conhecida, o presidente não se sentia agravado pelo Exército, não havia por que antecipar o impacto. Jânio concordou. Foi à parada. Com a mão no peito, solene, como se nada estivesse acontecendo, assistiu ao desfile da tropa. Só Quintanilha tinha os olhos úmidos.

Jânio voltou no carro presidencial com o general Pedro Geraldo. Pedroso Horta, que de nada sabia ainda, Quintanilha e Aparecido, que chegara havia pouco, foram noutro carro.

No gabinete do presidente, reunidos os cinco, Jânio disse-lhes que não havia outra solução: não governaria com sua autoridade alcançada.

Chamei-os para dizer-lhes – foram estas as palavras ditadas a mim por Aparecido – que renunciarei agora à Presidência. Não sei assim exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é mister que o êxito o tenha. Não exercerei a Presidência com a autoridade alcançada perante o mundo nem ficarei no governo discutido na confiança, no respeito, na dignidade indispensáveis ao primeiro mandatário. Não se trata de acusação qualquer. Trata-se de denúncia de quem tem, como eu, solenes e grandes deveres de mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. É a essa que devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor fórmula que tenho, agora, para servir ao povo e à Pátria, é a renúncia.

3 Carlos (Frederico Werneck) Lacerda, governador do então Estado da Guanabara, cidade-estado (Rio de Janeiro), que fora a Capital Federal até a inauguração de Brasília.

Pedroso Horta esboçou uma objeção, mas quase que a disse só a Quintanilha. Jânio determinou-lhe que convocasse os ministros militares e fizesse a comunicação oficial. Iria agora redigir o documento de renúncia. Sua intenção era convocar Mazzilli⁴ e passar-lhe a Presidência. Horta observou-lhe que, se não pretendia ouvir apelos e criar constrangimentos, o melhor seria viajar primeiro e comunicar depois a decisão ao Congresso Nacional. O Congresso que empossasse o substituto. O presidente concordou.

Retiraram-se os quatro. Pouco depois, chegavam ao gabinete militar os ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica. Horta transmitiu-lhes o que ouvira de Jânio e disse da inutilidade de qualquer ponderação ou apelo. Os militares não se conformaram: queriam estar com o presidente. Horta ou Quintanilha, um deles, desceu ao terceiro andar e, pouco depois, o presidente recebeu o marechal Denis, o almirante Heck e o brigadeiro Grum Moss⁵, presentes também o general Pedro Geraldo, Quintanilha, Horta e Aparecido.

Repetiu-lhes, mais sucintamente, o que dissera aos seus secretários e ao ministro da Justiça.

Presidente, não faça isso – disse emocionado o brigadeiro Moss. E o almirante Heck, aflito: – Esse é o maior golpe que sofro na minha vida. O marechal Denis, controlado, objetivo, fez um apelo mais explícito: não faltava ao presidente o apoio das forças armadas, que ali estavam na pessoa de seus chefes, para prestigiá-lo e obedecer a suas ordens. Entendia as dificuldades, mas o presidente devia saber que esse moço (referia-se a Lacerda) é assim mesmo. O marechal pediu ao presidente que ordenasse as providências a tomar, que seriam tomadas: intervenção na Guanabara, fechamento do Congresso... Moss disse que o governo da República não poderia passar às mãos de João Goulart⁶.

Jânio interrompeu-os.

4 Ranieri Mazzilli, deputado federal por São Paulo, da bancada do Partido Social Democrático, era presidente da Câmara dos Deputados.

5 Marechal Odilio Denis, ministro da Guerra, almirante Silvio Heck, ministro da Marinha, brigadeiro Grum Moss, ministro da Aeronáutica.

6 João Belchior Marques Goulart, então vice-presidente da República, naquele momento em viagem oficial à China.

– Meus amigos, poupemo-nos esses constrangimentos, quando nada em homenagem ao meu gesto. Minha decisão é definitiva.

Os ministros silenciaram. O presidente agradeceu-lhes a colaboração e a lealdade. Sobre a mesa, um papel no qual Jânio escrevera já umas dez linhas. Era a carta de renúncia.

A curta comunicação ao Congresso, escrita posteriormente, e a carta seriam entregues a Horta para levá-las ao Senado, depois que o presidente chegasse a São Paulo.

Em seguida, Jânio retirou-se. Ao passar pela antessala acenou com a mão para os espantados oficiais de gabinete, ali reunidos.

– Perdoem-me, meus amigos, perdoem-me – ia dizendo e andando no seu passo largo e rápido até entrar no elevador. Seguiam-no o general e Aparecido.

Com ambos dirigiu-se ao Palácio da Alvorada. Dona Eloá⁷, de malas prontas, esperava-o. Manhãzinha, antes de sair, o presidente determinara as providências para deixar de vez a residência oficial.

No centro da emoção do presidente estava obviamente a pessoa de Carlos Lacerda. Tenho pena desse homem, disse a Aparecido. E pondo, num gesto, uma mão sobre a outra, acrescentou: Não consegue pôr tijolo sobre tijolo. Lembrou que o recebera havia poucos dias, por interferência de dona Eloá, a quem o governador da Guanabara procurara em lágrimas, na aflição de um pai que vê o filho em dificuldades. – Conte, Eloá, conte ao Aparecido como foi que o Lacerda se dirigiu a você, lá no Rio, há menos de uma semana. Dona Eloá rememorou rapidamente o episódio. O presidente recomeçou: – Quando ele estava a caminho de Brasília, era já outro homem. Espalhou que vinha a meu chamado para resolver questões políticas. – Você sabe, Aparecido, você até me telefonou. E depois de uma pausa: – Que destino o desse homem, terrível.

No automóvel, a caminho do aeroporto, atentou para o silêncio do seu secretário particular. – Você não está convencido do meu gesto, disse-lhe.

7 Eloá Quadros, esposa do Presidente.

– Realmente, não estou. Não sei se foi a melhor solução, respondeu-lhe Aparecido.

– Fique certo de que não há outra. Pensei muito. Se continuássemos no governo, eu não seria mais eu, você não poderia ser você, nem o general Pedro seria o mesmo. A solução é a renúncia. Com o tempo, você concordará comigo.

O presidente e dona Eloá viajariam sozinhos. O chefe da Casa Militar e o secretário particular ficariam para as providências finais. No Alvorada e no percurso para o aeroporto, nem sempre Jânio dominava a tensão interior. Algumas vezes, as lágrimas lhe vieram aos olhos.

O presidente não pensara aonde ir, chegando a São Paulo. Dona Eloá lembrou-lhe que a casa deles estava alugada. Deveriam bater à porta de algum amigo. O general comunicou que era ainda o responsável pela segurança pessoal do presidente e não permitiria que ele deixasse a Base Aérea de Cumbica até que a situação se esclarecesse e fossem conhecidas as repercussões. O presidente concordou: sua presença na casa de um amigo poderia criar constrangimentos. Ninguém sabia o que iria se passar.

A despedida foi rápida. O presidente lançou um último olhar sobre Brasília.

– Cidade amaldiçoada, disse, espero nunca mais vê-la.

Quintanilha, no Planalto, lhe havia perguntado se a repulsa a Brasília não estaria na base de sua atitude.

– Uns dez por cento, se tanto, respondeu.

Jânio abraçou o general e Aparecido e entrou no avião, com a esposa.

Antes de fechar-se a porta, desceu de um carro, afobado, o ajudante de ordens do presidente, major Amarante⁸. – O senhor não pode embarcar, advertiu-lhe o general.

– Desculpe, general, mas vou com o presidente, respondeu. Antes que houvesse tempo de qualquer providência, o major estava dentro do avião. Por baixo da farda, vestira ele a faixa presidencial.

8 Major Chaves Amarante.



José Aparecido, Jânio e Castelo em entrevista à imprensa estrangeira.



Jânio, em seu gabinete, sob o retrato de Lincoln, sua admiração.

CAPÍTULO II

A notícia da renúncia não me emocionou. A intimidade com a vida política deu-me cedo a sensação de que o cálculo inspira aí geralmente as decisões, mesmo as mais nervosas. E o clima em que decorria o governo preparara-me interiormente para episódios decisivos e dramáticos. Jânio era, no governo, um homem tenso e dramático, cobrindo com paixão as etapas do seu próprio conhecimento do poder.

Tanto ouvira falar em renúncia nos últimos dias, não na de Jânio, mas na de Carlos Lacerda, que ameaçava traumatizar o governo federal e o país com sua demissão, que entendi a do presidente como um desafio extremo, que não teria por consequência o fim do seu governo, mas a afirmação final de sua política contra a oposição de Lacerda.

– Não sei, disse-me Aparecido. – Isso me parece definitivo.

Às 15 horas, no mesmo momento em que Pedroso Horta entregava a carta de renúncia ao presidente do Congresso, li para os repórteres do Planalto a carta de Jânio Quadros.

Evacuamos o Palácio imediatamente. As quatro da tarde, tomávamos o avião para São Paulo: Quintanilha, Horta, Aparecido, o presidente do Banco do Brasil¹ e outros auxiliares de Jânio.

Pelo rádio do avião, soubemos que Mazzilli fora empossado. Só então percebi que a situação mudara.

Algumas cadeiras atrás da minha, sentava-se Pedroso Horta. Passáramos a noite anterior, até alta madrugada, na sua casa. Aparecido convencia-o a responder a Lacerda numa declaração enérgica. Horta hesitava, mas concordou em redigi-la. Fiz o primeiro esboço da nota, o ministro alterou-o. Abandonou-o. Escreveu outro, discutido pelos presentes. Na porta do edifício, acumulavam-se alguns repórteres im-

1 João Batista Leopoldo Figueiredo, de São Paulo, era o presidente do Banco do Brasil.

pacientes. Chegou a notícia de que havia uma reunião extraordinária na Câmara. O ministro preocupou-se. Tentou comunicar-se por telefone com os líderes. Não conseguiu. Aparecido telefonou ao deputado Seixas Dória² e pediu-lhe que fosse à Câmara, informar-se do que ocorria.

Era já tarde, talvez uma e meia, talvez duas horas da manhã, quando Horta autorizou a divulgar a nota. Transmiti-a por telefone para os jornais do Rio e de São Paulo.

A certa altura, apareceu Seixas Dória, com informações imprecisas. A Câmara convocaria o ministro da Justiça para que se explicasse no dia seguinte sobre a denúncia de Lacerda.

Horta, durante toda a noite, falara pouco. Era eu testemunha quase diária do seu debate permanente com Aparecido. Os dois disputavam sobre a orientação e a execução da política geral do governo, sobre cada ato praticado ou a praticar.

Horta compusera o Ministério na base dos políticos com os quais havia ostensivamente feito a campanha. Mais do que isso, com os grupos a que, por escolha ou por afinidade, se achegara. A UDN lacerdista, principalmente. Aparecido estava excluído do seu esquema, no qual não havia lugar para a corrente Magalhães Pinto³. Sua primeira derrota fora a nomeação de Aparecido, por decisão exclusiva de Jânio, para secretário particular.

2 João Seixas Dória, deputado pela UDN de Sergipe, governador eleito daquele estado em 1962 e cassado em 1964, ficou preso em Fernando de Noronha, em companhia do governador, também cassado, de Pernambuco, Miguel Arrais.

3 Jornalista, José Aparecido de Oliveira iniciou-se na política no final da ditadura Vargas, integrando a Resistência Democrática em Belo Horizonte, sob a liderança de Virgílio de Melo Franco. Chegou à política nacional como conselheiro político de José de Magalhães Pinto, quando este, após herdar a liderança do grupo de Virgílio de Melo Franco, elegeu-se deputado federal e assumiu a presidência da União Democrática (UDN), o partido que se formara em 1945 em oposição a Getúlio Vargas e que disputara (e perdera) e eleição presidencial, tendo como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes. Posteriormente, José Aparecido elegeu-se deputado federal por Minas, em 62, foi cassado em 64 e voltou como ministro da Cultura no governo Sarney, sendo depois, sucessivamente, governador do Distrito Federal, ministro do Exterior e embaixador em Portugal.

Quando Horta, nas vésperas da posse, me perguntou o que achava do Ministério, respondi-lhe que me parecia excessivamente conservador para executar o programa revolucionário anunciado pelo presidente. – Mas é a melhor tática, retrucou ele, um Ministério conservador para executar uma política revolucionária.

Poucos dias antes da renúncia, Lacerda estivera em Brasília. Recebido no aeroporto pelo general Pedro Geraldo, fora levado ao Palácio da Alvorada, onde desceram sua mala e o encaminharam a um dos apartamentos. O general entendera que o governador seria hóspede do presidente, com quem deveria viajar, ao amanhecer, para o Espírito Santo.

Jânio recebeu imediatamente Lacerda, mas não o esperara para jantar. Comera sanduíches e mandou que servissem alguma coisa ao visitante. A conversa foi rápida, Jânio dirigiu-se ao telefone em dado momento. Dentro de alguns minutos, repetiu o telefonema. Recomendou ao governador que conversasse com o ministro da Justiça e equacionasse soluções para os problemas que lhe apresentava, inclusive seu problema particular; da *Tribuna da Imprensa*. O presidente não via gravidade maior na situação do jornal e estava certo de que, com a ajuda de amigos, se atenderia a aflição momentânea.

Os telefonemas do presidente haviam sido para o ministro. Jânio impacientava-se, pois alguma coisa ocorrera entre o convite ao governador e sua chegada a Brasília. Pretendia o presidente que Horta arredasse Lacerda do Palácio e, mais, que o impedisse de viajar no dia seguinte no avião presidencial.

Lacerda parecia não compreender o que se passava. Foi à casa de Horta, para uma conversa difícil, que não pretendia ter. O que ele queria era ficar no Palácio e conversar com o presidente. Logo ao entrar no apartamento do ministro, surpreendeu-se com a presença ali de San Tiago Dantas⁴, em colóquio com Aparecido. Levando-o para outro cômodo, ministro e governador conversaram por algum tempo. Ao reti-

4 Francisco Clementino San Tiago Dantas, destacado advogado e intelectual, deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, posteriormente ministro da Fazenda no governo João Goulart.

rar-se, Horta, como quem reitera, lembrou-lhe que não deveria viajar para Vitória com o presidente. Em Brasília, resolveriam os assuntos pendentes. No dia seguinte, no Rio, para onde Jânio iria, teria oportunidade de conversar com ele as soluções já delineadas.

Lacerda despediu-se. Faltava a Horta executar a segunda ordem do presidente: impedir que o governador continuasse hospedado no Palácio. Que fazer? Aparecido sugeriu-lhe: telefone para o João Hermínio⁵ e mande ele esperar o Carlos na porta, com a mala na mão. Já que ele não vai viajar cedo com o presidente, entenderá que não tem por que dormir no Palácio. A sugestão foi aceita e executada com rapidez.

Alguns minutos depois, Lacerda chamava Horta ao telefone. Dizia-se vítima de uma molecagem e não admitia que o desrespeitassem ou levassem ao ridículo. O governador, hóspede do presidente, fora inexplicavelmente despejado do Palácio. O ministro tentou explicar: fora ele quem mandara descer a mala, pois o governador não iria mais viajar com o presidente. Irado, Lacerda repeliu-o.

San Tiago percebeu logo a importância do episódio. Observou a Aparecido: – Esse caso da mala é o batom no cigarro.

Horta pediu-me que o levasse ao Hotel Nacional, recomendando-me que não entrasse ali.

– O Lacerda, disse, acha que você e o Aparecido é que armaram esse negócio da mala para levá-lo ao ridículo pelos jornais.

Teve dificuldades em ser recebido, chegando a ser destratado por um oficial de gabinete do governador. O auxiliar de Lacerda apresentou-se nu, dizendo que o governador já se recolhera.

– Vista-se, ordenou Horta, e chame o governador. Diga-lhe que é o ministro da Justiça.

A conversa foi longa e certamente difícil, pois Horta deixou o Hotel, alta madrugada, arrasado. – Ele diz que renuncia, explicou. – Vai para o Rio amanhã cedo e renuncia. É um escândalo.

Despedimo-nos de Horta ao amanhecer. Aparecido, de fogos acesos, especulava sobre o incidente nas relações políticas tão estreitas do mi-

5 João Hermínio, mordomo do Palácio da Alvorada e velho servidor de Jânio Quadros.

nistro com o governador, evidentemente aliados no esforço comum para conter os avanços de Jânio na política externa como na interna. Lembro-me de ter dito: – Renunciar ele não renuncia. Esse episódio da mala é ridículo, e esse homem não vai deixar o governo coberto de ridículo.

Aparecido inclinava-se a crer em farsa, com a participação de Horta, num complô para conter Jânio. – Estou com vontade de provocar hoje a demissão do Horta, disse. Sabendo que, se Aparecido quisesse, isso poderia acontecer, procurei contê-lo: – Talvez seja ainda cedo, respondi. Dias antes, Aparecido e Castro Neves⁶ haviam examinado exaustivamente a hipótese de uma conspiração direitista dentro do governo e a necessidade de golpeá-la antes que fosse tarde. De minha parte, via nisso especulação excitada, de quem está numa luta e dá realidade às próprias apreensões, tantas vezes fantasistas.

Antes de embarcar, às sete horas da manhã, Lacerda telefonou a Adauto Cardoso⁷ comunicando-lhe a decisão de renunciar ao governo. Só algumas horas depois abandonaria a ideia para fixar-se na tática da denúncia e da guerra aberta, que foi num crescendo de artigo de jornal até a fatídica fala na televisão.

O telefonema de Aparecido ao presidente, momentos antes do desembarque de Lacerda, cerca das oito horas da noite, alertando Jânio sobre uma possível manobra política do governador, estará talvez na raiz do caso da mala. O repórter de *O Globo* furara o segredo da viagem de Lacerda a Brasília. Procurou Aparecido e pediu pormenores. – Quem lhe disse? – perguntou. – Foi o Roberto Marinho, que levou o Carlos ao aeroporto. Ele disse que vinha a chamado do presidente. O secretário particular chamou Jânio ao telefone e avisou-lhe que a visita adquiria outro aspecto: Lacerda comunicara o fato a jornalistas, dizendo-se convidado, quando a iniciativa era dele e a reserva no encontro fora por ele solicitada.

6 Francisco de Castro Neves, advogado trabalhista, ministro do Trabalho de Jânio.

7 Adauto Lúcio Cardoso, então líder da UDN na Câmara dos Deputados, da qual foi posteriormente presidente e da qual saiu para ser ministro do Supremo Tribunal Federal.

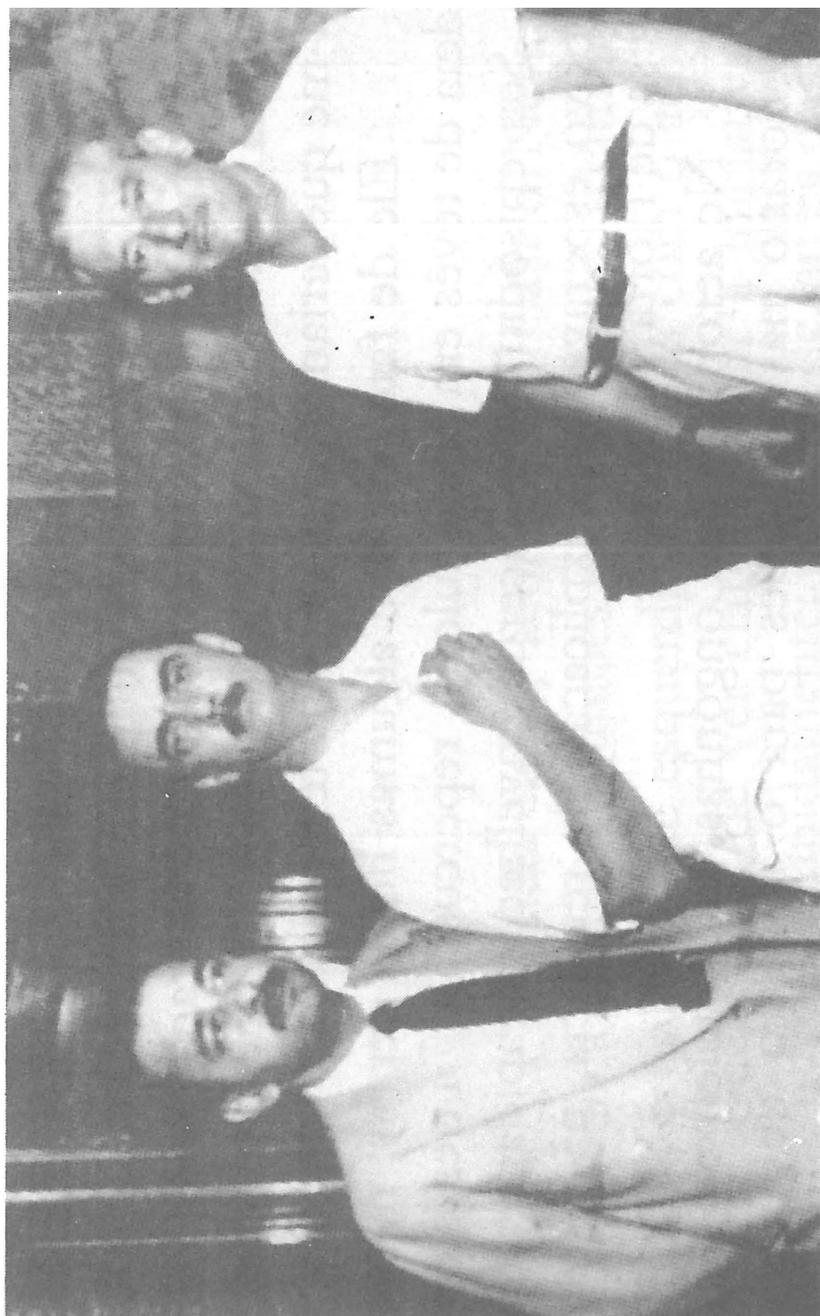
No avião, a caminho de São Paulo, perguntei a João Hermínio, mordomo do presidente, o que se passara no Palácio com o governador da Guanabara, uma semana antes. – O governador desceu, disse ele, e o general mandou que o levássemos com a mala para um apartamento. Lacerda desarrumou rapidamente a bagagem, pôs a escova, a pasta de dentes e outros objetos no banheiro, arrumou-se e desceu. Mais tarde, o ministro Horta me telefonou, mandou descer a mala e entregá-la embaixo ao governador. – E Lacerda surpreendeu-se? – Ele ficou com a cara esquisita, olhou-me com olhar vago e disse: – Não tem importância, vou para o hotel.

Sentei-me, em seguida, ao lado de Horta. Alguns dias antes, dissera-me ele que Lacerda não compreendia por que eu o hostilizava. – O Aparecido, ele entende, você não. Respondi-lhe que não hostilizava nem o governador nem ninguém, mas que, no caso de Lacerda, não seria por falta de motivo. Atacara-me várias vezes, a mim e a meus companheiros de reportagem política, indo até ao insulto. Horta preocupava-se em ajustar Lacerda ao governo federal, quebrando arestas. As coisas não se passavam como desejava, apesar do esquema montado. Algo pegava. Jânio disparara noutro rumo, à revelia de alguns ministros e com riscos que preocupavam o ministro da Justiça. Precisava ajustar as peças. Aparecido, incentivando o presidente, era um obstáculo. Não tendo sido possível eliminá-lo de começo, era necessário contorná-lo ou controlá-lo. Na reunião dos governadores, na Guanabara, no fim de julho, Lacerda fez, ele próprio, um esforço: procurou pessoalmente Aparecido, levou-o a almoçar com seus secretários, na Guanabara⁸. Mas a coisa não teve seguimento. A divergência, senão a oposição de objetivos, tornava insanáveis as dificuldades entre ambos.

Perguntei a Pedroso Horta se ele já podia dar por concluído seu curso de Carlos Lacerda.

– Você pode gozar; respondeu. Estava em dúvida se deveria falar; ou não, ao chegar a São Paulo. Alguma coisa o engasgava. – Até onde foram suas conversas com o Carlos?, arrisquei. – Não houve nada que não pu-

8 Palácio Guanabara, sede administrativa do governo estadual.



Aparecido, Jânio e Quintanilha Ribeiro

desse ser dito e repetido, respondeu. E com força: – Se alguma coisa de grave foi dito, ele é que o disse. Eu falava um e ele dizia cem. Foi uma conversa sobre dificuldades de governo, sobre entraves ao exercício da vida pública. Examinamos a possibilidade de reformas na Constituição. Quem neste país não é favorável a reformas na Constituição? O próprio governo, no tempo do Nereu, designou uma comissão de juristas e políticos para estudo dos pontos a reformar. Então, isso é conspirar? Esse homem é um louco.

Horta estendeu-se. Súbita eloquência quebrava-lhe a contenção de tantos dias. Não guardei suas palavras e não consigo reconstituir os pormenores. Lembro-me apenas de que articulava uma explicação razoável, resposta convincente às acusações de Lacerda. Pareceu-me que teriam efeito, ditas na televisão.

Ele de fato as disse algumas horas depois, numa cadeia de tevês em São Paulo. A repercussão foi desastrosa. Seu episódio com Lacerda envelhecera rapidamente. O povo esperava uma explicação da renúncia, não uma defesa de Horta.

No aeroporto de Congonhas, fui ao telefone solicitar horário nas televisões para o ministro de Jânio. Encontrei na cabine Francisco Julião⁹. Vinha do Sul e parecia assustado. Procurava pôr-se ao abrigo.

9 Francisco Julião, deputado federal por Pernambuco, líder das Ligas Camponesas.

CAPÍTULO III

Naquela noite, acompanhei Castro Neves e Aparecido a algumas reuniões em São Paulo. Eram intelectuais e políticos de esquerda, excitados com o acontecimento, desejosos de ver claro e tomar a iniciativa. O problema evoluía rapidamente: cogitava-se, antes de tudo, de medidas e de apoios capazes de assegurar a posse de João Goulart. Jânio voava para o ostracismo. A oposição dos chefes militares ao vice-presidente armava outro tipo de luta, atual, vivo, imperativo.

Na manhã seguinte, reunimo-nos na casa de Quintanilha e fomos à Base Aérea de Cumbica visitar o presidente. Identificados os visitantes e consultado Jânio, deram-nos acesso à casa do comandante, que o hospedava. À porta, o ajudante de ordens, major Amarante, exibia sua fidelidade pungida, em mesuras graves, de quem recebe pêsames.

O presidente estava emocionado, mas afável, cordial. Agradeceu a Aparecido e a mim a nota nos jornais, o comunicado final. – Vocês prestaram um excelente serviço, disse.

Não lhe fizemos perguntas. É claro, porém, que ele sentia necessidade de falar. – Entrei neste mês de agosto, disse ele, apreensivo, com o coração apertado. Algo por dentro dizia-me que as coisas não iriam bem. Se me perguntam, não sei dizer por quê. Talvez a morte de Getúlio¹, a lembrança da morte de Getúlio, ocorrida neste mês fatídico, dava-me pressentimentos.

1 Getúlio Dorneles Vargas, gaúcho, chefe político e militar da Revolução de 30. Foi presidente da República ditador até 34, depois presidente sob regime constitucional até 37, ano em que proclamou a ditadura o “Estado Novo”. Durante esta, reprimiu brutalmente a oposição, mas proveu a industrialização do país, com destaque para a construção da Usina de Volta Redonda, e implantou a legislação trabalhista até hoje vigente. Deposto pelos militares em 45, voltou à Presidência eleito pelo voto popular em 1950, para criar a Petrobrás, a Eletrobrás e a Lei de Controle da Remessa de Lucros para o Exterior, até ser deposto novamente pelos militares em 24 de agosto de 1954, data em que se suicidou.

Falou de Carlos Lacerda: – Não lhe guardo ódio, tenho pena dele. Não constrói nada. Repetiu o gesto e a frase da véspera: – Não consegue pôr tijolo sobre tijolo. E uma vocação para o mal, como se mil pequeninos demônios vivessem em luta dentro de sua cabeça. Que destino terrível!

Castro Neves interrompeu a conversa. Chamou Jânio a um canto da sala, não tão longe nem falando tão baixo que não o pudéssemos ouvir. Queria instruções. Sindicatos no Rio, no estado do Rio e em Santos aguardavam ordem para tentar uma greve. Embora surpreendidos, alguma coisa poderiam fazer. – Não senhor, respondeu-lhe o presidente, não devemos tomar qualquer iniciativa. Não dê palavra alguma. Não quero assumir a responsabilidade de incendiar o país.

Voltando à roda, Jânio, percebendo que ouvíramos, acrescentou: – Não farei nada por voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela reimplantação do nosso governo. O Brasil, no momento, precisa de três coisas. E, enumerando com os dedos, no gesto que a televisão tornara tão conhecido: – Autoridade, capacidade de trabalho e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém, mas ninguém, que reúna esses três requisitos. Pode ser que o processo demore mais do que o previsível, um ano até, dois. Mas é inevitável. Depois de uma pausa: – Se tal não ocorrer, a renúncia se completa em si mesma. Pelo menos legarei o gesto. Num país em que ninguém renuncia, eu renunciei a quatro anos e meio de Presidência da República.

A conversa mudou de rumo. Informações sobre atitudes de um ou de outro companheiro. Especulações. Disse ao presidente que ouvira no rádio a notícia de que Raimundo Sousa Dantas² pedira demissão da Embaixada, solidário com a renúncia. Os olhos de Jânio se encheram de lágrimas. Chamou Quintanilha à parte e pediu-lhe que solicitasse a Ermírio de Moraes³ que amparasse Raimundo, que sabia pobre.

2 Raimundo de Sousa Dantas, jornalista, primeiro negro a ser assessor de presidente da República, nomeado por Jânio embaixador do Brasil em Gana, cargo que exerceu já no governo seguinte, de João Goulart.

3 José Ermírio de Moraes, senador pelo PTB de Pernambuco e empresário, fundador do grupo Votorantin.

Informou que viajaria no dia seguinte para a Europa, mesmo porque não teria onde morar, por enquanto, em São Paulo.

O telefone chamou-me. Subi ao primeiro andar, era uma ligação interurbana, de Porto Alegre. Do outro lado, o governador Leonel Brizola⁴ perguntava-me ansioso o que estava se passando. – O presidente está bem? Está sofrendo algum constrangimento? Há garantias? Explique-me o que aconteceu! Está tudo bem?

Que poderia eu responder? Está tudo bem, o presidente não sofre qualquer restrição ou constrangimento. Segue amanhã para a Europa. O diálogo não tinha como prosseguir.

– Diga a ele, encerrou Brizola, que estou às suas ordens. Se quiser, se julgar conveniente, venha para o Rio Grande. Aqui estamos com ele.

Dei o recado a Jânio, que ouviu em silêncio.

Alguns instantes depois, preparamo-nos para sair. O presidente também deixaria Cumbica.

Na porta, o major Amarante informou-me que o presidente lhe ordenara devolver a faixa presidencial. Iria entregá-la ao comandante do II Exército⁵.

São Paulo estava nublada. Chuviscava. Jânio, dirigindo-se a um DKW⁶, abriu um cortejo de quatro ou cinco carros, logo acrescido pelas viaturas de reportagem. A certa altura, na cidade, desviou-se de rota. Seguiu pela estrada de Santos.

4 Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, era cunhado do vice-presidente João Goulart.

5 O comandante do II Exército, baseado em São Paulo, na época, era o general Costa e Silva, que depois viria a ser ministro da Guerra e presidente da República, após o golpe militar de 64.

6 Marca de carro popular, dos primeiros fabricados no Brasil durante o governo JK.

CAPÍTULO IV

Deixei São Paulo com a sensação de que algo estava errado em tudo aquilo. Teria o presidente o direito de lançar o país naquela frustração e naquele pânico?

Partira do governador Brizola, ao que eu saiba, a primeira advertência a Jânio de que a política do seu governo não encontraria apoio no sistema em que se baseava. Sobretudo no sistema militar.

Brizola parecia gratamente surpreendido com a orientação de Jânio e com as providências administrativas tomadas na Conferência de governadores em Florianópolis. Desaparecera como por encanto a hostilidade da campanha, toda e qualquer desconfiança, a prevenção que levara Brizola, meses antes, a pregar uma intervenção militar para impedir as eleições, a vitória e a posse de Jânio, que considerava inevitáveis e terríveis. Em Porto Alegre, no inverno anterior, na companhia de Pompeu de Sousa e Autran Dourado¹, auxiliar de Juscelino, eu ouvira Brizola justificar a revolução contra a eleição.

Agora, comparava Jânio e Juscelino e se rejubilava pela seriedade com que o primeiro tratava os problemas e lembrava suas decepções com o segundo. Juscelino, me disse ele num primeiro encontro no Hotel Nacional², que se repetiria todas as vezes que vinha a Brasília conferenciar com o presidente, era um atochador; Jânio um homem de governo. Já nesse primeiro encontro, Brizola sondava-me sobre o que eu sabia das disposições do presidente, da sua firmeza em prosseguir no caminho escolhido. Achava que, para fazer o que ele estava fazendo, deveria alterar gradativamente seu esquema militar. Essa gente que o cerca e o acompanha não vai longe no apoio: forcem Jânio a mudar ou o derrubam.

1 Roberto Pompeu de Sousa Brasil, jornalista, diretor do *Diário Carioca*, onde trabalhou o autor. Waldomiro Autran Dourado, escritor, tabelião nomeado por Juscelino Kubitschek, de quem fora assessor da Presidência e *ghost writer* de discursos presidenciais.

2 Hotel Nacional, o segundo hotel de luxo construído em Brasília.

Descrevi essa conversa, como faria depois com as seguintes, num memorando que passei às mãos do presidente.

Alguns dias depois, acompanhei Jânio a Uruguaiana, para o encontro com Frondizi³. Brizola incorporou-se à comitiva presidencial. Procurava meios e modos de uma conversa franca, em que expusesse suas dúvidas ao presidente. A comitiva e o programa oficial não lhe deram ensejo. Na volta, encontramos-nos no aeroporto de Porto Alegre. Brizola levou-me até o avião e pediu-me expressamente que transmitisse conselho seu ao presidente: começar logo as alterações no esquema militar. Sabia o que estava dizendo e não havia tempo a perder. Apontava ao presidente dois nomes, dois comandantes que deveriam ser chamados imediatamente: o general Osmino Alves e o general Amaury Kruehl⁴. Osmino, explicou, está identificado ideologicamente com a política. Kruehl não era homem de posições políticas, mas um militar de lealdade prussiana. Aceitando a missão, disse, ele a cumprirá até o fim, seja qual for o risco.

No dia seguinte, em Brasília, Jânio leria em memorando a recomendação de Brizola.

João Goulart não tardou em seguir a rota aberta por Brizola. Algumas semanas depois de instalado o governo, Raul Ryff⁵, secretário do vice-presidente, passou dos telefonemas a Aparecido para a presença discreta no nosso quarto de hotel e logo ostensiva no gabinete do secretário particular do presidente. Tratava-se de conhecimento antigo, posto a serviço do exame de uma situação que interessava a ambos. Por intermédio de Ryff, o vice-presidente experimentava com alguns pedidos ou com algumas reclamações a linha de resistência do governo.

No segundo ou terceiro mês de governo, Jânio convidara Jango⁶ a acompanhá-lo a Cuiabá, para a reunião de governadores. Havia dificuldades, o vice-presidente, no Rio, não encontrava avião que o trouxesse a

3 Arturo Frondizi, presidente da Argentina.

4 O general Osmino Ferreira Alves era comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul; o general Amaury Kruehl foi nomeado por Jânio embaixador na Bolívia e, no governo João Goulart, foi comandante do II Exército.

5 Raul Ryff, jornalista, filiado ao Partido Comunista Brasileiro.

6 Jango: Apelido de João Goulart.

Brasília a tempo de viajar com o presidente. Este mandou buscá-lo em avião da FAB. Dada a ordem, algumas horas depois, verificou-se que ela não fora cumprida. Jango continuava no Rio, sem avião. Aparecido foi ao presidente e o pôs a par da situação: a Casa Militar não obtinha avião da FAB. Jânio chamou o general Pedro Geraldo e determinou que fosse requisitado, imediatamente, ainda que em vôo, qualquer avião, civil ou militar, para transportar o senhor vice-presidente da República. A resistência cessou. Jango, ao amanhecer, compareceu ao aeroporto militar de Brasília para viajar com Jânio. Lembro-me da frieza com que foi recebido por brigadeiros, almirantes, generais e ministros. Aproximou-se de mim e sentamo-nos num sofá à margem dos grupos oficiais, até que o presidente, com uma hora de atraso, desceu do automóvel e carregou Jango pelo braço ao avião. Viajaram a sós na cabine presidencial. Soube depois que nessa ocasião o presidente advertira seu sucessor de que não lhe aproveitaria qualquer agitação ou rebeldia contra o governo. – O poste em que içarem minha cabeça, disse, terá a sua do outro lado.

Uma manhã, Aparecido pediu-me que saísse em sua companhia. Fomos à Granja do Torto⁷, onde Jango nos esperava.

Houve uma longa conversa na qual o vice-presidente, por meias palavras, repetia as teses de Brizola: como Jânio faz essas coisas, se conta só com a UDN? A UDN não irá deixá-lo na mão? Duvidava da sinceridade do presidente, achava que algo das intenções de Jânio permanecia secreto. Jango fazia restrições ao entusiasmo de Brizola e discretamente insinuava (Brizola conversou comigo. Ele me disse: comandante...) que nada se faria à esquerda sem o seu consentimento. O próprio Prestes⁸ combinava com ele as coisas a fazer e até o divertia ver o Almino Afonso⁹ consultá-lo solenemente sobre a conveniência de alguma medida que ele próprio, Jango, já acertara previamente com o chefe comunista. Jango

7 Granja do Torto, residência oficial escolhida pelo vice-presidente da República, João Goulart.

8 Luís Carlos Prestes, líder desde 1930 do Partido Comunista Brasileiro.

9 Almiro Afonso, deputado do PTB pelo Amazonas (cassado pelo regime militar, em 64, voltou à Câmara eleito por São Paulo, em 94), ligado à esquerda radical, líder da bancada na Câmara.

aludia também, sempre obliquamente, ao problema militar: – O general Cordeiro¹⁰ não vai achar ruim? Soube que, outro dia, num avião, disse que iria pôr termo a essa coisa.

A conversa de Jango foi também resumida em memorando e comunicada ao presidente. Algumas semanas depois, voltamos ao Torto, num fim de tarde. A conversa foi mais aberta: Jango insistia em que as coisas não iam bem com o sistema militar do governo. A certa altura, de passagem, aludiu aos inquéritos de Jânio¹¹.

– Meu nome está aparecendo e vou fazer uma carta ao presidente.

A conversa prosseguiu até tarde, estimulada por alguns uísques. Terminamos jantando no Torto. Aparecido via mil intenções e analisava de todos os ângulos a palavra de Jango. Parecia evidente que o PTB aprofundava contatos para apoiar uma política que não parecia importante. Aparecido via, na aproximação, perspectiva de consolidação da linha de governo com a qual se identificava. Taticamente, armava-se para um golpe decisivo na influência de Horta e do que ele representava: a aliança de Jânio com o lacerdismo.

Dois dias depois, chegava a carta de Jango. A carta que Jânio devolveu por não estar vazada em termos, e por não corresponder à verdade¹². O presidente foi literalmente surpreendido pela reclamação de Jango: os dois relatórios que lhe havíamos entregue, os contatos indiretos e a solicitação de pequenos favores davam-lhe a ideia de que o vice se ajustava ao governo e se preparava para apoiá-lo.

O mal-estar e o gelo foram gradativamente quebrados pela ação pertinaz de Raul Ryff, o qual, sentado horas a fio no gabinete de Aparecido, provocava irritação aos oficiais da Casa Militar e até a ministros de Estado. Muitas vezes acordava eu no quarto do hotel com os cochichos

10 General Osvaldo Cordeiro de Farias, de forte liderança no Exército desde o fim da II guerra, quando ascendera ao generalato.

11 Ao assumir, Jânio Quadros determinara a abertura de numerosos inquéritos destinados a devassar o governador JK, no qual João Goulart, como chefe do PTB, detivera o poder sobre o Ministério do Trabalho e todos os institutos da Previdência Social.

12 O despacho de Jânio apostado à carta de Jango foi: “Devolva-se ao ilustre signatário, por não estar vazado em termos próprios, além de não representar a verdade.”

de Ryff e Aparecido. Parece que, nessas conversas em tom menor, surgiu a primeira insinuação relativa à missão de Jango na China.

A mim, quem primeiro falou no assunto foi Brizola. Voltara a Brasília, vencido o constrangimento do incidente da carta, e estivera com o presidente. Desta vez encontrei-o no Brasília Palace¹³: estava ainda desconfiado não só pela carta como pela ação do governo na greve de estudantes no Recife¹⁴. Admitia a hipótese de que Jânio pensava em dar golpe. Embora satisfeito com a ação política e administrativa do presidente, não fugia a especulações. Tranquilizei-o como pude. Lembrei-lhe a convocação do general Krueel para a Embaixada na Bolívia.

– Não entendi, disse ele, não foi isso o que sugeri. O homem é útil no comando. No comando militar.

A conversa chegou ao caso de Jango:

– Isso é ruim, observou. – Não se poderia pôr uma pedra em cima? Há agora uma oportunidade: Jango está de viagem para fora, vai à China. Quem sabe o presidente poderia lhe atribuir uma missão oficial, qualquer que fosse?

No mesmo dia, Jânio teve informação da conversa, por escrito.

Um dia Brizola telefonou-me de Porto Alegre: solicitou providências administrativas, recomendando-me um de seus assessores que iria procurar-me e pedindo que sugerisse ao presidente a inclusão dele, Brizola, na delegação brasileira à Conferência de Punta del Leste¹⁵. Queria ir não apenas para formalidades, mas pretendia, como delegado, ter direito de falar.

Brizola voltou a Brasília na véspera da viagem a Montevideú. Com toda a delegação, foi recebido pelo presidente. Saiu da sala impressio-

13 Brasília Palace, o primeiro hotel de Brasília, construído à beira lago.

14 Greve desencadeada sob aparente inspiração do prefeito de Recife, Miguel Arrais, e que preocupava especialmente José Aparecido, que chegou a mandar observadores para acompanhar os passos de Arrais. O IV Exército, sediado em Recife, envolveu-se na repressão ao movimento, por iniciativa do ministro da Justiça.

15 A Conferência de Punta del Leste, da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi convocada por iniciativa dos Estados Unidos com a finalidade de excluir Cuba dessa organização; o Brasil postou-se contra a proposta, com o apoio de vários outros países, com o que se frustou a proposição.

nado: parecera-lhe que a xícara de café tremia nas mãos de Bernardes Filho¹⁶ quando o presidente ordenou que, na hipótese de ser rejeitada a colocação dos problemas nos termos propostos pelo Brasil, a delegação abandonasse a conferência.

Não me lembro com segurança se foi essa a derradeira visita de Brizola a Brasília no governo Jânio ou se ele voltou à capital depois da conferência. Sei que, no último encontro que tive com ele, à noite, no Hotel Nacional, o governador tinha alguma coisa de especial a transmitir ao presidente. Jânio iria a Porto Alegre, conforme fora programado, a 26 de agosto. Pois bem, queria que o presidente soubesse que havia o risco de escândalo durante sua permanência no Sul. O governo vinha sendo provocado pelos comandantes militares federais no estado, o general Machado Lopes e o general Murici¹⁷. Este último pregaria a formação de verdadeiras milícias para se opor politicamente ao governador, a pretexto de defender a ordem pública e o regime, que ninguém ameaçava. Estavam interferindo na situação interna do estado, ostensivamente, e o governador não toleraria por mais tempo a provocação. Queriam criar o caso e teriam o caso. E tudo poderia se passar na presença do presidente, em Porto Alegre.

– Basta que eles me provoquem.

Brizola contou que o velhinho – o velhinho era o general Machado Lopes, comandante do Exército – o desafiara, dias atrás, por ocasião de um banquete ao embaixador da Suíça. O tema da conversa, se não me engano, era Cuba e o comunismo. Brizola sentiu-se alvejado e reagiu, dizendo o que pensava, a ponto de haver mal-estar geral com o diálogo.

– Eles querem me levar às últimas. Diga ao presidente que não aguento mais tanta provocação.

16 Artur Bernardes filho, ex-senador, presidente do Partido Republicano e ministro da Indústria e Comércio de Jânio; nessa qualidade, chefe da delegação brasileira à conferência.

17 General Machado Lopes, comandante do III Exército, viria a apoiar Brizola na resistência em favor da posse de João Goulart na Presidência. General Andrade Murici, um dos líderes militares na deposição de Jango em 64.

Para ele, não visavam os militares apenas ao governador, mas também ao presidente, que iria sentir as consequências de não ter mudado em tempo o esquema militar. Iria arrepende-se.

O presidente, na manhã seguinte, leu o memorando, uma folha de papel pequena que pouco depois vi nas mãos do general Pedro Geraldo, com um despacho de Jânio.

Já estava em pleno desenvolvimento o episódio Lacerda, a crise final do governo, quando fui procurado num fim de semana no Rio por uma comissão de militares, cinco ou seis. Heráclio Sales¹⁸ me solicitara por telefone que os recebesse. Eram membros da diretoria do Clube Militar. Não lhes perguntei os nomes. Foram direto ao assunto: haviam apoiado Lott¹⁹ na campanha presidencial, mas solidarizavam-se com a política externa de Jânio. O presidente cometera um erro grave ao confiar-se militarmente a homens hostis à política adotada. A consequência era que essa gente conspirava e estava preparada para derrubar o governo. Não se tratava de suposição, mas de fato, e o golpe poderia ocorrer a qualquer momento. Estavam dispostos a tentar a luta, desde que o governo confiasse neles e se dispusesse à adoção de medidas rápidas.

Habitado às advertências de Brizola, considerei as informações fora do plano de urgência em que elas eram colocadas. Segunda-feira, em Brasília, transmiti-as ao Aparecido. Disse-me que deixasse o assunto com ele, pois estava examinando com o presidente outras informações. Pediu-me que conversasse com o governador Aluísio Alves²⁰, ali presente, e reduzisse a itens, por escrito, as revelações que fazia a respeito dos planos de Carlos Lacerda para execução imediata. Aluísio dizia-se convencido de que um episódio extremamente grave se configurava e a intenção era derrubar o governo. Para ele, Lacerda conspirava.

18 Heráclio Sales, Jornalista, na época responsável pela coluna *Coisas da Política do Jornal do Brasil*.

19 General Henrique Duffles Batista Teixeira Lott, ministro da Guerra de Café Filho, chefe do golpe que garantiu a posse de JK, ministro da Guerra de JK e candidato à sucessão derrotado por Jânio Quadros.

20 Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, ex-companheiro de Carlos Lacerda na direção da *Tribuna da Imprensa*.

Tenório Cavalcanti²¹, de Caxias, telefonava com insistência para advertir e pediu que credenciassem alguém para ouvi-lo. O presidente, cauteloso, não queria envolver-se, nem direta nem indiretamente, na rede de informações e rumores que se armara em torno do caso Lacerda. Terminou por autorizar Augusto Marzagão²², alheio ao gabinete, a receber o dossiê de Tenório.

No dia seguinte, Gabriel Passos²³ procurou apreensivo o secretário particular, a quem transmitiu informações que considerava idôneas: o governo estava ameaçado por uma conspiração direitista que poderia derrubá-lo a qualquer momento.

Anunciado que Lacerda iria à televisão, esperava-se que culminasse sua campanha de artigos e entrevistas denunciando a política externa com um ataque frontal de larga envergadura. Havia informações de que, em São Paulo, insinuara ele que o governo tramava um golpe. Aparecido, já então convencido de que se imprensava o presidente, solicitou de Jânio que o autorizasse a viajar para o Rio e antecipar-se a Lacerda e à denúncia, na televisão: iria furar o tumor, denunciando a conspiração de Lacerda e de grupos da direita contra o governo. Caberia a Jânio, no dia seguinte, demiti-lo, mas a trama do inimigo estaria liquidada. Horta resistiu quanto pôde, alarmado. Trancou-se uma tarde toda com o secretário particular, no gabinete deste, apontando os riscos da operação e sua inutilidade. Com o volume crescente das informações e a pressão de Aparecido, Jânio terminou por autorizá-lo a viajar. Mas o fez tardia e imprópriamente. Eram seis horas da tarde de quarta-feira, 23 de agosto, quando sua voz explodiu pelo *telespeaker* na sala de Aparecido: – Pode seguir para o Rio. Converse antes com o Horta e receba as instruções do ministro da Justiça.

21 Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, chefe político de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, e deputado federal pela UDN, tido por pistoleiro.

22 Augusto Marzagão, ex-assessor pessoal de Jânio Quadros, nomeado para dirigir a representação do Instituto Brasileiro do Café em Milão.

23 Gabriel Passos, deputado federal por Minas, da UDN, nacionalista, candidato derrotado ao governo do estado, na eleição em que saiu vitorioso seu concunhado e adversário JK, em 1950.

A ordem tão espetacularmente levada ao conhecimento dos repórteres não poderia mais ser cumprida: se não pelo atraso da decisão, pelo menos por ter ficado evidente que o secretário particular iria ao Rio em missão do presidente.

No dia seguinte, restritas as apresentações no Palácio a um pequeno grupo, havia nervosismo, no entanto, nos meios políticos e nos jornais. Desde cedo, João Calmon²⁴ telefonava-me do Rio para saber se havia alguma restrição à presença do governador Lacerda na televisão. Respondi-lhe que não tinha instruções a respeito, mas pedi-lhe que voltasse a telefonar. Levei o assunto ao ministro da Justiça, a quem encontrei logo depois no gabinete de Aparecido. – Não nos cabe, disse Horta, impedir que o governador da Guanabara fale na televisão. E depois de uma pausa: – Se possível, não diga nada, não responda nada.

Deixei de atender a novas chamadas de Calmon. Quando mais tarde, porém, não pude escapar a um de seus auxiliares; disse-lhe que o governo nada tinha a dizer a respeito do assunto. O jornalista ficou perplexo, como que achando que tal coisa talvez significasse que o governo não queria Lacerda na televisão e que poderia ir até mesmo a represálias se a fala não fosse evitada.

24 João Calmon, diretor dos Diários Associados, e deputado pelo Espírito Santo.

CAPÍTULO V

Pouco depois de uma hora da tarde do dia 25 de agosto, fui ao apartamento de Horta, na Superquadra 206, onde Aparecido me levava tantas vezes a almoçar. Horta vigiava-o dia e noite. Queria-o junto dele, cercava-o, seduzia-o, certo de que era com ele o diálogo importante a manter. Era um duelo encoberto pelo carinho ostensivo, uma disputa cruel mas civilizada. Aparecido, agressivo por temperamento e por tática, desempenhava conscientemente o papel que lhe cabia. Mas só ia ao combate frontal quando acuado. Minha presença visava a limitar Horta, a reconduzir-lhe a área de assalto. Festejando as senhoras e uma criança que ali moravam, Aparecido acentuava a intimidade com a casa, a convivência afetuosa, mas também ganhava tempo, roubava tempo ao ministro. Sempre que podia esquivava-se de comparecer, para que ficasse clara a insistência dos convites, ou recorria a delongas enervantes que Horta suportava com estoicismo e gentileza.

A presença de Aparecido no governo tornava-se a cada dia mais inquietante para o ministro da Justiça. O secretário particular surpreendia-o com nomeações que desarticulavam as composições laboriosas de Horta e estimulavam as reações do presidente à distribuição de postos administrativos em função de interesses políticos. Horta, nesse ponto, não tinha uma nomeação a defender, e não fosse dentro de critérios de composição que se julgava no dever de realizar para fortalecer o governo. Seus esquemas, no entanto, eram furados quase diariamente e em tudo ele via o dedo do secretário. Apertava Aparecido e este negava. Com melancolia, mas com bom humor, Horta retrucava-lhe:

– Por Deus do Céu ou por Nossa Senhora?¹

Não lhe bastassem as restrições, a irritação de Jânio no trato desse

1 Reação ao cacoete de José Aparecido jurar, ora por Deus, ora por Nossa Senhora.

assunto. – Esse interesse nacional está apenado a quem? – perguntou-lhe um dia o presidente, quando o ministro lhe propôs distribuição de diretoria da Siderúrgica Nacional.

Isso, no entanto, era um aspecto apenas, e o menos relevante, da luta da influência que se estabelecera no governo entre o ministro e o secretário; o primeiro, fiador dos compromissos de campanha, e o segundo, detonador de um processo de rompimento desses compromissos.

Na casa de Horta, naquele dia 25, almoçavam em torno da mesa o ministro, o líder do governo, Pedro Aleixo², o consultor-geral da República, Caio Mário Pereira – um eufórico professor de província –, o vice-presidente da Light, Antônio Gallotti, talvez mais um outro amigo do ministro. Entreguei a Horta cópias da mensagem da renúncia e sentei-me à mesa para almoçar. A certa altura, chegou o brigadeiro Grum Moss. Horta levou-o ao interior do apartamento e conversaram por algum tempo. O ministro da Aeronáutica mantinha-se visivelmente traumatizado.

Aparentemente, na mesa de almoço, ninguém sabia da renúncia. Ao fim, completou-se a ligação telefônica que o ministro pedira para São Paulo. Solene, com a evidente consciência de quem desempenha um papel, Horta cumprimentou o governador Carvalho Pinto e transmitiu-lhe a comunicação oficial: – O presidente pediu-me que lhe comunicasse que renunciou esta manhã ao governo. Seguiu para São Paulo. Deve estar chegando lá agora. É definitivo.

Desligando o telefone, Horta desculpou-se com Pedro Aleixo por surpreendê-lo daquela maneira, mas cumpria, disse, instruções precisas. Logo a seguir, completou-se a ligação para o Rio.

– É o governador da Guanabara? Aqui fala o ministro da Justiça. (– É o Pedroso?) – Não. É o ministro da Justiça. O presidente da República determinou-me que comunicasse a V. Exa. que renunciou hoje à Presidência e seguiu para São Paulo. Pediu-me que avisasse a V. Exa. antes de divulgada a notícia, para que tenha tempo de tomar suas providências. Deseja felicidades a V. Exa. Boa tarde.

2 Pedro Aleixo, deputado pela UDN de Minas, que ocupava a Presidência da Câmara no dia em que Getúlio Vargas a fechou, em 10 de novembro de 1937. Líder do Governo de Jânio na Câmara.

Colocou o fone no gancho, concluindo a cena que lhe terá sido a predileta de todo o drama.

Durante os meses de governo, Horta referia-se algumas vezes, visivelmente recompensado, às críticas e sátiras de que ele e Quintanilha foram alvo na campanha.

– Nós éramos os provincianos, dizia e olhava com o ar de quem me identificava atrás de alguns tópicos do *Diário Carioca*. – Pois os provincianos estão agora governando o Brasil. Esse país imenso está em nossas mãos. Somos três ou quatro os que têm as rédeas.

Num olhar retrospectivo sobre o governo, não se pode deixar de pensar na circunstância de serem Jânio, Horta e Quintanilha estranhos na vida pública do país. Conheciam pouco e mal as pessoas, sempre do ângulo suficiente do provinciano afirmado e vitorioso. A Jânio, as pessoas interessavam pouco e, provavelmente, no Rio, teria sido o mesmo político que foi em São Paulo. Os outros, não. Sabidíssimo, educadíssimo, fino no trato, rápido na identificação de propósito das intenções, Horta padecia da sua escassa convivência com os políticos, a quem não entendia, a não ser na perene suspeita dos objetivos subalternos. E aos quais, por isso mesmo, distinguia com um certo desdém, herdado, quiçá, da convivência com artistas e boêmios. Quando Horta, por exemplo, depois da renúncia, exprimia sua indignação pelo fato de que os deputados queriam interpelá-lo sobre a denúncia de Carlos Lacerda, a ele que, isso sim, estava em condições de interpelar deputados, não fazia um simples jogo político: dava curso à intuitiva prevenção da sua mocidade, passada entre pintores e literatos, contra os políticos em geral.

Pedro Aleixo disse-me, depois, ter sido realmente surpreendido com a notícia da renúncia, dada por Horta como sobremesa naquele almoço. O ministro procurara-o por volta das onze horas, convocara-o e solicitou que lhe desse suas horas até o meio da tarde. Quando já se encontrava com o ministro, recebera um telefonema de José Maria de Alkmin³ comunicando-lhe que Mazzilli fora convocado pelos ministros

3 José Maria Alkmin, deputado pelo PSD de Minas, ministro da Fazenda de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, vice-presidente da República no início do regime militar de 64.

militares. Presumia que a crise se agravara, mas não sabia a que ponto nem em que sentido.

No entanto, dos presentes, alguém mais sabia da renúncia: era Antônio Gallotti, amigo íntimo de Horta.

O ministro da Justiça comparecera à Câmara dias antes para relato das providências do governo no caso da greve de estudantes no Recife. Mas no dia da renúncia não queria voltar lá. Alegava que os deputados, no decurso da madrugada, haviam decidido convocá-lo para uma espécie de julgamento. O ministro se humilharia se lá comparecesse como réu.

- Querem me interpelar, me julgar? Eu é que posso interpelá-los e julgá-los.

Havia erro de informação, mas também uma estranha distorção, que o simples motivo psicológico antes apontado não explica, na maneira de Horta encarar o assunto.

Pela madrugada, depois de conhecida a denúncia de Lacerda, numerosos deputados acorreram à Câmara. Havia a expectativa de uma sessão, que não chegou a se concretizar. Líderes reunidos, Pedro Aleixo, Alkmin, Almino Afonso e outros decidiram que o melhor procedimento seria convocar o ministro da Justiça para responder ao governador da Guanabara. Apesar da repercussão da denúncia e do abalo que provocou em muitas consciências, o interesse político da Câmara parecia ser hostilizar Lacerda, e em consequência aceitar as explicações de Horta. A presença do ministro, com o consentimento do líder do governo, fora prevista para as quatro horas da tarde do dia 25. Horta recebeu, porém, como uma intimação o ofício do secretário da Mesa.

Não fora possível ao ministro comunicar-se madrugada adentro com seus amigos da Câmara. Aparecido, no entanto, mandara lá, como observador, o deputado Seixas Dória, que não terá se comportado com a devida discrição. O que ele disse pareceu significar ao líder Pedro Aleixo que comparecia ali como um líder de fato, um representante autorizado do governo em crise. O incidente, ou quase incidente, foi, no entanto, superado. Antes de recolher-se, Aleixo conseguiu finalmente falar com Horta pelo telefone, pondo-o a par do desejo da Câmara de ouvi-lo no dia seguinte.

Horta entendeu-se sob ameaça, haveria tentativa de intimidá-lo e

coagi-lo. Esta, a versão que dava em seguida à renúncia e que, parece, impressionou Jânio, que a adotou.

- Queriam levar meu ministro da Justiça, disse o presidente, ao banco dos réus.

Horta, porém, dificilmente ignoraria o instituto de convocação de ministros, quando nada por ter sido recentemente convocado à Câmara. Se fora para ele marcada uma hora no dia seguinte, parece claro que tal se dera por anuência do líder, facilmente compreensível ante a gravidade e urgência do assunto, que o governo seria o primeiro interessado em esclarecer. Poderia ele, no entanto, discordar do líder e solicitar outra oportunidade para atender ao chamado da Câmara.

A emoção daqueles momentos mal vividos poderá ter colocado Horta fora da órbita do seu evidente equilíbrio de todo dia. Mas durante muito tempo insistiu na sua quase obsessiva interpretação de acontecimentos vistos à margem da sua realidade.

Parece também que não ocorreu ao ministro demitir-se. Seria talvez essa a atitude adequada diante da denúncia e da sua repercussão. Ao presidente caberia a decisão e parece claro que o ministro, naquela oportunidade, só permaneceria com o prestígio indispensável e a autoridade restaurada se Jânio lhe renovasse ostensivamente a confiança.

Horta não se demitiu. Ou tal coisa não lhe ocorreu, perturbado que estava desde o rompimento com Lacerda, uma semana antes, ou não teve tempo de fazê-lo, antecipado que foi, no gesto de demissão, pelo próprio presidente. Na verdade, o ministro só falou com o presidente depois do discurso do governador na televisão, no dia seguinte, ao fim da parada militar, no gabinete do Palácio do Planalto, Quintanilha e Aparecido presentes. E foi para ouvir de Jânio a decisão da renúncia, o fato maior que absorveu tudo de repente e fez envelhecerem num instante sete meses de governo, projetando-os céleres num passado quase irreal. Horta terá experimentado essa vertigem com que tudo foi lançado para trás, ao tentar, à noite, em São Paulo, comover a população com uma réplica a Lacerda. Nada do que disse explicava a renúncia e só esta existia e agredia a sensibilidade de milhões de pessoas.

Ouvi, no entanto, de companheiros de gabinete, a manifesta convicção de que Jânio renunciou porque Horta não se demitiu. Ao comunicar-

-lhe a renúncia, o presidente teria esperado como resposta o pedido de demissão do ministro publicamente acusado. Só o sacrifício voluntário de Horta lhe daria condições de restaurar seu diálogo com o país nos termos de autoridade e prestígio que o caracterizavam até então. Registrada a hipótese, ouvida na época, permanece todavia a impressão de que, ao comunicar a renúncia, Jânio tinha decisão irremovível – pelo menos inalcançável por apelos ou atitudes de seus auxiliares.

Por volta das 2:40 da tarde, saímos do apartamento do ministro. Horta dirigiu-se ao Congresso para entregar o ato de renúncia. Fui para o Palácio, onde, à hora combinada, três da tarde, fazia a comunicação aos jornalistas.

A atitude do ministro entregando a carta de renúncia tem sido, desde então, muito discutida. João Agripino⁴ disse-me que, ao saber do fato, dirigiu-se ao Congresso para interpelar Horta e tomar-lhe, ainda que por agressão física, o documento. Os ministros, de um modo geral, consideraram incorreto o procedimento de Horta. Seu dever teria sido convocá-los e dar-lhes ciência da renúncia. Se tal tivesse ocorrido, o gesto de Jânio possivelmente se frustraria.

Parece ter sido, aliás, essa hipótese de frustração que inspirou o comportamento extremamente reservado do ministro da Justiça. Jânio deixara os pormenores da comunicação a critério dos seus auxiliares mais chegados, tanto que desistiu da ideia inicial de transferir pessoalmente a faixa presidencial a Mazzilli. Houve, da parte da Casa Militar, propósito de segurança na manutenção do segredo, pois se entendeu que somente depois de estar o presidente instalado na Base Aérea de Cumbica e de se encontrarem nos seus postos os ministros militares deveria divulgar-se sua decisão. A hora escolhida para a divulgação – três da tarde – atendia perfeitamente a esse item de segurança. A instrução sobre segredo e prazo seria implícita e não explícita.

Conversando com Horta em São Paulo, poucos dias depois, contei-lhe a reação de Agripino. Respondeu-me que nada o demoveria, nem a agressão física, da decisão de cumprir a última ordem de Jânio. Achava

4 João Agripino Maia, ministro das Minas e Energia de Jânio.

do seu dever não faltar ao presidente, que nele confiara, em circunstância como aquela.

– Você, que conhece o Jânio, acrescentou, sabe que não poderia ocorrer a qualquer de nós deixar de cumprir uma missão do presidente.

Nessa mesma época, perguntei a Horta como ele explicava para si mesmo, intimamente, a renúncia.

– Você já leu num jornal qualquer, disse-me ele, a notícia de que um cidadão, de braço dado com a namorada, passeando, de repente surpreendeu a moça trocando olhares com outro homem; sacou o revólver e com um tiro matou a namorada. Esse cidadão poderia ter feito uma infinidade de coisas mais simples. Poderia não ter dado importância ao fato ou ter deixado a rapariga ou ter trocado socos com o suposto rival, etc. Ninguém sabe porque, entre tantas alternativas, preferiu a pior: matar a namorada. A renúncia é isto: é o sujeito que mata a namorada. Infelizmente, o nosso Jânio é um desses que matam a moça.

A tripulação do Viscount, que levantou voo de Brasília com destino a São Paulo, levando o presidente, dona Eloá e o major Amarante, ignorava o que ocorria. O coronel Agenor⁵ percebeu, no entanto, que a situação não era normal. Fora convocado cedo para preparar o avião, o presidente chegara, embarcara e dera ordem de seguir para São Paulo, sem que ele ou outra pessoa qualquer acrescentassem esclarecimentos. Pela primeira vez o general chefe da Casa Militar deixava de acompanhá-lo. A curiosidade e angústia terminaram por decidir o coronel a procurar o presidente e perguntar o que se passava. Jânio disse-lhe que havia renunciado à Presidência da República.

O coronel voltou, reuniu seus colegas e examinaram a situação. Alguns minutos depois, estava de novo na cabine do presidente. – Estamos à disposição do senhor. A gasolina chega para alcançarmos um país estrangeiro, o Paraguai, por exemplo, ou outro ponto do Brasil que o senhor preferir. E só dizer.

5 Coronel-aviador Agenor Figueiredo, um dos subchefes da Casa Militar e piloto do avião presidencial.

Jânio agradeceu. Iria mesmo para São Paulo. O coronel Agenor informou-lhe que, descendo em Cumbica, iria em seguida ao aeroporto de Congonhas para voltar à base militar e ficar à disposição do presidente. Levantaria voo quando Jânio quisesse e para onde quisesse.

O coronel Agenor é homem simpático e simples. Deve ter sido escolhido para a subchefia da Aeronáutica da Casa Militar e comandante da tripulação do avião presidencial por merecer estrita confiança quanto à sua capacidade técnica e por sua fidelidade à facção de aviadores que se presumia vitoriosa com a ascensão de Jânio Quadros.

A política externa do presidente desorientara o grupo de militares que, vindo das lutas antigetulistas, antijuscelinistas e antijanguistas, desaguara, junto com a UDN e o lacerdismo, no movimento janista. Um homem como o coronel Agenor, que cumpre missões e se afeiçoa aos seus chefes, não constituiria jamais um problema. Outros, no entanto, amadurecidos nas lutas políticas, comportavam-se com acentuada indocilidade.

Vale a pena lembrar que a escolha dos chefes militares que serviram ao governo de Jânio foi feita por Horta, com a assistência de Quintanilha, na ausência do presidente eleito, em viagem pela Europa. O esquema foi armado sob a influência de Carlos Lacerda, que já tivera encontros com Denis e considerava acertada a ideia de Horta de manter o ministro da Guerra para não abrir uma área grave de disputas. A atitude de Denis, na campanha, sobretudo os casos criados com Lott, lhe havia assegurado a simpatia dos janistas. Como compensação, a Marinha e a Aeronáutica seriam entregues a oficiais oriundos da resistência a Getúlio, a Juscelino e a Lott. A facção brigadeirista da Aeronáutica e um homem do *Tamandaré*⁶ dariam, no governo, a satisfação da revanche aos derrotados do 11

6 *Tamandaré*, cruzador da Marinha comandado pelo almirante Pena Boto, anticomunista ferrenho, a bordo do qual o presidente em exercício Carlos Luz e seus seguidores, inclusive Lacerda, tentaram resistir ao golpe de 11 de novembro de 1955, como que Lott o depusera, iniciando o processo que se concluiria na posse do presidente Kubitschek. “Um homem do *Tamandare*” significa algum oficial que participava daquela surtida. No caso, o almirante Silvio Heck.



Aparecido, Jânio, o então coronel Ivan Mendes
e o general Pedro Geraldo

de novembro de 1955. Foi Júlio Mesquita Filho⁷ quem apontou os nomes de Sílvio Heck e Grum Moss, os quais, de resto, no correr do governo, se portaram com estrito respeito à autoridade do presidente, omitindo as divergências ou ressalvas que inspirassem a política externa.

Quanto ao chefe da Casa Militar, ou foi Denis ou foi o general Cordeiro de Farias quem indicou o general Pedro Geraldo, atendendo ao figurino dado por Horta: um general de bom contato, dócil, capaz de conviver com um homem difícil e autoritário como Jânio Quadros. O presidente o conheceu no dia da posse.

Jânio nunca cultivou relações militares, nunca fez política militar, nem antes nem durante a Presidência. O diálogo com a caserna continuou, no governo, a cargo de Horta, que cultivava especialmente o marechal Denis, cuja confiança parece ter afinal dominado. Há uma frase de Horta, no dia da renúncia, que Aparecido repete, sob a jura de que é verdadeira. – Se eu quisesse, disse-lhe Horta no avião, teria ficado em Brasília e assumido o governo.

Jânio dava ordens aos ministros militares no mesmo estilo e no mesmo tom em que as dava aos titulares civis e os prestigiava, nas pastas, tanto quanto aos demais.

No dia em que o presidente recebeu a carta do vice-presidente, que tamanha irritação lhe causou, percebeu que sua reação, devolvendo a missiva e censurando seu autor, poderia ter repercussões na ordem pública. Mandou logo que seu secretário particular reunisse com o ministro da Justiça os ministros militares para que tomassem ciência da carta e da resposta. A reunião se deu na casa de Denis, que consolidava uma fratura de pé. Os três generais mostraram-se satisfeitos e até entusiasmados com a reação do presidente, a qual acariciava, sobretudo nos ministros da Marinha e da Aeronáutica, velha prevenção e o incurado ressentimento contra João Goulart.

Na Casa Militar, composta quase toda de oficiais ligados à facção udenista de Lacerda, nenhum episódio do governo alcançava repercussão e interesse idêntico aos que atribuíam aos inquéritos, à caça dos ladrões.

7 Júlio Mesquita Filho, proprietário e diretor do *O Estado de São Paulo*.

As devassas ficavam sob seu controle e guarda. Na sua impessoalidade, o presidente, sensível ao estímulo que lhe vinha da Casa Militar, designava sempre militares para as comissões de inquérito.

– General – dizia ele a Pedro Geraldo, quando havia uma nova sindicância a abrir –, arranje-me um bom major. Temos mais um inquérito.

Alguns daqueles oficiais foram aos poucos, porém, feridos de perplexidade ante a audácia crescente das medidas de política externa e os avanços de José Aparecido no rumo da esquerda, dos estudantes da UNE, dos sindicatos e de João Goulart, que o bigode e a fleuma de Ryff tornavam presentes cotidianamente na secretaria particular da Presidência.

O Conselho de Segurança Nacional mandara ao presidente, logo de início, uma ficha de Aparecido, vinda de Belo Horizonte, na qual se apontavam antigas intimidades com comunistas. Houve reclamações insistentes contra a presença de Ryff. A campanha culminou na greve de estudantes do Recife, quando Horta, com visível satisfação, estimulou a demonstração de força militar e acentuou o empenho do governo de reprimir desacatos à autoridade, indo a extremos na contenção de agitações em que parecia evidente a tentativa dos comunistas de sondar a capacidade de reação de Jânio Quadros. O presidente, excitado na defesa de sua autoridade, mobilizava sua aparente e antiga antipatia ao Partido Comunista e prometia dar aos comunistas tratamento idêntico ao que lhes dispensava Nasser⁸, do Egito.

– Reato relações com a Rússia, dizia, e ponho-os na cadeia.

Aparecido, que via no episódio apenas a manifestação agressiva contra o encaminhamento do governo no rumo de uma aliança com o PTB e os agrupamentos de esquerda – para ele o caminho natural e inevitável em face das opções que Jânio fizera –, caiu na defensiva. Farejava também alguma conspiração em torno do ministro da Justiça. Assim mesmo, pretendeu atender ao apelo do prefeito Arrais e dos estudantes grevistas e dirigir-se ao Recife para entendimentos. Jânio impediu-o de agir assim, mas como ele insistisse em que o governo federal não poderia ficar sem

8 Gamal Abdel Nasser, líder revolucionário nacionalista que depôs o rei Faruk e assumiu a Presidência do Egito.

um observador idôneo no local, Horta, contendo-o, ainda aí, sugeriu que para tal missão me mandasse a mim, indicação que Aparecido não recusaria e presença que não causaria tanto dano ao governo quanto a do secretário particular. Fui, mas na verdade já se achavam no Recife dois observadores secretos do governo: um de Horta, Luís Quental, e outro de Aparecido, o jornalista Evandro Carlos de Andrade⁹. Era a disputa palmo a palmo e hora a hora do controle do governo.

Aparecido foi contido, e quando, em Pernambuco, a esquerda percebeu que não dobraria o governo, mesmo diante da promessa de sustar a greve com a simples presença de Aparecido na cidade, esvaziou rapidamente o movimento.

Em poucos dias, Aparecido identificara de onde partiam, na Casa Militar, a vigilância e as advertências contra ele: seriam do major Milton Câmara Sena, cujas discordâncias com o presidente começavam a se tornar ostensivas e incômodas. No dia da condecoração de Che Guevara¹⁰, o major Câmara Sena andou se abrindo mais do que de hábito e Aparecido solicitou ao general Pedro Geraldo a transferência do militar descontente.

O major Sena¹¹, de temperamento vivo, trazia consigo uma legenda de resistência ao golpe de 11 de novembro: descera da Vila Militar com seu batalhão, mas, ao estacionar em frente ao Ministério da Guerra, subira ao gabinete do ministro para interpelar Lott sobre a natureza da operação em curso. Esclarecido, recusou-se a comandar sua tropa para o golpe.

O general Pedro Geraldo percebeu, desde o primeiro momento, as dificuldades que a condecoração de Guevara criaria. Certa manhã, ao chegar ao Palácio, encontrei recado do presidente, para que comparecesse com urgência ao seu gabinete. Fui lá, mas já não era preciso. Queria a divulgação imediata e por todos os meios de uma pequena nota, que entregara pouco antes a um oficial de gabinete. A nota dizia

9 Luís Quental, paulista, oficial de gabinete do presidente. Evandro Carlos de Andrade, assessor da Presidência.

10 Ernesto Che Guevara, líder revolucionário cubano, condecorado.

11 Milton Câmara Sena, major do Exército, da Casa Militar.

que o presidente da República decidira condecorar com a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul o ministro Ernesto Che Guevara, de Cuba, no sábado seguinte, quando passaria ele por Brasília, de volta da Conferência de Punta del Leste.

Encontrei o general Pedro Geraldo e dei-lhe a notícia.

– Não é possível, você não vai publicar isto, disse.

– Já está nas estações de rádio, respondi.

O general preocupou-se:

– Vai dar encrenca.

Pouco depois, Quintanilha me chamava para reclamar da divulgação. Em casos como aquele, a Secretaria de Imprensa deveria retardar suas providências até ouvir a chefia do Gabinete Civil.

O major Câmara Sena e outros membros da Casa Militar não compareceram ao ato de condecoração, na manhã de sábado, no salão que então se abria no final da ala direita do Palácio do Planalto, ao lado do gabinete do presidente. Jânio saudou rapidamente o ministro revolucionário de Cuba, que, em uniforme simples, cansado e sonolento – viajara de avião a noite inteira – parecia não estar à vontade na cerimônia. O presidente passou-lhe o colar pelo pescoço e entregou-lhe a caixa com diploma e medalha. Guevara agradeceu em poucas palavras. Depois, houve um silêncio constrangido. Jânio convidou o ministro a entrar no gabinete e já se moviam, quando o presidente, percebendo o sem-jeito do agraciado, voltou-se para o chefe do cerimonial, Macedo Soares¹², e disse-lhe:

– Ministro, tire isso do Guevara.

O colar foi retirado e posto na caixa. Presidente e visitante entraram. Jânio entregou a Guevara uma carta a Fidel Castro na qual pedia ao governo de Cuba urgência em permitir a saída de asilados que se acumulavam na embaixada brasileira em Havana.

Pouco depois, Jânio embarcava para São Paulo. Já nesse dia começaram, vindos da Casa Militar, os rumores, que se confirmariam depois, de que numerosos militares tramavam a devolução de condecorações ao governo como protesto contra o agraciamento de Guevara.

12 José Augusto Macedo Soares, ministro do Itamarati.

Depois da renúncia, poucos oficiais do Gabinete Militar ficariam com Jânio, entre eles o major Amarante, única escolha pessoal do presidente, e, depois de algumas hesitações, o major Brito¹³, irrequieto oficial de comunicações. Dos demais, não há notícia.

Entre os oficiais do Gabinete Civil, ficou daqueles dias, senão a certeza, pelo menos a intranquilizadora intuição de que, se fosse aberta uma luta no país, naquele instante, o presidente poderia perfeitamente ter sido preso por sua Casa Militar.

13 Major Natalino Brito.

CAPÍTULO VI

Jânio realizou em julho a derradeira reunião do Ministério. A de agosto fora suspensa à última hora, sem grandes explicações.

Na reunião de julho, houve algo que os ministros não esperavam. Na véspera, Aparecido levava ao presidente a minuta de um memorando, logo aprovada e divulgada, na qual se fazia a cobrança pública aos ministros das reformas e de providências que lhes haviam sido encomendadas. O secretário particular terá trocado antes impressões com o presidente, mas a verdade é que foi com prazer que incluiu na lista de reclamações os códigos cuja elaboração estava sob responsabilidade de Horta.

Pela primeira vez fomos admitidos oficialmente à reunião ministerial, Aparecido e eu. O que ali ocorreria deveria obviamente transpirar para a imprensa. Os assuntos da administração, que normalmente seriam a agenda da reunião, foram relegados. Jânio fez oralmente a cobrança já anunciada, acrescentando-lhe ênfase, patético. Declarou-se inconformado com a burocracia e exigiu de todos esforço idêntico ao dele na eliminação dos entraves burocráticos.

– As reformas são para serem feitas e se não o forem não há razão para que continuemos no governo: o povo estará ludibriado.

Alguns ministros falaram: João Agripino, Romero Cabral da Costa e Horta¹, este, surpreendido e contrariado. Concluídas as rápidas explicações, o presidente levantou a sessão, com a pauta intacta.

O ministro da Justiça viu claramente no episódio a predominância da influência de Aparecido e o agravamento da tendência esquerdista de Jânio. Já, então, Aparecido e Castro Neves se entendiam na tentativa de alijar Horta do governo. O ministro da Justiça não se iludia a respeito.

1 Romero Cabral da Costa, pernambucano, ministro da Agricultura, cujo chefe de gabinete era o poeta João Cabral de Melo Neto.

Mais do que isso, compreendia que em certos momentos as suspeitas contra ele vingavam na mente do presidente. Abriu-se mais uma vez com Aparecido: sua presença no governo perdera o sentido. Jânio, cada vez menos, se mostrava atento as conveniências da composição política promovida pelo ministro. Horta vivia em perplexidade: seu dever era afastar-se do governo, a que, no entanto, ficava preso pela responsabilidade de último elo entre o presidente e as correntes políticas que o haviam apoiado na campanha. Fora o articulador desse apoio e sentia-se fiador de compromissos que ele próprio assumira em nome do candidato. A UDN, apesar de contar com tantos ministros, não influiu no governo. Horta, a custo, conseguia que Jânio recebesse os líderes parlamentares, com os quais o presidente a rigor não tinha assunto a tratar.

O ministro, que monopolizava o diálogo com os militares, agiu como se fosse o único intermediário com os políticos. Talvez por gosto, talvez pelo desejo de por esse meio assegurar a continuidade da sua influência, talvez por saber as reservas do presidente aos políticos, exceto àqueles que lhe prestavam imediatamente serviços. Jânio não tinha conversa para deputados e senadores, salvo quando havia problema concreto a acertar. Trouxera uma experiência negativa na convivência de vereadores e sobretudo de deputados em São Paulo. Estendia o horror da Assembleia Legislativa à Câmara dos Deputados.

Um dia, Afonso Arinos² acompanhava o presidente Prado, do Peru, em visita a Brasília, quando recebeu chamado de Jânio. Respondeu-lhe que o procuraria mais tarde, pois não poderia abandonar o visitante. Cerca do meio-dia percorriam Prado e Arinos o terreno da Embaixada peruana, na Avenida das Nações, e um soldado, descendo de uma motocicleta, transmitiu-lhe a insistência do presidente. Convocava-o com urgência. Arinos levou Prado à Câmara, entregou-o ao deputado José Bonifácio e seguiu para o Planalto.

Jânio recebeu-o de bom humor.

2 Afonso Arinos de Melo Franco, Udenista, ministro das Relações Exteriores. José Bonifácio de Andrada, secretário e posteriormente presidente da Câmara, udenista de Barbacena, Minas.

– Vou mandar instalar um serviço de rádio no seu carro, ministro, para que possamos nos comunicar a qualquer momento, disse. Levantando-se, segurou o chanceler pelo braço e, coisa inédita, convidou-o a acompanhá-lo ao Alvorada. – Vamos tomar um uísque juntos, antes do almoço, disse o presidente.

Instalados na Biblioteca do Palácio residencial³, Jânio serviu pessoalmente o *drink*, ofereceu jornais a Arinos, enquanto ele próprio apanhou uma folha e percorreu-a rapidamente. De repente, suspendeu a cabeça e observou:

– Os deputados aumentaram os subsídios, estão ganhando seiscentos contos por mês.

Arinos contestou. Como membro do Congresso, informou que, ainda que se realizassem diariamente sessões extraordinárias, os subsídios não alcançariam tal soma.

– Tem certeza, ministro? – retrucou o presidente. – Olhe que quem me disse foi o Horta. Ele me pareceu muito seguro da informação.

– Em Londres, na torre principal do Palácio de *Westminster* – prosseguiu Jânio –, há uma pequenina luz permanentemente acesa. Os ingleses sempre a olham com interesse: ela é o sinal de que tudo vai bem com o Parlamento, de que as instituições não correm riscos. Quando essa luz se apaga há apreensão em Londres: o Parlamento, isto é, as liberdades públicas, está em perigo. Creio que a maioria dos ingleses iriam às armas para defender esse Parlamento. Ele simboliza tudo quanto prezam. Aqui no Brasil, as coisas não me parecem que se passem do mesmo modo. O senhor ministro pegaria as armas para defender esse Congresso?

Jânio apontou na direção da Praça dos Três Poderes.

– Não digo que pegasse em armas – respondeu Afonso Arinos – para defender especificamente esse Congresso. Esse ou outro. Mas lutaria em defesa da instituição do Congresso como instituição. Para mim, o Congresso representa muito. É toda a minha vida afirmada na luta pelo restabelecimento e a preservação das liberdades públicas, inseparáveis da existência do Congresso.

3 Palácio da Alvorada.

Jânio, segundo o depoimento do chanceler, ouviu-o com um gesto de cabeça, de cima para baixo, enquanto descia os olhos novamente ao jornal que mantinha entre as mãos.

Arinos impressionou-se com a conversa, inesperada e urgente, reveladora, ao que supôs, de uma atitude mental de reserva quanto ao Poder Legislativo. Confidencialmente, transmitiu-a aos líderes da UDN, a Herbert Levy, que a revelou sem autorização logo depois da renúncia, e a Ernani Sátiro⁴, que elaborou minucioso estudo dos subsídios, mandando-o ao presidente.

Jânio, se resistia a Horta e restringia as visitas dos líderes parlamentares, não resistia às infiltrações de Aparecido, dissolventes do esquema e do prestígio do ministro da Justiça. O secretário particular levava à presença do presidente deputados que a ele se haviam ligado ou que se dispunham a cooperar na linha de interesses políticos que adotou. Seixas Dória, Ferro Costa, José Sarney, Aroldo Carvalho⁵, da UDN, e homens de outros partidos, como Osvaldo Lima Filho, do PTB, ou Armando Rolemberg⁶, do PR, eram levados à presença do presidente, que geralmente os atendia e os encantava com deferência e cortesia. As nomeações em Minas exasperavam Horta, pois nada arredava as indicações de Aparecido.

Certa vez, querendo cortejar Magalhães Pinto⁷, cuja influência no governo bloqueava sistematicamente, Horta sondou Aparecido sobre a nomeação de Miguel Lins⁸ para consultor-geral da República. – Quero fazer uma gentileza ao Magalhães, disse, e creio que essa escolha, de um amigo e até parente, lhe agradecerá. Aparecido percebeu que, no fundo,

4 Herbert Levy, banqueiro, deputado pela UND de São Paulo. Ernani Sátiro, deputado pela UDN da Paraíba.

5 Seixas Dória (Sergipe), Ferro Costa (Pará), José Sarney (Maranhão), Aroldo Carvalho (Santa Catarina), integrantes da chamada “Bossa Nova” da UDN, jovens deputados de tendência levemente nacionalista e esquerdista.

6 Osvaldo Lima Filho, Pernambuco. Armando Rolemberg, Alagoas.

7 José de Magalhães Pinto era, então, governador de Minas.

8 Miguel Lins, advogado no Rio, nascido em Minas; Magalhães Pinto tinha uma irmã casada com um parente dele.

Horta atendia, sob esse pretexto, à sua própria conveniência, nomeando um amigo, pessoa a ele chegada, mas, receando os imprevistos, quis calçar a indicação, assegurando o consentimento do secretário particular. Aparecido concordou, Magalhães realmente ficaria satisfeito. A nomeação saiu, Lins empossou-se e seria recebido pelo presidente no dia seguinte, às sete horas da manhã. Quando Jânio chegou ao Palácio, porém, havia sobre sua mesa um *Jornal do Brasil* aberto com uma nota assinalada em vermelho. A nota dizia que Jânio nomeara consultor-geral da República um diretor da refinaria de petróleo Capuava. O presidente encolerizou-se. Havia sido ludibriado. Pediu ao Conselho de Segurança a ficha do consultor, suspendeu a audiência e mandou demiti-lo.

Nessa manhã, se quisesse, Aparecido teria derrubado Horta do Ministério. Mas, cauteloso, preferiu desculpá-lo. O ministro, que deveria demitir-se, entendeu a trama e ficou de sobreaviso.

Tudo fizera para impedir o acesso de Aparecido ao governo. Na época, não lhe temia as tendências políticas, mas o tinha como mero agente de Magalhães Pinto, de quem guardava prevenção desde o caso da renúncia de Jânio como candidato⁹. Prevenção estimulada pela pouca atenção que lhe dispensava Magalhães e acariciada na sua convivência com Carlos Lacerda.

Na ausência do presidente eleito, Horta, com influência sobre Quintanilha, monopolizou as gestões para formação do Ministério, que Jânio recomendara resultasse de consulta entre três ou quatro companheiros de campanha, Aparecido inclusive. Quando Jânio voltou ao Brasil, Aparecido, chamado, foi a São Paulo, mas estranhamente não conseguiu sequer identificar o local em que se reuniam o chefe e os assessores.

Fiquei com ele num quarto de hotel, no qual os assaltos de sua última eram permanentemente verificados e controlados por pessoas da

9 Durante a campanha eleitoral, Jânio sentira-se prejudicado pela indicação de Leandro Macial (da UDN de Sergipe), ultraconservador e por ele julgado um peso insuportável. Renunciara então à candidatura, para conseguir o afastamento do companheiro, que viria a ser substituído por Milton Campos, uma das mais eminentes figuras da UDN, partido sob cuja legenda se elegeu governador de Minas, sendo o antecessor de Juscelino Kubitschek.

confiança de Horta. Foi sabendo das escolhas por ligações telefônicas de Lino de Matos¹⁰, o qual, sentindo no episódio naufragar sua própria influência, procurava aliado na desgraça. Cada nome provocava ânsias e vômitos em Aparecido.

No entanto, oficializada a lista, Horta procurou-o e levou-o carinhosamente ao seu sítio, em Louveira, onde tentou pacificá-lo com bom trato e pescaria. Horta vencera, mas restava ainda um ponto a liquidar: a presença do próprio Aparecido no governo. Os postos da Casa Civil estavam todos preenchidos, ainda os que aparentemente não haviam sido preenchidos. O presidente convidara Aparecido para secretário particular ou secretário de Imprensa ou para os dois postos. O ministro da Justiça tinha como certa a recusa e embarcou para Brasília com o homem que escolhera para a função. Chamava-se Machado Bittencourt.

Aparecido venceu várias crises de úlcera para chegar até Brasília e assistir à posse. Magalhães Pinto, conhecendo-o, queria-o dentro do governo em qualquer posto e pediu-me que o acompanhasse, aceitando até uma função se isso estimulasse Aparecido.

Na fila de cumprimentos, o rapaz foi identificado de longe pelo presidente.

– Que é isso? Seu lugar é aqui, ao meu lado. Você assume hoje, comigo.

Na manhã seguinte, quando Aparecido, em palácio, acercou-se do gabinete do presidente, um oficial de gabinete cochichou ao ouvido do ajudante de ordens. Este imediatamente interceptou o secretário, informando-lhe que o presidente a ninguém recebia sem prévio anúncio. Aparecido, com um gesto de impaciência, afastou o major e entrou. Estava instalado no governo.

Horta, que planejava tudo, não soube resistir a Jânio nesse particular e foi por essa fraqueza, principalmente, que purgou momentos difíceis no governo.

Agora, solicitava trégua, uma composição que lhe permitisse respirar, estava disposto a atender Aparecido, contanto que tudo se fizesse

10 Lino de Matos, senador por São Paulo, pelo PSP; foi prefeito da cidade de São Paulo.

abertamente, sem surpresa. Não resistiria ao conjunto de pressões que se exerciam sobre ele e deixaria o governo de bom grado se tivesse como fazê-lo decentemente. Mais de uma vez, o ministro discutiu com o secretário seu desejo de demitir-se.

Circulou certo dia que Horta trocaria o Ministério por um lugar no Supremo Tribunal. Interpelei-o a respeito. – Não é verdade, disse. E, entre grave e irônico: – Eu não tenho idoneidade moral para ser ministro do Supremo. Estranhei o que dizia. Horta repetiu: – Não tenho, não. Você não conhece a minha vida. É muito complicada.

A Aparecido, no entanto, não interessaria a deserção. Queria derubar o ministro estrepitosamente, num episódio que aproveitasse ao governo, como definição. Enquanto a oportunidade não chegava, ia minando, por dentro, quebrando suas resistências interiores, torturando-o, como Horta o torturara e quase o quebrara. Nunca vi luta ao mesmo tempo tão sutil e tão dura, tão amena e tão cruel, como a que aproximou e afastou durante sete meses dois políticos eficientes, agressivos e avassaladores, a cuja união, no entanto, por estranho que pareça, faltou tão pouco e tanto: a identidade de objetivos.

Foram eles que monopolizaram a influência política no governo de Jânio. Eram os homens decisivos. Se houvessem se entendido, poderiam ter dado outro rumo aos acontecimentos.

O presidente considerava e prestigiava todos e cada um de seus ministros, no desempenho das respectivas funções. Cada um deles era soberano no seu setor, na medida que trabalhava e correspondia às exigências de Jânio. Ao ministro da Justiça, Jânio reconhecia a atribuição do comando político ostensivo. Ao secretário particular, dava a condição de um *alter ego* e o poder de falar e agir como se fosse o próprio presidente. Poucos homens no poder terão delegado confiança em escala tão completa quanto Jânio. A mim, por exemplo, que o assessorava modestamente, contentava-se, quando lhe apresentavam um papel, em perguntar se eu o escrevera ou lera. Se a resposta era afirmativa, ele não o lia, assinava. Em compensação, cada um de nós sentia-se com responsabilidade total no que fazíamos e nos engajávamos numa solidariedade irrestrita a quem irrestritamente confiava em nosso critério.

João Agripino, naturalmente solicitado a influir politicamente no go-

verno, esbarrou na resistência de Horta, com quem também se atritou, e concentrou-se nos negócios de sua pasta, que dele exigiram tanto estudo.

O limite do poder político de Horta era a conveniência da administração. Se um ministro objetava, como o fez algumas vezes Agripino, quanto à capacidade técnica ou a idoneidade do candidato oriundo de uma indicação política, esta era automaticamente abandonada, ainda que às vezes sangrando o coração do ministro da Justiça.

Agripino teria sido um aliado natural de Aparecido, se não houvessem prevalecido entre ambos as prevenções herdadas dos embates udenistas.

O autoritarismo de Jânio, tão invocado, não lhe criou problemas maiores com os ministros, salvo num caso. Romero Cabral da Costa, sentindo-se atingido por uma restrição de Jânio aos usineiros de açúcar, retificou-o. O presidente, que, no momento, conversava em seu gabinete com o ministro Bernardes Filho, respondeu-lhe que não se dirigira a ele.

– Presidente, eu não preciso de convocação quando se trata de defender minha honra, disse Romero, retirando-se. Jânio recusou-lhe o pedido de demissão e tratou-o com o cuidado devido à sua competência, à sua honradez e ao seu temperamento.

O último triunfo de Horta sobre Aparecido seria no episódio do Recife, no qual se afirmara como senhor ou intérprete incontestado do que se chama o dispositivo militar do governo. Os episódios que antecederam a renúncia coincidiam com o esforço orientado do ministro de aproximar Aparecido de Lacerda, até que tudo se rompeu com a agressão de Lacerda ao seu cuidadoso, ativo e influente aliado. Se as coisas tivessem marchado de conformidade com as conversas entre o ministro e o governador, é possível que se reservasse a Aparecido, no final, uma amarga surpresa.

Nas duas últimas semanas do governo, as suspeitas de Aparecido com relação à conduta de Horta se adensaram e houve alguns momentos em que lhe renasciam velhas suspeitas do próprio presidente, de um compromisso ou de um estímulo de Jânio à conspiração que atribuía ao ministro da Justiça. Na véspera de abrir-se a crise de Lacerda, Aparecido levou Afonso Arinos ao seu gabinete e trancou-se a chave com ele. Estava exaltado.

- Esse sujeito - disse - está conspirando.

- Que sujeito?

- Esse aí, o presidente. Ele e o Horta estão tramando um golpe.

Arinos ficou perplexo com a suspeita, manifestada por auxiliar do presidente, que, pela própria função, conheceria melhor do que ninguém a atividade sigilosa do seu chefe. Tranquilizou-se relativamente, no entanto, quando verificou que havia apenas ilações e hipóteses, e não fatos.

Foi Afonso Arinos quem me narrou esse diálogo. Revelou-me, aliás, também, sua última conversa com o presidente, dia 24, véspera da renúncia. Jânio ligou-lhe o telefone de Brasília para o Rio, cerca das quatro horas da tarde, antes de Lacerda ter falado na televisão. Sua voz era festiva: cumprimentava o chanceler pelo brilho de uma conferência pronunciada na véspera na Faculdade Nacional de Direito. Tratava-se de uma explicação da política externa aos estudantes. De repente, perguntou-lhe:

- Ministro, onde está Jango hoje?

Arinos respondeu-lhe que não havia lido ainda o despacho diário que lhe enviava do Oriente o ministro Araújo Castro¹¹, designado para acompanhar o vice-presidente.

- Vou verificar - disse - e depois transmitirei a notícia a Vossa Excelência.

- Não, ministro, verifique agora. Eu espero no telefone.

O Chanceler mandou buscar o despacho e informou:

- Chega amanhã a *Hong-Kong*.

Seguiu-se um silêncio. O presidente afinal observou:

- Longe, não é?

Agradeceu e despediu-se.

A suspeita de Aparecido com relação ao presidente apareceu intermitentemente durante toda a crise, mas esvaneceu-se após a renúncia. No mesmo dia da renúncia, Aparecido terá ficado paralisado ainda pela suspeita de que havia um golpe em curso.

11 João Augusto de Araújo Castro, embaixador, depois ministro do Exterior, no governo João Goulart; foi nomeado por Jânio observador do Brasil na Conferência dos Países Não-alinhados, em Belgrado.

Voltando aos ministros, Jânio os tratou, na renúncia, com a isenção e a equanimidade com que os tratava no governo. Não se cogitava de assunto de qualquer das pastas, a não ser da Justiça e das Militares. Jânio ignorou-os, portanto. O que poderá ser traduzido como desprezou-os, mas também como preservou-os. Nenhum deles, a não ser Horta e os generais, teve um quinhão de responsabilidade no desfecho do governo Jânio Quadros.

CAPÍTULO VII

A suspeita de Aparecido com relação às intenções do presidente era, na verdade, contemporânea da crise do Recife, quando o espantou a desenvoltura com que Horta estimulava a demonstração de força dos militares e o surpreendeu o firme apoio de Jânio ao ministro da Justiça. Parecia-lhe haver contradição e incoerência entre o presidente que lhe permitia abrir contatos com as esquerdas, ajudar o congresso da União Nacional dos Estudantes e admitir seu avanço na direção do PTB e dos grupos de deputados que fugiam às ortodoxias partidárias do centro – e a repressão espetacular de um movimento de estudantes, estimulado embora por entidades sindicais que se articulavam à retaguarda. O claro que havia aparentemente entre uma atitude e outra, Aparecido preenchia-o com a suspeita, que de resto brotou naqueles dias na cabeça de muita gente.

A paixão que Aparecido punha na defesa das posições através das quais afirmava sua influência no governo, aprofundando-o numa tendência, levava-o a hipóteses de trabalho extremas e a táticas agressivas, nas quais seu vigor se continha apenas na medida em que a prudência e a cautela que, contraditoriamente, nunca o abandonavam, devolviam-no à realidade. Percebeu que, no caso do Recife, retardava-se um processo de influências que articulava cuidadosamente. Implicava, por exemplo, a ameaça de frustrar-se a aproximação de Arrais com Jânio, cuidadosamente arquitetada como instrumento de liquidação do prestígio do governador Cid Sampaio¹, com quem Aparecido, curiosamente imparcial nos objetivos e personalíssimo na ação, tinha contas velhas a ajustar. Retardava a conquista dos órgãos estudantis, baluarte da campanha de Lott, que vinham sendo trabalhados pela sedução da política externa,

1 Cid Sampaio, udenista, governador de Pernambuco, perante afim do prefeito Miguel Arrais.

mas também pela utilização de agentes isolados, que Aparecido mobilizava na complexa fauna que vive em torno das entidades da classe estudantil e, em alguns casos, à custa delas.

Quando chegara eu ao Recife, deparara, no hotel e nas reuniões de estudantes, com alguns profissionais do movimento estudantil que me habituara a ver longas horas pousados no gabinete do secretário particular.

Não fosse o ressentimento do governador e a inabilidade e incompreensão com que conduzia suas relações com o governo federal, ainda nesse episódio, e o caso recifense teria desgastado o prestígio de Aparecido, mesmo que não afetasse o governo de Jânio, que a elas se impôs no preciso limite da idoneidade eventual e parcial de objetivos e no exato reconhecimento de uma autoridade que não se dobrava a conveniências demagógicas.

A um temperamento que reage vivamente aos fatos que o contrariam, não poderiam deixar de ocorrer insinuações mais radicais por conta de uma ação que o surpreendeu e paralisou a ponto de restringir-lhe a liberdade de movimentos. Contido e acuado em Brasília, Aparecido teve a paciência, que lhe falta nas pequenas coisas, de esperar um novo teste e aguardar uma nova oportunidade de passar à ofensiva.

Suas relações com o presidente nunca foram fáceis. Hesitou em aderir à campanha do candidato, a quem acompanhou prevenidamente, como um fiscal e um eventual carrasco, desde a renúncia à candidatura, da qual foi testemunha lograda e indignada. Aparecido só aderiu a Jânio efetivamente no governo, na medida em que se integravam numa mesma atitude e aprendiam a se respeitar na dedicação comum ao serviço público. Essa adesão interrompeu-se aqui e ali, por força de incidentes inevitáveis nas relações entre dois homens de temperamento forte, suspicazes, ciumentos e agressivos.

À menor desconfiança de que o presidente oferecia resistência ou manifestava restrições a planos ou vontades suas, Aparecido respondia bruscamente e retirava-se do Palácio. Os emissários, Quintanilha ou Horta, diagnosticavam as causas e, passada a crise emocional, Jânio procurava-o por telefone. Estranho chefe, temperamental, autoritário, intratável às vezes, exaltado ou deprimido, esse Jânio Quadros, que li-

gava pessoalmente o telefone para seu secretário particular, duas, três ou mais vezes, quantas fossem preciso para amansá-lo na raiva frequentemente premeditada e tática, e ia ao ponto de transmitir recados pela telefonista do hotel.

Certa vez, o ministro Bernardes Filho disse ao presidente que não tolerava a maneira restritiva, quase desrespeitosa, com que o tratava o secretário particular.

– Não se incomode, ministro – respondeu o presidente –, até a mim ele fiscaliza. É o temperamento dele.

Mais de uma vez Aparecido falou em demitir-se. A resposta de Jânio era invariável:

– Sair sozinho, por quê? Sairemos juntos. Espere mais um pouco e deixaremos isso. Mas juntos.

Quintanilha Ribeiro, um pouco por bom senso inato, um pouco por sugestão de Horta, que tinha sobre ele grande ascendência, manifestava frequentemente receio da influência de Aparecido.

No seu entender, Jânio era para ser contido, ter suas manifestações dosadas, nunca para ser estimulado na rota do perigo, como o fazia o secretário particular. Quintanilha exercia conscienciosamente sua função de chefe do Gabinete Civil e atendia ao seu dever de único amigo íntimo do presidente, divergindo dele, arriscando-se a cenas desagradáveis. A segurança de sua influência e a humildade no trato da política fizeram com que encarasse com naturalidade, até mesmo com bom humor, a invasão de suas atribuições pelo secretário particular, expansionista por instinto e conquistador calculado, metódico e audacioso, que não esbarraria nem mesmo diante do presidente, cujo papel assumiria se Jânio fraquejasse.

Jânio disse-me uma vez, quando o encontrei antes da campanha, no exterior, que distinguia dentre seus companheiros o Quintanilha, homem de cabeça fria e leal.

– É o único que me faz mudar uma decisão. Quando uma questão me provoca dúvidas ou quando minha solução não me deixa tranquilo, procuro-o e ouço-o.

No governo, apesar de inalterada essa confiança, Quintanilha assustava-se com Jânio. Algumas vezes o presidente zombava dele. Disse-lhe

um dia que havia em Londres um clube de macróbios, no qual só se ingressa depois dos oitenta.

– Vou deixá-lo lá, Chico – disse o presidente. E para os circunstantes:
– O Chico deu uma envelhecida!

Seguro no comando da burocracia do Palácio, Quintanilha deu, no entanto, um sinal grave de limitação na escolha dos assessores que mobilizou para a Presidência, poucos em condições de ajudar o chefe do governo.

Sua escassa malícia política deixava Horta, que confiava no seu patrocínio dentro do Palácio, à mercê das surpresas e dos golpes de Aparcido. Era, no entanto, o veículo habitual das solicitações de parlamentares e outras pessoas entrosadas no sistema vitorioso com as eleições. Missão de que se desincumbia movido pelo senso de dever, mas a que não juntava qualquer entusiasmo, participando, como participava, das prevenções do presidente com relação aos políticos.

Foi no governo o único confidente de Jânio, o que com o presidente dialogava em pleno conhecimento de causa e o que poderia dar, em consequência, a ideia mais aproximada das intenções de Jânio e da exata significação da sua renúncia. Na noite de 24 para 25 de agosto, foi ele a única pessoa a falar com Jânio pelo telefone, trocando impressões sobre a fala de Lacerda. Foi a ele que, ao alvorecer, Jânio comunicou a decisão de renunciar, pedindo-lhe que convocasse o chefe da Casa Militar para as primeiras providências. Foi também o único a objetar, a discutir e a apontar com certa ingenuidade o próprio tédio de Brasília como inspiração e causa da renúncia. Se houvesse qualquer plano oculto na renúncia do presidente, Quintanilha saberia dele, por Jânio ou por Horta ou pelos dois simultaneamente. Sua atitude, no entanto, no dia da renúncia, era de tanta perplexidade quanto a de toda a nação.

CAPÍTULO VIII

Em tudo quanto era atividade administrativa, a política, o interesse político não influía, pelo menos na medida em que Jânio podia contê-lo. Havia a esse respeito áreas especialmente fechadas. O Ministério da Fazenda, por exemplo. Clemente Mariani¹, escolhido por irrecusável critério político, não tinha de atender, no posto, as conveniências que não fossem as dos seus próprios esquemas fazendários. A missão que lhe foi atribuída era conter a inflação e obter em seguida recursos para obras públicas. Jânio aparentemente apoiou com entusiasmo a Portaria nº 204 da Sumoc, cortando subsídios para importações. Aceitou explicações técnicas relativas à sua reduzida influência na alta do custo de vida e lançou todo o seu prestígio e autoridade na imposição da medida, por ele mesmo anunciada ao país, de surpresa, pela televisão. Mobilizou economistas e outros agentes ligados ao governo para transmitir, em amplo debate nacional, a convicção do governo de que afinal se organizavam as finanças do país e se abria caminho para um progresso ordenado. A mim, mandou-me ao Rio com a incumbência de obter a divulgação em jornais, rádios e televisões, de *slogans* de convencimento da opinião pública extraídos da exposição do ministro da Fazenda.

Lembro-me da noite em que, na presença de ministros e auxiliares, falou à nação pela TV. Encomendara-me, uma semana antes, a organização de uma rede de emissoras que abrangesse o país inteiro, pois iria fazer uma comunicação de extrema importância. Não me disse de que se tratava e recomendou-me estrito sigilo até a véspera do discurso. Seria seu primeiro pronunciamento público desde o dia da posse. Arti-

1 Clemente Mariani Bittencourt, banqueiro, dono do Banco da Bahia, prócer da UDN, foi deputado, ministro da Educação, presidente do Banco do Brasil e, com Jânio, ministro da Fazenda.

culei-me por intermédio de João Calmon, dos Diários Associados, que controlavam o único e precário sistema de transmissão de televisão de Brasília para o Rio, financiado por um conjunto de bancos mineiros; da Agência Nacional, do DCT e da Comissão Técnica do Rádio, pondo no ar toda a rede brasileira de rádio e televisão.

À tarde, quando cheguei ao palácio para instalar o estúdio na Biblioteca do Alvorada, vi sobre a mesa um exemplar de *O Estado de São Paulo*, de domingo. Em cima um bilhete do presidente: *Não mexam neste jornal. Preciso dele.* Só soube do que se tratava quando Jânio o ergueu na mão para exibi-lo audaciosamente ao país como fruto de privilégios, o esbanjamento de papel comprado com subvenção oficial, pago, portanto, pelo povo.

A exaltação de Jânio era evidente. Logo ao chegar ao Alvorada, telefonou-me do seu quarto para pedir que me preparasse para viajar ao Rio em missão que esclareceria mais tarde. Ingressou triunfante na sala, e seu discurso desenvolveu-se em crescendo, até o final quando lhe pareciam faltar já as forças físicas. (Na segunda vez que voltou à televisão, um mês depois, impressionou o auditório pela desordem e um certo grotesco dos gestos. Nessa fala inicial, permaneceu sentado o tempo todo, e foi relativamente discreto na gesticulação.)

Enquanto o locutor ia encerrando o programa, a fisionomia do presidente foi-se ensombrecendo e todo ele, alma e corpo, declinava. O locutor dizia que aquela transmissão fora possível graças ao patrocínio de uma rede de bancos mineiros. Cada nome de banco que ia sendo pronunciado agravava o mal-estar. Trocamos olhares, o general Pedro Geraldo e eu, surpreendidos, seja com o inesperado anúncio comercial, seja com o abatimento de Jânio. Quando este se levantou, acompanhei-o para solicitar as notas em que baseara seu discurso.

– Que houve? – perguntou-me. Não percebi a que aludia. – Essa história de bancos. Respondi-lhe que minha surpresa era igual à dele. – Por menos do que isso – acrescentou – o Getúlio deu um tiro no coração. Não perderei isso jamais a você e ao Aparecido.

Fiquei perplexo. O presidente subira rapidamente para seus aposentos sem se despedir dos presentes. o general dirigiu-se a mim, pedindo-

-me que não tomasse qualquer atitude, pois o assunto se esclareceria. Era testemunha da minha inocência no episódio.

Devia demitir-me, juntamente com Aparecido, que me levara ao governo menos talvez como assessor do presidente do que dele próprio. Havia na manifestação depressiva do presidente óbvia desconfiança relacionada com as ligações de Aparecido com Magalhães Pinto². Os bancos mineiros teriam surgido, como patrocinadores do mais grave anúncio do governo, precisamente em assunto econômico-financeiro, por maliciosa infiltração de um agente do banqueiro que governava Minas. Era a desconfiança e a acusação implícita de Jânio.

Segui para o hotel, de onde Aparecido acompanhara o discurso pela televisão. Encontrei-o junto com Samuel Wainer³. Conteí a ambos o que se passara, mas percebi que o secretário particular, cauteloso, preferia aguardar até o dia seguinte para entender a reação e sua profundidade. No dia seguinte, parti para o Rio. Três ou quatro dias depois li nos jornais um bilhete de Jânio dirigido a mim, dizendo que continuava interessado num projeto que lhe apresentara.

Aparecido naquele dia havia promovido com êxito um encontro de Wainer com o presidente, o qual tanto desgosto provocou aos diretores de jornais que apoiavam Jânio e certamente a Carlos Lacerda. Wainer parecia em transe e repetia as palavras que o presidente lhe dissera:

- Você está fadado, ou se prefere condenado, a me apoiar. O que representava para o jornalista um doce e ansiado constrangimento. Havia outro pormenor da conversa que Wainer citava, confundido:

Jânio fizera-lhe profissão de fé católica, inesperada nas circunstâncias. Disse-lhe que passara a frequentar a Igreja e que seus sentimentos religiosos eram de tal ordem que o haviam devolvido ao leito conjugal. Depois disso, o presidente acrescentou:

2 Além do governador de Minas, Magalhães Pinto era o principal acionista do Banco Nacional, um dos bancos patrocinadores da TV Tupi, líder da “Rede Associadas”, para a transmissão na TV; à época, não havia ainda uma rede nacional de TVs organizada nem, portanto, a faculdade legal para o governo de convocá-la.

3 Samuel Wainer, jornalista, proprietário e diretor do jornal *Última Hora*.

– Como católico, recebo um bispo de joelhos, beijo-lhe a mão. Como presidente, recebo-o em pé. O presidente recebe sempre em pé.

Haveria talvez uma alusão, um duplo sentido que a intuição de Wainer alcançara sem formular com precisão.

Voltando ao ministro da Fazenda e à Portaria nº 204, Jânio parecia não só convencido de sua utilidade como consciente do que poderia representar, do ponto de vista de uma política de classes, o agressivo fortalecimento das finanças públicas. Quando as críticas começaram a chover sobre a orientação financeira do governo, o presidente mostrou certa apreensão relativa à demora nas prometidas providências complementares que pudessem corrigir os efeitos mais nocivos da portaria. A Aparecido, disse um dia

– Estou dando à burguesia a última oportunidade de fortalecer-se para comandar o progresso do país.

Clemente Mariani começou, no entanto, a sentir comprometida sua autoridade nas reuniões de governadores, com as liberações de verbas autorizadas pelo presidente além do esquema de segurança traçado pelo ministro. Era um mal que não ia, porém, além dos desabafos a íntimos e a pessoas do gabinete. Começaram logo a surgir nos jornais versões de desentendimentos. O presidente mandou desmenti-las, expressamente. No entanto, Mariani continuou a queixar-se na intimidade, e seus auxiliares imaginaram dificuldades, ora criadas por Horta, ora por Aparecido. Já nas últimas semanas do governo, havia a impressão de que Jânio suspeitava de solidariedade do ministro com a campanha de Lacerda contra a política externa. Na véspera da reunião de Punta del Leste, Mariani pediu demissão. Jânio disse-lhe que não trataria do assunto naquele momento, mas quando o ministro voltasse. Por via das dúvidas, convocou Bernardes Filho, ministro da Indústria e Comércio, e mandou-o também a Montevidéu para que o governo, na continuidade, estivesse informado, com precisão, dos debates e das decisões. Havia a suspeita, não formalizada, de que Mariani discordava da orientação de Jânio nos temas específicos da conferência internacional.

Brizola, membro da delegação, não ficou contente com a maneira pela qual o ministro cumpriu as instruções. Mas o fato é que, voltando Mariani, foi ele recebido pelo presidente e no encontro não se falou

de demissão. Jânio fora advertido por Quintanilha que o ministro da Fazenda se exoneraria novamente. O presidente irritou-se e, como se estivesse diante de impertinência do ministro, mandou lavrar dois atos: o da demissão de Mariani e o da nomeação do substituto.

– Se ele me tocar no assunto, respondo-lhe com o ato já assinado.

Eis por que o governo seguinte encontrou numa gaveta do Gabinete Civil decreto de nomeação de Wagner Estelita Campos⁴ para ministro da Fazenda.

Quanto à solidariedade de Mariani a Lacerda, é possível que ela existisse, mas a verdade é que não influenciava aparentemente a conduta do ministro. Seria normal que Mariani pensasse como o governador em relação à política externa de Jânio, mas a verdade é que nunca quebrou a conveniência e a compostura de membro do governo.

Contou-me Max da Costa Santos, assessor de Mariani no Ministério, que, numa reunião em que provavelmente estariam o governador, o ministro e outras pessoas, Sérgio Lacerda⁵, aproximando-se dele, Max, revelou:

– Para seu desgosto, Jânio vai dar uma guinada, vai mudar completamente a política externa. Narrou-lhe então o filho de Lacerda o último encontro de seu pai com Jânio, do qual teria sido testemunha. Lacerda, segundo a versão, pôs as cartas na mesa. Disse tudo quanto tinha a dizer sobre a orientação do governo na política externa e suas consequências na vida do país.

– E Jânio? perguntou Max.

– Jânio ouviu calado. Apenas no fim, levando a mão ao peito, disse: – Meu amigo, não queira matar-me do coração. Sérgio Lacerda estava convencido do triunfo do pai: Jânio não teria alternativa senão abandonar a política externa.

A conversa de Jânio e Lacerda, a última, realizou-se no Palácio das Laranjeiras alguns dias – cinco ou seis – antes da renúncia.

4 Wagner Estelinha Campos, professor, técnico goiano.

5 Sérgio Lacerda, diretor da *Tribuna da Imprensa*, filho primogênito de Carlos Lacerda.

CAPÍTULO IX

Lacerda fora o campeão da candidatura Jânio. Mais do que ninguém, foi ele quem o sustentou, quando, em março, o candidato surpreendeu e desacatou Leandro Maciel e Magalhães Pinto, com quem acertava a maneira de iniciar a campanha. Tratava-se do primeiro comício, no Acre, e Leandro, indicado pela UDN para a Vice-Presidência, recusava-se a comparecer no palanque ao lado de Fernando Ferrari¹. A crise, chamada crise do palanque, atraía uma ponta de ridículo para os disputantes. Mas a verdade é que, na reunião, Leandro já transigira quando Jânio, ausentando-se inesperadamente da sala, passou a outro cômodo e ditou a Quintanilha e Aparecido uma carta de renúncia. O documento, entregue aos chefes da UDN enquanto Jânio desaparecia por outra porta sem se despedir, indignou os udenistas.

Seja qual tenha sido a inspiração de Jânio, como, por exemplo, tédio diante da natureza da disputa em que o envolviam, a renúncia do candidato apresentava-se politicamente como uma manobra de libertação. Jânio advertia a UDN de que não tolerava outro comando que não o dele. E o fez do modo mais contundente e desrespeitoso, mas também o mais enérgico, que estava a seu alcance.

Magalhães retraiu-se, tentando dar à renúncia o teor dos fatos consumados. A UDN passou a ser mobilizada por seu presidente para tal fim, abrindo-se caminho arriscadamente a um ressurgimento da candidatura Juraci². O general Lott, que propusera antes uma renúncia dupla em favor do governador da Bahia, recuou da proposta, talvez por sentir na renúncia de Jânio a perspectiva da própria vitória.

1 Fernando Ferrari, gaúcho, deputado pelo PTB, dissidente no partido e que fizera a campanha das “Mãos limpas”, candidato independente à Vice-Presidência da República.

2 Juraci Montenegro Magalhães, antigo “tenente”, udenista, governador da Bahia.

Lacerda, no entanto, resistiu, dentro e fora da UDN, fazendo o que Jânio talvez esperasse que alguém fizesse: articulando apelos pela volta do candidato e abrindo tremendo fogo de barragem contra seus companheiros de partido. Foi nessa ocasião que, extremamente irritado com o noticiário dos jornais relatando a resistência do presidente da UDN e do próprio partido à volta de Jânio, Lacerda agrediu pela primeira vez os cronistas políticos, acusando-os de deturpar a verdade para servir ao banqueiro Magalhães Pinto e ao seu *press agent* José Aparecido.

As dificuldades internas na UDN e a evidência de que Lacerda interpretava os sentimentos dominantes na opinião pública udenista quebraram a resistência que chegara a extremos de inspirar as interpretações mais desastrosas para o candidato. O governador Carvalho Pinto, ao que parece a contragosto, formalizou o apelo exigido por Jânio para recomençar a campanha.

Continuavam Leandro e Ferrari como candidatos à Vice-Presidência, mas estava quebrado definitivamente o vínculo entre Jânio e o representante da UDN. Não havia chapa composta. Havia um candidato extrapartidário à Presidência da República e candidatos a vice apresentados pelas forças que o apoiavam.

No fundo era a mesma manobra de Juarez Távora³, cinco anos antes. Jânio, ao surgir como candidato, logo após ter deixado o governo de São Paulo, nunca se imaginou exclusivo de um partido ou de uma corrente. Quando passou pelo Rio, naquela ocasião, a caminho da Europa, fui vê-lo na casa de Castilho Cabral⁴, onde o visitavam políticos do PSD e do PTB. Crises se prenunciavam em diversos partidos.

– Veja você – disse-me ele –, mal me lanço candidato e já os partidos estouram. Estoura a UDN, estoura o PTB, estoura o PSD. Que será dessas organizações?

3 Juarez Távora, general, filiado ao Partido Democrata Cristão, candidato da UDN à Presidência derrotado por Juscelino Kubistschek.

4 Castilho Cabral, deputado federal paulista pelo PSP, presidente do Movimento Popular Jânio Quadros.

A candidatura de Fernando Ferrari terá recebido estímulo do movimento janista, senão do próprio Jânio. Era alguém que, vindo do PTB, se propunha a aliciar eleitores em área própria para o futuro presidente. Por que repeli-lo? A UDN sozinha não era garantia de vitória. Jânio não teria admiração por Ferrari, mas sabia avaliar o que ele lhe podia dar.

Quando voltava ao Brasil em fins de 1959, Jânio recebeu em Istambul uma consulta da UDN sobre pontos programáticos. A UDN condicionava seu apoio a uma declaração do candidato a favor, entre outras coisas, do monopólio estatal do petróleo e da reforma agrária. Fui a Istambul nessa ocasião, registrei a resposta óbvia do candidato. Acompanhei-o em seguida a Israel. Num cair de tarde, sentados em torno de uma mesa de bar no hotel situado no Monte Carmelo, em Haifa, interrogou-me ele sobre pessoas de deputados que conhecia pouco. Ele lembrava os nomes e eu respondia com a liberdade e a maledicência permitidas pela gratuidade da conversa. Havíamos descido do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

- Que pensa do Ferrari? - perguntou. Com cruel exagero respondi:
- Um débil mental.

Jânio, nesse instante, tinha à mão uma garrafa de cerveja e começava a deitá-la no copo. Suspendeu o gesto, sorriu e observou, no seu sotaque escandido:

- Coincide.

A determinação com que quebrou a ascendência da UDN na sua campanha para possibilitar o movimento paralelo de Ferrari e outros terá tido, portanto, a mesma inspiração que estimulou a manobra de salvação do candidato João Goulart, principal autor e interessado da campanha Jan-Jan⁵ em São Paulo. É verdade que uma coisa e outra terão derrotado o candidato Milton Campos, com o qual, à última hora, a UDN tentara evitar seu próprio esvaziamento no movimento janista.

5 Campanha Jan-Jan, movimento informal de antagonistas da UDN e que trabalhou, vitoriosamente, pela derrota de Milton Campos e vitória de João Goulart na eleição para vice-presidente.

Sem que a UDN se desse conta, todavia, algo mais grave contra seus objetivos políticos se afirmava na campanha de Jânio. Em abril, realizou-se uma viagem a Cuba, interpretada inicialmente como simples manobra visando a substituir o tema da renúncia ainda fresca do candidato. Ela antecipava, na verdade, uma descisão que Jânio nunca escondeu, desde que viajou pelo mundo em 1959, passando por Moscou, e anunciou seu entusiasmo por Nasser, Tito e Nehru⁶. Lacerda, em Lisboa, tentou dele sem êxito um desmentido às declarações que enchiam os jornais, embora interpretadas como manifestações excêntricas e pitorescas de um candidato que não tinha medida na sua caça aos votos.

Sua visita a Cuba foi embaraçosa. A senhora Vasco Leitão da Cunha⁷ teve dificuldades em convencer Fidel Castro de que Jânio seria dentro de alguns meses presidente do Brasil e, portanto, uma peça no sistema americano. Parece que inicialmente os revolucionários cubanos se interessavam apenas pelo aspecto propagandístico da viagem. Realizado o programa vistoso, a missão de Jânio caiu no vazio, a tal ponto que o candidato precipitou seu embarque, seguindo para a Venezuela, onde passou dois dias, quando se previa apenas uma rápida escala em Caracas. Jânio, por sua vez, não parecia ter, na época, noção muito nítida da revolução castrista.

Na Venezuela, Rômulo Bettancourt⁸, numa conversa bastante livre, advertiu o aspirante à presidência do Brasil.

– *Pero, Quadros* – disse Bettancourt – *Fidel no es un demagogo como nosotros, como yo y usted.*

Voltávamos de Cuba. No avião, quando os temas brasileiros já se impunham de novo, perguntei-lhe se no dia seguinte levaria consigo Leandro Maciel para a visita a Porto Alegre.

– Você não acha que é um caixão de chumbo? – disse Jânio.

6 Tito, líder da resistência antinazista durante a ocupação alemã na Iugoslávia e, a partir do fim da II guerra Mundial, presidente do país. Pandit Nehru, primeiro-ministro da Índia, líder, com Ghandi, da luta nacional contra o colonialismo inglês.

7 Vasco Leitão da Cunha, embaixador do Brasil em Havana.

8 Rômulo Bettancourt, presidente da Venezuela.

Leandro não o acompanhou e logo depois abandonava a campanha. Lacerda resolveu a nova crise para o candidato, assegurando-lhe o melhor companheiro de chapa que a UDN podia dar: Milton Campos.

A renúncia do candidato Jânio foi chocante, com imensa repercussão, abalando pela primeira vez um prestígio popular sempre em ascensão. As pesquisas de opinião do mês de abril atribuíram a Lott as preferências: foi em toda a campanha o único momento de êxito de seu competidor, reflexo de um momentâneo colapso de sua popularidade. Jânio inteirou-se do fato e mais do que ninguém estava, portanto, em condições de prever como repercuta na alma do povo uma renúncia.

Em dezembro de 1960, encontrei-me no Grande Hotel de Roma com Roberto Selmi Dei⁹, amigo do presidente (O Roberto é doce de coco, disse-me Jânio em Istambul), que o acompanhara na viagem do ano anterior. Jânio estava na Espanha, em consulta médica após a operação no olho esquerdo, em Londres. Selmi Dei conversou desprevenidamente, evocando cenas da sua convivência com Jânio. Aludiu à renúncia do candidato e disse:

– Você não sabe que aquela renúncia foi decidida aqui em Roma, neste quarto onde nós estamos, exatamente há um ano? Pois foi.

9 Roberto Selmi Dei, empresário, que financiava Jânio.



João Agripino, Jânio, Castro Neves, general Pedro Geraldo;
ao fundo o mordono João Ermínio.

CAPÍTULO X

Perguntei a Quintanilha Ribeiro, num cair de tarde à margem da piscina rústica do Ipê¹, quando e como Jânio Quadros se iniciara na política, qual a sua inspiração inicial, quais os seus primeiros passos. Respondeu-me que em 1945, na campanha eleitoral do brigadeiro. Eram, naquela época, ele advogado e Jânio advogado e professor. Frequentavam-se assiduamente, prolongando a convivência da Academia, de cujo grêmio Quintanilha fora presidente, e Jânio, secretário. Foi este quem lhe propôs participar da ação política, atraídos ambos pelo movimento contrário à ditadura. Certa noite, apresentaram-se a um comitê de bairro da UDN. Queriam entrar no partido e participar da campanha.

Foi com surpresa, depois da recepção formal e da concordância política, que verificaram não haver lugar para eles no comitê. O partido era uma entidade vaga, e o diretório tinha dono; destinava-se a aliciar, em favor das aspirações eleitorais do rapaz que o dirigia, o prestígio do movimento. Os dois novos bacharéis seriam seguramente concorrentes, que cumpria congelar.

Diz Quintanilha que desistiu logo, mas Jânio insistiu por algum tempo na ingênua experiência. Mais tarde, foram os alunos do Colégio Dante Alighieri e os pais desses alunos, admiradores do caprichoso professor, que estimularam a vocação de Jânio, organizando-se para elegê-lo vereador com 1.700 votos.

Ocorreu-me perguntar a Quintanilha, naquele mesmo fim de tarde, até que ponto era verdadeira a propalada predição do astrólogo e quiromante Sana Khan a respeito de Jânio. A história, disse-me ele, é verdadeira.

1 Granja do Ipê, residência oficial do chefe da Casa Civil.

Jânio, estudante de direito, tornara-se amigo do professor Vicente Rao², cujo escritório frequentava de vez em quando. Uma tarde, ao sair de lá, cruzou na porta com um cidadão, possivelmente cliente de Rao. Esperava o elevador quando o professor, chegando à porta, chamou-o de volta e o apresentou ao cliente. Era Sana Khan.

– Desculpe-me, rapaz – disse-lhe o vidente –, mas senti algo de estranho à sua passagem, quando cruzamos na porta. Gostaria de ler a sua mão.

Jânio estendeu a mão a Sana Khan, que se perturbou ao examiná-la, indo às lágrimas. Disse para Rao:

– Professor, estamos diante de alguém com um destino excepcional e estranho. Vejo este moço prefeito, deputado, governador de São Paulo e presidente da República. Será assassinado como Lincoln no segundo período de governo numa cidade do interior do Brasil.

Quintanilha disse não saber que efeito teve a previsão sobre o estudante pobre que, nascido em Mato Grosso, esbarrara em São Paulo, depois de ter passado a infância no Paraná. O certo, porém, é que, à medida que se iam cumprindo as etapas da previsão, Sana Khan deveria estar mais e mais presente no coração de Jânio.

Nesse dia, quando conversamos, não passou pela minha cabeça e certamente não terá passado pela de Quintanilha a mais remota suspeita da renúncia. Algo em mim, no entanto, me arrastava de volta ao pressentimento, que comuniquei a Aparecido antes de irmos trabalhar no Palácio, de que estávamos convocados a participar de uma tragédia ao lado daquela figura tensa, inexplicada e patética de Jânio Quadros.

A mim também não acudiu qualquer suspeita quando o presidente, atendendo à sugestão e ao interesse de Aparecido, me convidou para a Secretaria de Imprensa. Expus-lhe as dificuldades profissionais que me impediam de aceitar o convite. *O Cruzeiro*, onde era comentarista de política nacional, não se inclinava a me liberar e, como jornalista, deveria estar atento aos meus compromissos de trabalho. Jânio pediu

2 Vicente Rao, jurista de São Paulo, ex-chanceler.

ligação para o Rio e dentro de alguns minutos falava com Leão Godim de Oliveira³.

– Preciso de Castelio por seis meses. Sete, no máximo.

A resistência da revista cessou, obviamente. Pareceu-me, naquele momento, que o prazo de mobilização seria mero expediente para contornar dificuldades. Apesar de antes de decorridos os sete meses o presidente ter renunciado, nunca tive motivo para crer em intenções diferentes. Na véspera da renúncia, dia 24 de agosto, cerca das sete horas da noite, estive com Jânio em seu gabinete para algum assunto de que não me recordo. Lembro-me, todavia, de ter ele me perguntado se minha família já estava em Brasília. Respondi-lhe que sim. Felicitou-me e disse qualquer coisa alusiva à minha preocupação de voltar para o Rio. Minha permanência em Brasília era um problema resolvido e isso parecia alegrar o presidente.

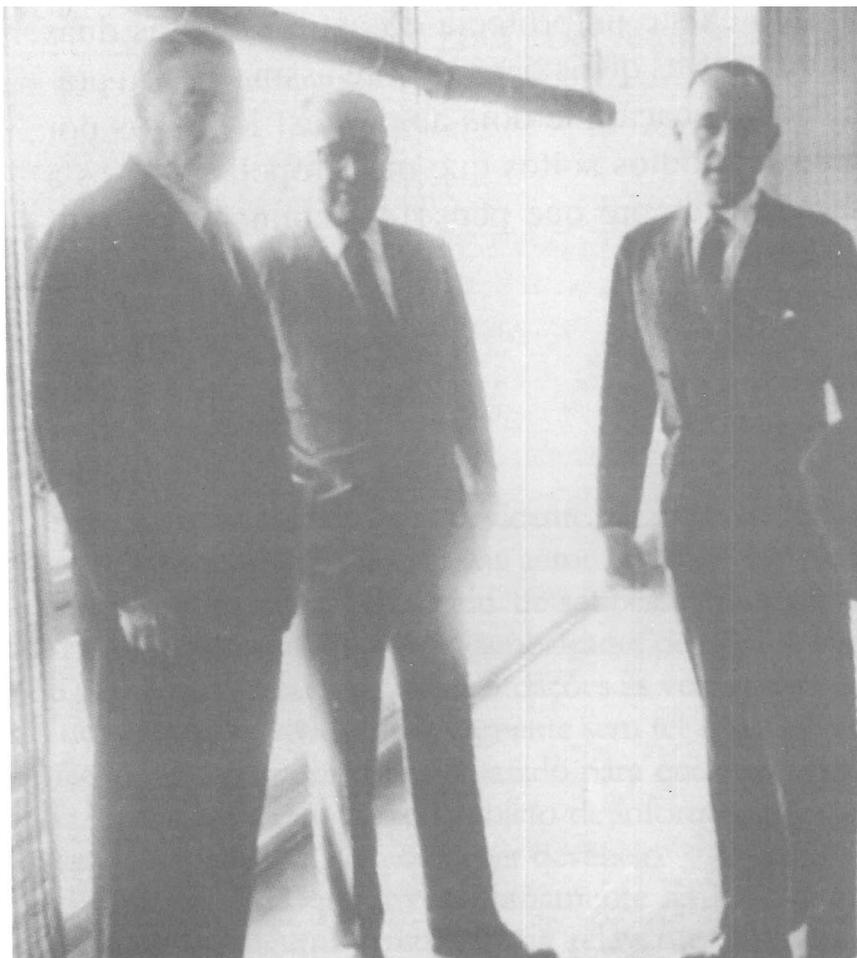
Não terá igualmente ocorrido a Otto Lara Resende⁴, nem a mim nem a qualquer outra pessoa que, entre surpresa e divertida, ouviu o relato da pitoresca conversa do presidente com o escritor, a hipótese de que Jânio tivesse em mente naquela oportunidade um termo final imediato do seu governo. Era março ou abril. O presidente convidou Otto para seu assessor. Diante de obstinada resistência, disse imperativo:

– Você vai me dar cinco meses da sua vida. Não mais. Otto quis fugir. Jânio levantou a mão, abrindo os cinco dedos: – São cinco meses só!

Essas páginas, com o caso Sana Khan e a insólita coincidência dos prazos dados a mim e ao Otto, excitarão certamente os imaginosos. Escrevi-as, no entanto, com ceticismo. Mesmo porque nada de comum existe na profecia do astrólogo e as duas conversas nas quais o presidente assinalou um prazo à convocação de dois auxiliares. Reuni-os por serem episódios soltos que me atropelam juntos a memória sempre que penso na renúncia de Jânio Quadros.

3 Leão Gondim de Oliveira, diretor da revista *O Cruzeiro*.

4 Otto Lara Resende, jornalista e escritor mineiro residente no Rio de Janeiro.



Pedroso Horta, Clemente Mariani e Romero Cabral da Costa

CAPÍTULO XI

Creio ir-se tornando evidente, na medida em que chega ao fim este relato, que seu autor também não sabe por que Jânio Quadros renunciou. Se soubesse não teria escrito o que escreveu – esforço cambaleante de depoimento e de pesquisa, acumulação de recordações às vezes desconexas de sete meses vividos intensamente sem ter em vista um desfecho mas interiormente preparado para qualquer desfecho. A causa da renúncia seria objeto de informação jornalística, direta, objetiva, sem qualquer devaneio.

É possível que involuntariamente tenha omitido algum fato ou alguma circunstância relevante. Não creio que possa ser coisa essencial. Minha tarefa junto a Jânio, embora me levasse ao contato diário com ele, era discreta e modesta, não me conduzindo à intimidade das decisões do governo. É verdade que participava indiretamente do fato político, na medida em que José Aparecido atuava, ruminando em minha presença, com a confiança do amigo, preocupações, fatos, hipóteses, suspeitas, agressões que lhe tumultuavam a alma de combatente. Terei citado excessivamente o seu nome, o que é explicável: Aparecido era o meu ângulo do governo. Vi e vivi os setes meses de Jânio quase sempre através dele.

Foi de resto por ele que cheguei a Jânio. Por ele e de certo modo para ele. Foi sua amizade que me envolveu para um tipo de coisas estranhas ao meu temperamento. É verdade que seu esforço de fazer de mim um militante encontrou campo propício na disponibilidade de espírito de quem chega aos quarenta anos ainda sem plano de vida e algo inclinado a dar uma oportunidade ao acaso.

Uma certa singeleza e ânimo desprevenido na ação me afastam da política. Surpreendia-me, por exemplo, que Aparecido, na mesma medida que demonstrava cotidianamente amizade e confiança, sentisse a permanente necessidade de afirmar um comando político mais do que

evidente, como se não lhe bastassem da minha parte ausência de espírito competitivo e total renúncia a aspirações do poder.

Sentia-me em serviço no governo e aterrorizavam-me as querelas de influência. Mal concebia que não se colocassem as questões senão perante o presidente com simplicidade e lealdade. Foi preciso ver para crer que, sem trair objetivos altruístas, os políticos podem lutar entre si tendo a deslealdade como método e a violência como arma.

Aparecido, de resto, percebeu que eu não desempenharia a Secretaria de Imprensa politicamente, e ele mesmo pôs-se a suprir a deficiência: reunia os repórteres, influenciando no preparo das notícias, filtrando interpretações, orientando, na valorização do que seria o interesse político do governo, a máquina publicitária.

Concebia minhas funções como de ligação entre governo e imprensa, para informar com correção e abundância possível, de maneira que as versões oficiais dos acontecimentos estivessem sempre presentes e dominassem, se viável, o espaço do noticiário. Aparecido foi, em consequência, me substituindo, como de resto substituiu Quintanilha, na direção do fato político dentro do Palácio, e a eficiência do seu método, até prova em contrário, parecia evidente num meio em que se faz pouco uso das simples informações. Era aliás convicção geral que o serviço de imprensa da Presidência deveria funcionar como uma espécie de agência de relações públicas. Convicção tão arraigada que, quando Horta tentou impedir minha nomeação, enfrentando o caso em veemente discussão com Aparecido, o argumento decisivo que lhe ocorreu era que me faltava o *physique du rôle*, a boa aparência e o desembaraço do *public relations*.

Mas Aparecido, pondo-me na sua assessoria, enchia-me de trabalho, transferindo-me a laboriosa e confidencial tarefa de redigir documentos de governo. Jânio assinava em confiança, sem os ler, os papéis que lhe levava. A confiança que delegava aos seus auxiliares era, de resto, total. No dia em que tentei conversar com ele sobre os critérios e métodos a seguir na minha função, limitou-se a dizer:

– Não me consulte, consulte a sua consciência e aja de acordo com ela.

O presidente, se tinha plano ou intenção de ferir os jornais, conforme a crença de seus adversários, nada me disse ou insinuou. Lembrei-lhe

que as empresas jornalísticas tinham sempre problemas a encaminhar ao governo. Como tratá-las?

– Atender a tudo o que for justo e razoável, disse.

Jânio teve estrondosa cobertura de imprensa como nunca outro presidente viria a ter. Era o seu próprio governo, a tensão a que submetia o país, o nervosismo causado por um processo de modificação nas táticas de mando e a audaciosa experiência na política externa que transformavam em notícia tudo quanto partia de Jânio Quadros. O Palácio do Planalto era o centro, o coração do Brasil. O presidente, ele próprio, é que era notícia e avassalava os jornais. O que havia de contribuição dos seus assessores, nesse particular, era na maior parte fruto da permanente e incansável mobilização de José Aparecido, pois ficara eu limitado, no meu setor, cada vez mais ao preparo das entrevistas a jornalistas estrangeiros, das entrevistas coletivas e dos contatos com alguns diretores e chefes de redação.

As entrevistas coletivas, transmitidas pelo rádio e pela televisão diretamente de Brasília, desenrolavam-se em cenário adequado, espaço amplo e solene, uma bandeira fincada ao lado da mesa, dezenas de jornalistas atentos nas suas cadeiras, traduções alternadas em francês e inglês, conforme a origem do repórter que perguntava, Casa Civil e Militar formadas à retaguarda, o ritual e a pompa próprios a produzir a imagem tensa e aguda do presidente. Davam-me uma satisfação quase estética, pela certeza de que conjugara bem cenário e personagem.

Jânio resistia a receber jornalistas isoladamente, para entrevistas. Autorizava-me a responder por escrito aos questionários trazidos por repórteres de todo o mundo, dos Estados Unidos, Cuba, Coreia, Itália, Inglaterra, Argentina, Japão. A nenhum recebeu pessoalmente. As respostas eram sempre autenticadas por sua assinatura.

A revista *Time* preparou longamente uma reportagem sobre o presidente, cujo retrato, em desenho de Portinari, seria publicado na capa. O correspondente americano tentou em vão a entrevista direta, o simples contato pessoal. Arranjou padrinhos, que dirigiram ao presidente apelos calorosos. Afinal, voltou a mim e disse que, pela primeira vez, *Time* publicaria uma reportagem de capa sem que seu representante tivesse

uma conversa com o personagem. Queria que eu transmitisse isso a Jânio, num apelo final.

– Se é a primeira vez – interrompeu-me o presidente quando lhe transmitia o recado –, ótimo!

Outra vez, o correspondente de uma rede de televisão norte-americana chegou a Brasília para entrevistar Jânio Quadros, desembarcando na Alfândega a aparelhagem necessária. O presidente não se comoveu. O jornalista, incrédulo, argumentou que despendera 50 mil dólares com o transporte para o Brasil dos aparelhos de registro. Fui ao presidente e insisti, alertando-o para a importância do veículo e informando-o do esforço já feito, inclusive dos 50 mil dólares que teriam sido gastos. Jânio, porém, encerrou o assunto:

– Dólares, disse, é o que não lhes falta.

O presidente jamais lia as coleções de recortes da imprensa mundial que eu recebia do Itamaraty e lhe entregava. Nenhum interesse por qualquer notícia sobre sua pessoa ou seu governo.

Já no fim do governo, havia a possibilidade de Aparecido sair do Palácio para um Ministério. Era a porta para a minha retirada, cautelosa e conveniente, pois no fundo já percebera que não havia ali lugar para mim.

Homem sem intimidade, Jânio só criara um laço com auxiliares sem aspiração política como eu: a crença no esforço honrado e pertinaz do governo, a vontade de acertar e fazer. Quem não se sentia seguro de estar fazendo exatamente o que lhe cabia fazer, devia lealmente sair. A renúncia, para mim, dando-me embora uma frustração maior, resolveu-me um problema pessoal, o que registro com certa vergonha.

CAPÍTULO XII

Escrevi estas notas entre 1º de agosto e os últimos dias de dezembro de 1963. Interrompi-as durante todo o ano de 1964. Retomei o trabalho, concluindo-o, nos dias 10 e 12 de março de 1965.

Reli o que havia escrito. Os episódios, com o tempo, vão se transformando no seu significado. Apressei-me, porém, em levá-lo a termo antes que se perdesse de todo a perspectiva na qual concebi este depoimento.

Dei-o a ler a dois amigos. A Evandro Carlos de Andrade, que foi o principal auxiliar de Aparecido no governo. Achou-o veraz e excitante.

O outro foi o próprio Aparecido, que passou recentemente por Brasília, com os direitos políticos suspensos por dez anos. Leu-o até a altura da página 62 do original datilografado: considerou precisa a narrativa dos fatos. Lembrou alguns episódios não registrados, identificou resquícios de má vontade no tratamento dado às posições de esquerda, que eram as dele, observou algum excesso na valorização da greve de estudantes no Recife e imaginou que suas relações com Raul Ryff, tais como estão descritas, possam dar a impressão de que se deixava influenciar pelo secretário de Jango, quando, na verdade, o atraía e sobre ele influía, na procura de uma compatibilização das esquerdas com o governo de Jânio.

Mas vamos ao meu capítulo. O capítulo final.

Fui a Santos receber Jânio Quadros na hoje remota quarta-feira de Cinzas de 1962. Jango na Presidência, associado a Tancredo Neves, primeiro-ministro, havia demonstrado fraqueza e esperteza nas manobras com que procuravam ambos esvaziar a volta de Jânio. Havia expectativa e emoção em todo o país, algo como a sensação de que o pesadelo cessaria: Jânio iria explicar a renúncia e retomar o poder. Ninguém sabia como, mas havia uma densa atmosfera de esperança e medo. O governo conseguira antecipar para as sete horas da manhã de quarta-feira de Cinzas o atracamento do navio, na certeza de arrefecer o entusiasmo da recepção.

Ao longo do cais de Santos formavam filas milhares de trabalhadores nas docas, e populares se aglomeravam por toda a margem da enseada. Depois de algumas horas de espera, o presidente desembarcou e foi levado a falar num comício improvisado na praça fronteira ao porto. Os cabelos em desalinho, os punhos da camisa soltos – perdera as abotoaduras na confusão –, o descontrole dos gestos, o excesso das apóstrofes e da própria voz devolviam ao povo de Santos a imagem do político que o seduzira e ainda seduzia. Os que haviam conhecido quase que só o presidente não o identificavam na postura, no entanto mais antiga. Jânio prometeu explicar a renúncia, oficializando e agravando a tensa expectativa.

À casa de Quintanilha Ribeiro, em São Paulo, onde passariam a se realizar as reuniões políticas, acorreram os janistas do estado e alguns políticos que com ele trabalharam na Presidência. Numa atmosfera de otimismo, discutia-se o método a seguir para a retomada do poder: se Jânio deveria candidatar-se a governador de São Paulo ou se deveria fazer uma campanha nacional na base das inspirações da sua renúncia. Ilhar-se na política paulista, se lhe dava método e segurança para a reconquista do poder, isolava-o da opinião pública do resto do país que se entusiasmara com seu governo e se deprimira com sua renúncia. O Brasil estava, em função do governo e sobretudo da renúncia de Jânio na plena vertente da esquerda, e muitos não percebiam ainda que o Partido Comunista, de influência decisiva na formação da opinião esquerdista e na sua atuação, já optara espertamente por João Goulart, de longo convívio e longa transigência. Jânio Quadros, por sua vez, embora aceitando aparentemente o papel que por coerência lhe cabia à esquerda do processo político, via na sua base paulista a possibilidade de recuperar o equilíbrio perdido com a renúncia. Jogando taticamente com as ideologias, Jânio sempre me pareceu um político neutro do ponto de vista ideológico. O desastre da renúncia lhe impunha, porém, no seu regresso, compromisso com o nacionalismo socialista, cuja dialética lhe dera os elementos essenciais à explicação do seu gesto, manifestação extrema de certas tendências do seu governo.

Sua hesitação, no entanto, persistia, como o deixava ver o próprio desfile de amigos e conselheiros que eram introduzidos numa sala reservada para que Jânio os ouvisse.

Aparecido empurrou-me nessa sala. Horas antes, numa reunião plena com seus antigos auxiliares do Palácio e com Pedroso Horta e Lino de Matos, Jânio resumira em doze itens os fundamentos do discurso em que explicaria ao povo a renúncia. Pediu-me, quando estávamos sozinhos, que me juntasse a Horta para a redação do documento. Perguntou-me se achava bom o esquema. Respondi-lhe que as razões que ele enumerara podiam ser tidas como estímulo à luta e não à renúncia. Disse-lhe da expectativa do país: esperava-se que ele voltasse. Naturalmente, a opinião nacional se decepcionaria se ele fosse apenas candidato a governador de São Paulo. Não via, contudo, como, no plano nacional, encontrar o caminho de volta.

– O senhor pensa em revolução? – perguntei.

– Qual a sua opinião? – disse ele.

Respondi-lhe que não tinha elementos para considerar hipótese tão arriscada. Mas acrescentei que, no meu entender, ele deveria assumir uma liderança nacional. À saída, recomendou-me de novo que procurasse o Horta. Depois de mim, entrou na sala o João Agripino.

– Ele me disse a sua opinião, contou-me o ministro. – É a mesma que eu dei.

Pedroso Horta estava grávido da explicação que iria redigir sozinho, conforme logo o percebi. Jânio me pusera no assunto por indicação de Aparecido, que assim pensava ter acesso à elaboração e nela influir. Horta limitou-se a pedir-me que lhe arranjasse uns exemplares da *Tribuna da Imprensa* da época da crise.

Ao ouvir pelo rádio, em Brasília, o arrazoado lido por Jânio, ocorreu-me a explicação que Horta me dera, meses atrás, sobre a formação do Ministério: um Ministério conservador para realizar uma política revolucionária. Agora se passava o contrário, dentro da mesma tática: uma explicação revolucionária formulada por uma mente conservadora. Prosseguiam as contradições de Jânio Quadros, indefinido ideologicamente, à procura de um equilíbrio que lhe assegurasse a confiança concomitante do povo e das classes dirigentes. O presidente fugia ao processo revolucionário, lisonjeava moderadamente a opinião da esquerda e ilhava-se na sua cidadela de São Paulo. O poder, que supunha lhe seria devolvido em São Paulo, lhe abriria o trânsito para o posto no qual deveria completar o seu destino.

É claro que, documento político, politicamente elaborado para atingir efeito determinado, a explicação da renúncia não atendia à sede de verdade que obcecava a nação a respeito da renúncia. Jânio, que crescera na imaginação popular, esvaziou como um balão furado: a impressão era que ele perdia o governo pela segunda vez. O documento não era o exame de consciência, feito com a dramática sinceridade que só alcançam as confissões pessoais. Não era a revelação de razões suficientes e cabais. Era o instrumento de fixação de rumos políticos, que contemplava o risco consentido da decepção imediata em benefício da segurança da rota, traçada nos limites do possível. Do ponto de vista da verdade humana, caberia a Jânio a confissão ou o silêncio. Ele preferia, de novo, os caminhos da política.

Meses depois de ter-se frustrado a tentativa eleitoral de volta ao governo paulista – Horta atribuía o malogro, não à atitude de Carvalho Pinto¹, mas à presença na campanha dos esquerdistas como Paulo de Tarso², os amigos de Aparecido, como dizia –; encontraram-se um dia em Paris o ex-ministro da Justiça e o ex-secretário particular. Jânio achava-se em Londres. Horta refazia-se de uma funda amargura. Tratou seu adversário íntimo com exemplar cortesia, até mesmo com amizade. Insistiu em levar Aparecido a visitar o túmulo de Napoleão, nos Inválidos. Aparecido, depois de alguma resistência, acompanhou-o. Quando se achavam ambos sob a pesada abóbada, contemplando a tumba de pórfiro, Horta segurou-o pelo braço e disse: – Nem todos tiveram a sorte de ser ministro de Napoleão.

Se havia uma trama cesarista entre o presidente Jânio Quadros e seu ministro da Justiça, é difícil de provar. A denúncia de Carlos Lacerda, inspirada no ressentimento, não me parece dado válido para julgar a situação. Pedro Aleixo, líder do governo, mais por dedução e instinto

1 Carvalho Pinto, governador de São Paulo indicado por Jânio e eleito graças a seu apoio, recusou-se a apoiar-lhe a candidatura em sua tentativa de retorno ao governo do estado, logo após a renúncia.

2 Paulo de Tarso Santos, deputado pelo Partido Democrata Cristão de São Paulo, ministro da Educação de Jânio.

referendando a crença generalizada, disse-me não ter dúvida de que a renúncia foi um frustrado golpe de Estado.

Jânio evidentemente esperava voltar ao governo, como o disse expressamente em Cumbica, no dia seguinte ao da renúncia, quando previa para dentro de 90 dias, no máximo, a presença do povo na rua exigindo a sua volta. Mas a verdade é que não quis tentar o golpe, no governo. A ampliação de sua popularidade nos sete meses de Presidência, a tremenda autoridade por todos reconhecida, o respeito e a obediência das Forças Armadas, o desprestígio dos partidos e do Congresso lhe facilitariam a manobra para tornar-se ditador. Por que abandonou ele de repente os instrumentos do governo, se pretendia golpear as instituições? Por que abandonou tudo sem articular-se previamente, sem tomar as providências elementares que assegurassem a sua volta? O golpe de Estado dá-se de dentro e não de fora do governo. Como crer que ele se desprovesse de repente dos meios de ação indispensáveis? Não permitiu qualquer providência, nem dos ministros militares, nem do ministro do Trabalho. Pedroso Horta, levado pelo tumulto e esmagado pela denúncia que o envolvia, havia perdido a iniciativa. A caminho de São Paulo, a confidência estranha a Aparecido: – Se eu quisesse, assumiria hoje o governo, em Brasília.

É possível que Jânio acreditasse, romanticamente, numa ação espontânea do povo. Lembro-me de que, na Paraíba, onde se realizava uma reunião de governadores, Jânio era aclamado pela multidão toda vez que saía à rua. Do meio do povo, havia gritos nítidos:

– Ditadura! Ditadura!

Mas a longa lição da história é que não há movimentos populares espontâneos. Há sentimentos que se generalizam e se pressentem, mas a manifestação só ocorre por articulação e por provocação. A bomba não explode sem estopim.

A atitude de Jânio nos dias que se seguiram à renúncia, à espera de que o povo o acudisse, soa como uma nota ingênua, sem consonância com os acontecimentos e com os personagens. Os grupos que detinham o poder no país haviam-se apressado a concluir o espantoso episódio. Os conservadores, alarmados pelas exteriorizações de uma política externa, concebida no entanto como uma técnica deológica de afirmação

nacional, sem prejuízo dos compromissos básicos do regime, aliviavam-se e se desoprimiam. A esquerda, que esperava, mas não confiava, via de repente abrirem-se caminhos eficazes para a perseguição dos seus próprios objetivos. E foram uns e outros que consumaram a renúncia, liquidando apressadamente a mais audaciosa experiência de governo a que já assistimos.

Há ainda a assinalar, nas possíveis inspirações de Jânio, se não a constância pelo menos a frequência da atitude de renúncia na sua vida pública. Renunciou como presidente. Renunciou como candidato à Presidência. E chegou às portas da renúncia como governador de São Paulo. Conta Geraldo Carneiro³, que tentou aproximar Jânio governador de Juscelino Kubitschek presidente, que um dia foi chamado com urgência a São Paulo. O pai de Jânio fora assassinado, desfecho de um drama público constrangedor. Jânio abriu-se com o secretário particular de Juscelino: era um homem devastado por dentro, sem forças nem condições de persistir na vida pública. Ia renunciar ao governo e pedia a Geraldo que obtivesse de Juscelino sua nomeação para um posto no exterior, ficando, em princípio, assentado que o lugar mais conveniente era o de ministro para Assuntos Econômicos⁴.

A renúncia não veio, sustada não se sabe por quê. Mas já então ela assinalava uma tendência, uma inclinação de espírito para resolver pela renúncia os impasses que a emoção levava à sua vida política.

Excluído o exame da sua atitude em face do fato político, às instituições, ao Congresso, aos partidos, quem trabalhasse para Jânio Quadros impressionava-se acima de tudo com a atitude do presidente face à coisa pública. Dedicção, ausência de preconceitos, impessoalidade, isenção, inteligência, sentimento de responsabilidade, tensa mobilização para a tarefa davam grandeza a um trabalho que pela primeira vez unia moralmente a nação ao seu governo.

3 Geraldo Carneiro, secretário particular do presidente JK, primo e amigo íntimo de José Aparecido.

4 Ministro para Assuntos Econômicos, cargo de provimento que não exigia concurso, uma das mais cobiçadas sinecuras da época.

Jânio metia-se o dia inteiro no seu gabinete, onde havia um telex, que ele mesmo operava, telefones diversos, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, retratos com dedicatórias de Nehru, Tito e Sukarno⁵, um enorme quadro com a figura de Lincoln, a bandeira nacional, livros e relatórios. Ali recebia, despachava, lia, estudava, incansavelmente. Trabalhava, vestido no seu *slack* indiano – ele os tinha de todas as cores –, das seis e meia da manhã até às oito, às nove da noite, com intervalo de 40 a 50 minutos para o almoço, que fazia habitualmente sozinho.

À noite, isolava-se no Palácio da Alvorada. Sofrendo de insônia, assistia só ou com a esposa, bebendo apenas cerveja, a dois, três filmes por noite, até a exaustão do operador. Raras vezes teve companhia para o jantar e o cinema. Os fins de semana eram passados em São Paulo. Lembro-me, porém, de um domingo em que transitei ao pôr-do-sol pela porta do Palácio. Na plataforma que conduz do edifício central à capela, Jânio deslocava-se sozinho, em passadas largas.

Tendo apreciável experiência de administração e um certo método na rotina do serviço, foi para o governo confiando mais em si mesmo do que numa equipe que não tinha, a não ser para o miúdo. Seu individualismo afastava dele os técnicos, hoje imprescindíveis para o planejamento e a ação unificada e coerente de governo. Percebendo essa falha, desde os primeiros dias, quando lhe foi dada a tarefa de preparar a mensagem presidencial ao Congresso, José Aparecido compôs improvisadamente uma assessoria técnica, que só se ajustaria e se livraria dos arrivistas no último mês do governo.

Jânio, no entanto, estudava cada problema de cada pasta e parecia confiar em que o estímulo da sua atitude pessoal e a energia com que acionava a máquina, em seu conjunto, terminariam por compor as diretrizes do governo e dar-lhes uniformidade e eficiência. Ele acreditava mais no trabalho honrado, limpo e persistente, no exercício de uma autoridade que desentulhava a administração dos ônus do compromisso político, do que no planejamento explícito e objetivo.

5 Sukarno, presidente da Indonésia.



Jânio e Aparecido

Seu governo, por isso mesmo, estará cheio de imperfeições, sobretudo nos pormenores de uma ação da qual ele tinha a consciência e o sentido, mas que nem sempre era traduzível ou compreensível para seus auxiliares. Em compensação, nunca um presidente terá estado interiormente, na sua alma, tão preparado para governar quanto Jânio Quadros.

Meses depois da renúncia, derrotado na sua campanha para o governo de São Paulo, desassistido de esperanças imediatas, Jânio recebeu em sua casa de Guarujá a visita do fiel amigo Romero Cabral da Costa. O presidente, adoentado, estava de cama. Perguntou ao seu ministro da Agricultura o destino de várias medidas que ambos haviam longamente discutido no governo, e adotado. Jânio queria saber o que persistia, o que fora mudado, o que teria acontecido se não fosse alterado este ou aquele decreto. De repente, inflamado, ergueu-se na cama e exclamou: - Ministro, mas que belo governo estávamos fazendo!

NOTA EXPLICATIVA

Esta obra apresenta a seguir os textos:

De vereador a presidente, reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, em 11 de fevereiro de 1961.

O XVIII Brumário de Jânio Quadros, por Emir Sader.

Os textos foram originalmente apresentados como apêndice e posfácio, respectivamente, na publicação *A Renúncia de Jânio* (Edições do Senado Federal, vol. 234, 2017).

DE VEREADOR A PRESIDENTE

Reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, de 11 de fevereiro de 1961. Nessa época, a revista circulava antedatada de 15 dias.

– Já sei da sua curiosidade por minha pessoa. Veio pensando encontrar-me com uma dinamite na mão. Foram essas as primeiras palavras que ouvi de Jânio Quadros. Estávamos num comitê eleitoral da Rua Augusta, na véspera da eleição para prefeito de São Paulo. Era a 20 de março de 1953. Jânio pareceu-me muito jovem, apresentava-se razoavelmente limpo, terno azul-marinho, o colarinho abotoado, a gravata no lugar – detalhes que observei e registrei ante os rumores de que o desmazelo da indumentária se havia tornado arma eleitoral em São Paulo.

Na verdade, não esperava, quando me dirigi à Rua Augusta, deparar-me com um agitador. A ideia da dinamite pareceu-me excessiva, algo grotesco, pois na verdade o que eu imaginava encontrar era apenas a figura de um demagogo, meio pitoresco, meio vulgar. Era o que se podia esperar, em São Paulo, naquele tempo, de um político que alcançara tão rapidamente o êxito. Ele acrescentou num sotaque insólito: “Simbolizo a reação contra a desorganização e a desonestidade da administração pública”.

A ênfase deu-me algum desgosto. Com displicência perguntei-lhe se queria ser apenas prefeito ou tinha algumas ideias. “Pergunta se faço proselitismo? Não, não faço.” A palavra escolhida e o tom em que foi dita despertaram-me. Havia algo de estranho e inesperado naquele rapaz que se propunha a vencer uma coligação de todos os grandes partidos de São Paulo, o PSP de Ademar¹, o PTB e o Partido Comunista.

1 PSP, Partido Social Progressista, liderado por Ademar de Barros, o mais popular político de São Paulo desde a ditadura de Vargas e até o advento de Jânio.

Ocorreu-me que partidários exaltados do candidato anunciavam que começava naquela campanha um episódio novo na política brasileira. Jânio seria prefeito, governador e presidente. – O senhor tem aspirações maiores? – indaguei. Ele respondeu: – Aspiro naturalmente à Prefeitura, mas sei que uma vitória minha terá inevitável repercussão nacional, que promoverá outros movimentos semelhantes em todo o país. – Que diz da esperança de correligionários que o apontam como futuro governador e presidente? – insisti. Ele disse: – O máximo que posso dizer é que é prematuro. Entretanto, posso, desde já, afirmar que pretendo exercer a Prefeitura até o último segundo do último minuto da última hora do último dia do meu mandato.

As salas da modesta casa da Rua Augusta fervilhavam de gente, eleitores entusiasmados e exigentes. A conversa teve necessariamente de ser breve.

Nas ruas, as pessoas que encontrava, amigos ou desconhecidos com quem falava eventualmente, todos iam votar em Jânio Quadros. Os políticos teimavam em apresentá-lo como um demagogo ridículo, condenado ao esquecimento após a inevitável derrota. O governador Lucas Garcez, entretanto, estava preocupado. Disse-me que se tratava de um místico, admitia a hipótese da sua vitória e especulava sobre suas consequências políticas. São Paulo pretendia unir-se para fazer o candidato à sucessão de Getúlio Vargas. Jânio era um dado novo e perturbador. Sua vitória poderia eliminar as aspirações de Ademar e de Garcez.

Foi o poeta Domingos Carvalho da Silva que me pôs na pista, na minha tentativa de informar-me sobre Jânio. Descreveu-me seu antigo companheiro de Faculdade, um estudante sem grupos, de quem vagamente se suspeitava tratar-se de um agitador pelas agressivas manifestações de hostilidade à Espanha franquista. Também poeta, de língua castigada e dotes discutíveis, cujos versos haviam sido recolhidos pela antologia acadêmica *Sob as Arcadas*, organizada por Ulysses Guimarães². Recitou-me alguns versos de Jânio: “Eu sinto em mim o sangue de um País Leme...” Até três anos antes, vivia uma vida obscura de professor

2 Ulysses Guimarães, deputado pelo PSD de São Paulo à época da narrativa.

de ginásio e autor inédito de uma “gramatica expositiva”. Seus alunos, empolgados com os cívicos arrebatamentos do professor, lançaram-no candidato a vereador e o elegeram.

O professor transfigurou-se no exercício do mandato, impondo-se pela obstinação agressiva no desempenho de todas as possibilidades de vereança.

Eleito prefeito de São Paulo, Jânio sumiu pela primeira vez. Voltando a São Paulo no dia da sua diplomação, consegui ser levado à sua presença pelo deputado Franco Montoro³. Vi-lhe a primeira magrém provocada pelos excessos eleitorais. A cabeleira, frondosa, sustinha-se a custo sobre ambas as orelhas e invadia o colarinho. Em mangas de camisa, exibia seus largos suspensórios.

São Paulo estava intranquilo com rumores de agitação política e social. Preparava-se uma greve geral, e o desprestígio do governo, em face dos resultados eleitorais, justificava rumores de intervenção federal. Jânio fizera misteriosa viagem ao Rio para entender-se com o ministro da Justiça⁴ e talvez com o presidente Getúlio Vargas. Fez-me a respeito uma rápida declaração. Pedi outras, no pressuposto de que, tendo admitido minha presença em seu retiro, se dispunha a falar à imprensa. Ele relaxara o corpo na poltrona da pequena sala. Ouviu-me a pergunta e disse-me um não, movendo o dedo indicador de um lado para outro. Encarava-me, expectante. Fiz a segunda, a terceira, a quarta pergunta. A todas elas respondia com a mímica desconcertante. Levantei-me. Pedi-lhe que pelo menos atendesse ao fotógrafo. Não hesitou. Seguiu até a porta da casinha da Rua Taquá, residência do vereador Quintino da Silva. Sua filha Tutu, uma menina de seus oito anos, brincava por ali e posou ao lado do pai. O fotógrafo sugeriu que ele segurasse uma vassoura. Jânio riu, empunhou a vassoura⁵ e, mostrando-a a um grupo de pessoas que se aproximara, comentou: – Vai ser usada.

3 André Franco Montoro, deputado pelo Partido Democrata Cristão de São Paulo.

4 Ministro da Justiça de Vargas: Tancredo Neves, deputado pelo PSD de Minas.

5 A vassoura foi o símbolo de todas as campanhas eleitorais de Jânio.

Jânio voltou à sua poltrona. Fiquei pela sala a observar e ouvir a desconhecida fauna de jovens políticos de São Paulo, exultantes com a vitória. Lembro-me de Paulo de Tarso, de cabeleira ainda intacta, a definir a vitória como de uma equipe. – Qualquer um de nós – dizia –, pode falar em nome de Jânio. E o entusiasmo, já enfático: – Ele é um conduto límpido, de cristal, sem máculas, através do qual acreditamos poder canalizar a reforma social. Aos democratas cristãos misturavam-se os socialistas, irmanados na certeza de que iniciavam no Brasil a decisiva renovação.

Não estavam ali os que se presumiam comandantes da campanha de Jânio, dissidentes do PTB com larga experiência na política do Estado. O pretense estado-maior recolhera-se a Ubatuba, no litoral norte, onde esperaria o candidato eleito para traçarem juntos os rumos da revolução vitoriosa. Tomei um táxi na Avenida São João e toquei para Ubatuba, trezentos quilômetros adiante.

O anfitrião, com uma chispa inquietante nos olhos, a expressão amadurecida, era Vladimir Toledo Pizza, que erguera sua casa de campo sobre ruínas do antigo forte. Sua fisionomia de senhor rural, de velha linhagem, inflamava-se com os planos de reforma agrária e social. Mais frio, porém confiante, secundava-o José Ataliba Leonel, que me revelou segredos da mobilização para o triunfo. Chaves Amarante, Cassiano e outros compunham o grupo. A noite se aproximava, sem notícias. Um avião sobrevoou a cidade e acreditava-se que nele vinha Jânio. Finalmente, o jovem Afrânio de Oliveira⁶ surgiu misterioso. O prefeito não viria. Fora passar a Páscoa em outro sítio, longe dos que pretendiam influenciá-lo e fazer-se donos de uma vitória, que guardava avaramente para si. O estado-maior dissolveu-se.

Quando voltei a ver Jânio, sentado à sua mesa de trabalho, na Prefeitura, alguns meses depois, recebeu-me polida, mas friamente. Outro repórter, Pedro Gomes, acompanhava-me. Sentamos em cadeiras colocadas à esquerda e à direita do prefeito. O tempo era frio. Jânio despachava metido no sobretudo. Pareceu-me deprimido. A cada pergunta seguia-se

6 Vladimir Toledo Pizza, advogado, foi prefeito de São Paulo. José Ataliba Leonel, professor. Afrânio de Oliveira, jornalista de *O Estado de S. Paulo*.

um silêncio quase opressivo. A resposta vinha pausada e precisa. Deu-me a impressão de que se acautelava contra visitantes maliciosos. Nessa ocasião, repetiu-me que não seria candidato a governador. Ditou-me novamente a frase de que exerceria o mandato até o último segundo.

No ano seguinte, fui esperá-lo em Araçatuba, no extremo oeste do Estado. Ele era candidato a governador e percorria o interior com Emilio Carlos e Auro Andrade. A equipe da vitória municipal dissolvera-se ou o apoiava discretamente. Pizza pretendia tornar-se seu concorrente, forçando a própria candidatura pelo PTB. Doutel de Andrade⁷, a quem João Goulart incumbira de observar no local o estado de espírito do eleitorado trabalhista, convidou-me para acompanhá-lo a Araçatuba, onde falaríamos, com 24 horas de diferença, ambos os candidatos. Jango queria um depoimento isento para orientar-se na decisão a tomar. O comício de Jânio foi avassalador. Descido do palanque nos braços do povo, foi carregado durante algum tempo pela praça principal da cidade. Cessada a agitação, encontrei o candidato sentado na ponta de uma calçada, cercado de gente humilde, excitada. Chamou-me. Fiz-lhe a primeira pergunta. O comício fora excepcional ou sua campanha se desenvolvia toda naquele ritmo? Lançou-me um olhar de baixo para cima e com toda força de seu sotaque respondeu-me, enumerando êxitos nos dedos da mão: – O de Bauru sê lhe comparou, o de São Roque sê lhe comparou...

Entrevistei apenas uma vez o governador Jânio Quadros. Consultado, pediu questionário escrito e recebeu-me nos Campos Elíseos para entregar a resposta, deixar-se fotografar e apertar-me a mão.

Dessa entrevista, publicada em *O Cruzeiro* de julho de 1956, retiro a seguinte resposta que deu à minha pergunta sobre a simpatia manifestada pela UDN por sua candidatura à Presidência da República:

“Força alguma far-me-á candidato à Presidência da República. Não aceito nem aclamação unânime, já imaginou isso?”

Tratava-se, na ocasião, de critérios ao Governo Federal que o governador transmitira de viva voz ao presidente Juscelino Kubitschek.

7 Doutel de Andrade, jornalista de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, nascido no Rio, eleito deputado federal pelo PTB de Santa Maria, por indicação de Jango.

Perguntei-lhe também sobre se o regime devia temer pelo excesso de poder do ministro da Guerra. Ele respondeu: – Não é a força do general Lott que se deve recear, mas a fraqueza dos outros.

Quando reapareceu no Rio como candidato à Presidência da República, estive com Jânio algumas vezes, como todos os repórteres políticos desta cidade. Acostumamo-nos à cordialidade como à reserva desse homem que se aproxima sem quebrar as distâncias. Quando se achava no Japão, mandei-lhe um questionário. A resposta deu algum barulho: Ele negava a existência do “estado-maior” que o representava nas negociações políticas no Brasil.

Dois meses depois, *O Cruzeiro* mandou-me a Istambul para tentar entrevista. Crescia a ansiedade por definições do candidato. Desembarquei na cidade com Roberto Selmi Dei, seu amigo íntimo e portador de um questionário da UDN. Jânio não queria receber-me antes de tomar conhecimento dos relatórios e da conversa do amigo. Selmi Dei, entretanto, forçou o encontro e cerca de meia-noite me foi dado acesso ao luxuoso apartamento do Hilton Hotel de Istambul. Recebia-me por cinco minutos, para ditar-me a antecipação de sua resposta à UDN. Conversamos até quase as três da manhã. A certa altura, percebi que sua reserva inicial em receber-me tinha outra inspiração: desconfiava que levasse missão extrajornalística e desarmou-se quando encontrou apenas o repórter. Guardo dessa conversa uma imagem difícil: Jânio, de pé, emocionado, descrevendo-me a miséria do Nordeste. Era uma madrugada em Istambul.

Voltou a receber-me, a mim e já ao então repórter Carlos Alberto Tenório, na manhã seguinte. Desceu metido num uniforme cinza, de funcionário do governo indiano. Trazia um livro sob o braço. O primeiro cumprimento foi agressivo, “os senhores não alimentam a pretensão de seguir-me”, disse. Respondi prontamente: – Estou com ordem e recursos para acompanhá-lo até Roma. Seguiu-se uma pausa incômoda. – Vamos às perguntas, disse afinal. Ao fim da longa entrevista, fomos tomar uma cerveja e tivemos por dez dias uma convivência farta e fácil. Respeitávamos suas conveniências e ele nos facilitou ao máximo nosso trabalho.

Esses flagrantes e imagens que aqui reproduzo podem ajudar a entender esse homem que, em poucos anos de carreira política, chegou à

Presidência da República sem dar tempo aos seus contemporâneos de formar um juízo seguro sobre sua pessoa. Desde candidato a prefeito, ele consegue a imediata adesão dos humildes e o apoio desconfiado e ansioso das elites. Por um momento, os que o apoiam julgam ter descoberto a chave do enigma. Mas o segredo se restaura tão logo se investe na função pública, que exerce com extremo senso de autoridade e com apego às comodidades e asperezas da solidão.

Como repórter político, nos oito anos em que ele se impôs no cenário federal, cruzei com ele dezenas de vezes. Até hoje não sei, quando tenho de ir à sua presença, com quem devo encontrar, se com uma distante autoridade, se com um político amável, interessado em entreter o jornalista, se com uma pessoa cordial, se com um amigo, se com um homem prestes a fugir ou protestar. Tenho a impressão de que essa sensação é mais ou menos generalizada entre os que devem ou querem ter acesso ao líder que está assumindo a Presidência da República do Brasil.

O XVIII BRUMÁRIO DE JÂNIO QUADROS

Emir Sader

O episódio da renúncia de Jânio Quadros é diagnosticado, seja como resultado de forças insondáveis – expressadas nas chamadas “forças ocultas” – a que somente a “solidão do poder” tem acesso, seja como produto de desequilíbrio pessoal, de aventureirismo e de algumas doses a mais de uísque. Entre a ambição ditatorial do candidato a Bismarck e as pressões dos microcírculos de Brasília, o episódio costuma ser banalizado, especialmente depois que outro aventureiro, também candidato a ditador, igualmente desequilibrado, como Fernando Collor chegou ao governo 40 anos depois, com programa ambicioso e comportamentos facilmente qualificados como psicóticos.

Em qualquer das duas versões, o itinerário do personagem conta: Jânio, professor de escola pública, nascido em Mato Grosso, mas formado na ideologia da classe média paulista dos anos 40/50, procura antagonizar-se ao líder igualmente carismático da época – Ademar de Barros, seu “outro” – oposição que condicionou fortemente a imagem pública assumida por Jânio. A bandeira da moralidade e do trabalho, do professor residente num sobradinho da Rua Rio Grande, na Vila Mariana, o mais típico bairro de classe média da época, diante de um líder que assumia explicitamente a imagem bonachona do adepto aberto do jeitinho, daquele que havia “afrouxado” os costumes de São Paulo, criando a “zona do meretrício” ou “de tolerância”, no centro da cidade, que assumia também o “rouba mas faz”.

O *out-sider* Jânio tinha que abrir espaço, nos meios populares em que o ademarismo grassava, com uma bandeira oposta – a da moralidade e a do trabalho. Além da “vassoura” para “varrer” a corrupção, a laboriosidade do professor assíduo e rigoroso que chegava simbolicamente aos bairros pobres através da Vila Maria, na zona leste paulistana, seu bastião histórico¹.

Porém, na batalha eleitoral concreta em que se lançava ao primeiro cargo majoritário – Prefeitura de São Paulo em 1953 –, o adversário imediato era um engenheiro – Francisco Antônio Cardoso –, surpreendentemente apoiado por Ademar e pela vetusta UDN, pela primeira vez juntos, de tal forma se buscava projetar a imagem “apolítica” do engenheiro, uma espécie de fusão entre o ex-prefeito de São Paulo Prestes Maia e o então governador Lucas Nogueira Garcez, aquele da UDN, este do PSP de Ademar, ambos engenheiros. Diante da coalizão milionária², Jânio brandiu o *slogan* do “tostão contra o milhão”³.

A vitória arrasadora de Jânio tem que ser situada no clima político específico da época e de São Paulo, em particular. Sem isso e, posteriormente, sem sua inserção na conjuntura política nacional de final dos anos 50, é impossível entender como um personagem com as características tronchas de Jânio chegou a desempenhar o papel que desempenhou.

A primeira referência obrigatória no cenário da irresistível ascensão de Jânio é a greve contra a “carestia” de 1953, que conseguiu, pela primeira vez, articular uma aliança horizontal de sindicatos. O resultado

-
- 1 Conta-se que Vladimir de Toledo Pizza, ligado a Jânio, chegava aos bairros pobres de São Paulo num luxuoso *Cadillac* cheio de moças bonitas distribuindo cédulas de Cardoso, para consolidar a imagem chique e antipopular desse candidato
 - 2 O artigo de Castelo para *O Cruzeiro* dá a impressão de que aquela coalizão incluía o Partido Comunista. Na realidade, este tinha como candidato o general Leônidas Cardoso, pai de Fernando Henrique Cardoso, com o lema da “Panela vazia”, ligado à campanha da carestia, o que permitiu a Jânio dizer, em 1985, quando foi de novo candidato vencedor a prefeito de São Paulo contra FHC, que “havia derrotado o Cardoso pai e agora ia derrotar o Cardoso filho”.
 - 3 Exatamente no mesmo ano, o general Ibáñez se elegia presidente do Chile, também como *out-sider* em relação aos grandes partidos, com a “vassoura” e o *slogan* “o tostão contra o milhão”.

foi o maior movimento de mobilização operária no segundo pós-guerra, como sindicalismo comunista desempenhando um papel protagônico.

Outra referência, mais de fundo, era a relação particular de Getúlio e seu partido, o PTB, com São Paulo. Embora enchesse o estádio do Pacaembu nos primeiros de maio, para anunciar o novo salário mínimo, seu partido nunca deitou raízes fundas em São Paulo. Sua atuação ficou estreitamente associada aos institutos da Previdência e a outros órgãos do Ministério do Trabalho – tendo Ivete Vargas e Frota Moreira como seus principais dirigentes. O sindicalismo de maior expressão era comunista, mas não se traduzia em força política. O espaço político era disputado entre Ademar de Barros – aliado de Getúlio – e a UDN. A base sindical do getulismo teve seus bastiões nas empresas estatais, que tinham suas sedes muito mais no Rio de Janeiro do que em São Paulo. Aqui primavam as empresas de capitalismo privado, protagonistas do novo ciclo de industrialização que, com JK, se estenderá, cruzando-se com a acelerada imigração nordestina e gerando as bases sociais da nova classe operária, cuja aparição na cena política será postergada pela ditadura militar e se mesclará com a geração produzida pelo ciclo de crescimento do final dos anos 60 e dos 70.

O eleitorado paulista votava assim em Ademar de Barros – com votos de base mais popular – e na UDN – com raízes maiores na classe média e na burguesia paulista –, quando surgiu Jânio Quadros. Desde o início o significado de seu carisma era ambíguo: por um lado, retomando a bandeira da moralidade a que a UDN estava tão apegada, chegava à classe média e, por outro, se dirigia aos que “viviam do seu trabalho” e não de “expedientes pouco claros” – expressões com que se procurava caracterizar o eleitorado ademarista do pequeno comércio, dos camelôs, mas que valiam também para diferentes expressões do lumpen, de prostitutas a comerciantes fora da lei.

As pregações do jornal *O Estado de S. Paulo* contra Getúlio sempre buscaram caracterizá-lo como ditador, corrupto, instrumentalizador do aparelho de Estado, fascista pelas vinculações dos sindicatos ao Estado, inspiradas na Carta del Lavoro de Mussolini e, cada vez mais, subversivo, dadas suas ligações com os comunistas, com Perón ou com o sindicalismo petebista, de que Jango era o elo. Jânio soube assumir o tom

moralista, que se estendeu amplamente ao longo do governo de JK, em que a construção de Brasília aparecia como a grande “mamata” nacional.

A ascensão do professor de classe média – mais especificamente, de pequena burguesia – representava paradigmaticamente tanto a classe média que conseguia promover a ascensão de seus filhos mediante a expansão do sistema educacional quanto os operários recém-chegados à “cidade que mais cresce no mundo”, onde “se constroem quatro casas por hora”, conforme se apregoava com orgulho em São Paulo, em meio à comemoração do seu quarto centenário, cujos símbolos retomavam os da “Revolução de 32”, com seu hino – a canção “*Paris Belford*” – e o movimento MMDC, tirado dos nomes dos estudantes de direito do Largo São Francisco, mortos em manifestações antigetulistas: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo.

O projeto nacional-estatista do getulismo privilegiava a questão nacional em detrimento da questão democrática. E a oligarquia paulista, que havia controlado o poder na República Velha, baseada no voto de cabresto e na exígua participação eleitoral, passou a se proclamar bastiã da democracia, na sua versão liberal contra o getulismo, reivindicando as eleições pluralistas que ela própria não havia promovido nas décadas em que controlou o governo do país.

De qualquer forma, foi a ambiguidade dessa reivindicação que permitiu à UDN, na derrubada de Getúlio, em 1945, acolher no seu seio a chamada “Esquerda Democrática”, que tinha como objetivo comum a oposição a Getúlio, pela direita e pela esquerda, com predomínio daquela, até que os de esquerda fundaram seu próprio partido, o Partido Socialista Brasileiro. Não por acaso, dando sequência a essa ambiguidade, o PSB será o primeiro partido pelo qual Jânio será candidato a eleições majoritárias, depois de – como relata Castelo – ter tentado entrar para a UDN, ainda nos anos 40.

É no clima dos anos 50 que Jânio galvaniza o eleitorado udenista de classe média, acrescentando a ele o contingente popular que a UDN nunca havia atraído, o que a levou a acumular derrotas sucessivas: com o brigadeiro Eduardo Gomes em 1945 e 1950, com o também militar Juares Távora, em 1955, e com Prestes Maia para governador de São Paulo. Pretendendo que seus candidatos, embora melhores, eram derrotados pela demagogia populista de Getúlio que “iludia os ignorantes e incau-

tos operários”, a UDN chegava a pregar o voto qualitativo, conforme a titulação profissional de cada um. Não teria sentido o voto de um culto engenheiro ter o mesmo valor do de um operário semiletrado, sem discernimento para decidir o melhor para os destinos do país e muitas vezes “comprado” por prebendas do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Além disso, a UDN fazia a campanha pela não-obrigatoriedade do voto que, segundo ela, favoreceria a manipulação populista de Getúlio.

Jânio caía dos céus para a UDN. Contudo, ela não podia deixar de ver com desconfiança seus rompantes pessoais, as dificuldades de enquadrá-lo no seu ideário fundamentalista. Mas a vitória dele para a Prefeitura em 1953, seu triunfo em seguida para o governo do estado, derrotando Ademar, faziam com que ele ocupasse o espaço onde até então atuava a UDN, ampliando-o em direção a amplos setores das classes populares. Ele poderia ser o vínculo de uma aliança de base popular para a elite paulista deslocada do poder em 1930 e sucessivamente frustrada em recuperá-lo das mãos do getulismo e dos aliados deste.

Esse quadro político se cruza com uma crise interna do bloco de origem getulista. A eleição de JK, se formalmente dava continuidade ao bloco de forças em que se apoiara Getúlio, por outro lado já não assumia o nacionalismo do segundo governo Vargas – simbolizado na campanha do “O petróleo é nosso” – como seu tema central, mas o “desenvolvimentismo” dos “50 anos em cinco”, alavancado já não por capital nacional, privado ou estatal, mas pelo regresso maciço do capital estrangeiro, terminada a longa retração produzida pela crise de 1929, que foi prolongada pela II Guerra Mundial e pela guerra da Coreia. A indústria automobilística foi seu eixo central, e a nova classe operária de São Paulo seu subproduto social, com uma geração de trabalhadores que tinha na sua vivência muito mais o campo, de onde recentemente chegavam, do que as tradições getulistas, que não fizeram parte de sua memória histórica⁴.

A consolidação econômica e social de São Paulo como o centro hegemônico do país propiciava a possibilidade de que a elite paulista

4 Daí o fato de Brizola ter fracassado em se enraizar em São Paulo, onde essa memória getulista era residual, ao contrário do Rio de Janeiro, perdendo o novo polo industrial para o PT, que melhor se adequou à nova geração de trabalhadores imigrantes do Nordeste, de que Lula e Vicentinho são os exemplos mais conhecidos.

retornasse ao comando direto do poder de Estado nacional, de que ela fora alijada em 1930, a partir dali tendo que fazer passar seus interesses predominantes através da mediação das elites políticas gaúcha, mineira, carioca e nordestina. São Paulo nunca havia produzido grandes nomes da política nacional. Ademar de Barros tinha prestígio local, nunca conseguiu transformar-se num líder nacional. O mesmo acontecia com os políticos udenistas, sem falar na pouca expressividade do PSD de Ulisses Guimarães e da UDN de Herbert Levy e da família Mesquita.

Significativamente, seriam três políticos não nascidos em São Paulo que chegariam à Presidência da República para representar politicamente os interesses hegemônicos paulistas – Washington Luis, Jânio Quadros e, mais recentemente, Fernando Henrique Cardoso. De qualquer forma, o atestado de nascimento tem, nos três casos, pouco peso, diante da formação social e cultural, que os colocava em condições plenas de representar esse papel.

Nas eleições de 1960, Jânio aparece como o candidato forte pessoalmente, sem vínculos partidários definidos. O marechal Henrique Lott foi o escolhido da aliança governista PSD-PTB, com apoio dos comunistas, enquanto Adhemar de Barros tentava de novo sua sorte. Na UDN, Juraci Magalhães era apresentado pelos setores ortodoxos do partido como seu candidato, com duvidosas possibilidades de vitória, dado que seu nome não transcendia o tradicional eleitorado udenista, sistematicamente derrotado nas três eleições presidenciais anteriores.

Carlos Lacerda, o principal quadro da direita na época, estivera ligado não somente às articulações militares da chamada “república do Galeão” para derrubar a Getúlio e que somente foram freadas pelo suicídio, como também às articulações golpistas para impedir a posse de JK e aos *putschs* militares de extrema direita ocorridos durante o governo deste – episódios conhecidos como de Aragarças e Jacareacanga. Embora udenista convicto e fundamentalista, Lacerda tinha um forte lado aventureiro, que o levou a perceber em Jânio a possibilidade de vitória da UDN e a lutar duramente para que o partido o apoiasse⁵.

5 Uma das piadinhas da época – atribuída a Afonso Arinos –, para tentar encontrar os elos entre a figura plebeia de Jânio e a vetusta UDN, consistia em dizer que “Jânio era a UDN de porre”.

Não seria a primeira, nem a última vez que as forças conservadoras se entregariam a lideranças aventureiras, na esperança de, por meio delas, conseguir a legitimidade de massas que lhes possibilitasse apropriarem-se por inteiro do poder do Estado. A comparação com a candidatura de Fernando Collor, posteriormente, é imediata. Aquela aventura era mais calculada: Jânio não vinha de um longínquo e pouco conhecido estado da periferia dos centros de poder, mas da prefeitura e do governo de estado mais poderosos da União. Seus gestos descontrolados eram mais do que conhecidos, sua ojeriza a ser enquadrado por estruturas partidárias, sua vontade de surpreender, a demagogia de sua linguagem verborrágica – enfim, todos os ingredientes que povoarão seus poucos meses de presidência. Porém, era isso ou nova derrota, e as ânsias de poder falaram mais alto do que a candidatura programática de Juraci Magalhães.

Parodiando o machismo da frase de Marx a respeito de Luís Bonaparte – cujo XVIII Brumário encontra ressonâncias em todo o episódio Jânio Quadros na política brasileira – não será suficiente dizer que o partido udenista foi tomado de surpresa. “Não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresenta as pode violar.” E a imaculada UDN se prestou para o estupro voluptuosamente.

O governo de Jânio não desmentiu os que previam um tempo de todas as ambiguidades. Seguiu a regra anunciada pelo próprio Getúlio em 1951: “governo popular, ministério reacionário: por muito tempo ainda terá que ser assim”. E o corpo seleta de assessores de Jânio viveu da guerra feroz entre duas correntes. De um lado, a facção udenista, que se escorava nos ministros militares e era representada na cúpula do palácio por Oscar Pedroso Horta e, na economia, pelo banqueiro Clemente Mariani. De outro, a vertente popular a que acenava Jânio, que se expressava através de José Aparecido de Oliveira, com seu amplo espectro de reivindicações e suas aspirações de uma política externa independente.

Naqueles poucos meses houve um pouco de tudo: da suspensão dos subsídios de importação para o papel, o trigo e a gasolina à proibição do biquíni, da repressão militar à manifestação dos estudantes em Recife à condecoração de Che Guevara. Combinava-se desordenadamente um

autoritário espírito de ordem com demonstrações de independência de Jânio diante das elites que o haviam apoiado, entre as quais assumiram papel decisivo a Ordem do Cruzeiro do Sul entregue ao Che e a posição do Brasil na reunião da OEA em Punta del Leste, a que o dirigente do governo cubano havia comparecido e onde os EUA não haviam ainda conseguido impor o bloqueio a Cuba.

No livro-depoimento de Carlos Castelo Branco fica claro como esse rompante de política externa independente foi determinante para as iras de Carlos Lacerda, o político brasileiro em que mais apostava o governo dos Estados Unidos e que, em troca, pregava o mais férreo alinhamento brasileiro com Washington, especialmente num tema continental candente como a revolução cubana. Efeito negativo teve igualmente a condecoração nos ministérios militares, já composto basicamente por aqueles que iriam chefiar a tentativa fracassada de golpe após a renúncia de Jânio e, finalmente, o golpe de 1964.

Se Jânio tinha plena consciência do que fazia, é difícil saber. Significativa é a advertência que lhe foi feita pelo então presidente da Venezuela, Rômulo Betancourt, quando Jânio voltava de sua viagem a Cuba, conforme relata Castelo: *“Fidel no es un demagogo como nosotros, como yo y usted”*.

A figura que demonstra maior lucidez em todo o processo relatado por Castelo é inegavelmente Brizola. Depois de ter feito com empenho a campanha para Lott, ele capta rapidamente as contradições entre um certo tipo de medidas que aparentemente Jânio pretendia tomar e o bloco de forças políticas e militares no qual ele se apoiava. Brizola o adverte disso e trata de aproximá-lo de forças que poderiam funcionar como suporte popular, se Jânio se decidisse de fato a enveredar por esse caminho.

Que Castelo confesse não saber por que Jânio renunciou não tem a mínima importância. Que tipo de governo Jânio pensaria desenvolver se conseguisse retornar com poderes concentrados, tampouco. O que interessa é desvendar como se geram as condições para que um aventureiro possa ser guindado a um posto fundamental de poder, seja ele municipal, estadual, federal ou internacional. Saber como isso foi possível, que foram as forças conservadoras que o tornaram possível – aquelas que se pretendem eminentemente programáticas –, que isso se

repetiu posteriormente no Brasil e que essa tem sido uma das formas de perpetuação das elites conservadoras no poder. Suas políticas de cunho excludente requerem “salvadores da pátria” quando chegam as eleições e a palavra não fica restrita aos formadores de opinião, que elas controlam, mas vai para as urnas, em que todos são chamados a opinar.

Desde que foi convidado por José Aparecido para trabalhar no governo de Jânio, Castelo teve a intuição do que o esperava: “Algo em mim, no entanto, me arrastava de volta ao pressentimento, que comuniquei a Aparecido antes de irmos trabalhar em Palácio, de que estávamos convocados a participar de uma tragédia ao lado daquela figura tensa, inexplicada e patética de Jânio Quadros.”

A partir do momento em que, entregue a carta de renúncia, “Jânio voava para o ostracismo”, o episódio, objeto deste relato primoroso de Carlos Castelo Branco, se presta como parábola do exercício do poder no Brasil. Na realidade, expressa antes a ponta do iceberg do poder, que deita suas raízes em terreno muito mais fundo – nas entranhas das terras, dos monopólios, das finanças, dos grandes meios de comunicação, que criam e devoram seus próprios filhos.

EM 1961, CONGRESSO ACEITOU A
RENÚNCIA E ABORTOU GOLPE DE
JÂNIO QUADROS

Ricardo Westin

PRESIDENTE ESPERAVA QUE POVO,
CONGRESSO E FORÇAS ARMADAS
EXIGISSEM SUA VOLTA AO PODER; ELE,
PORÉM, SÓ ACEITARIA SE GANHASSE
SUPERPODERES

Em 1961, o presidente Jânio Quadros deixou o Brasil atônito. Sem aviso prévio, ele enviou um bilhete ao Congresso Nacional comunicando que havia abandonado a Presidência da República. O governo, que deveria ter durado cinco anos, chegou ao fim pouco antes de completar sete meses. A renúncia ocorreu em 25 de agosto e abriu uma das crises políticas mais graves da história do país.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram que inclusive os senadores e deputados federais da base governista foram surpreendidos pela renúncia.

Um desses parlamentares, o senador Lino de Mattos (PSP-SP) quis rasgar o bilhete presidencial, numa tentativa desesperada de impedir que o ato se consumasse. Ele próprio narrou o episódio logo depois:

- Tentei obstar a entrega do documento [ao vice-presidente do Senado], pretendendo tomá-lo das mãos do ministro [da Justiça] Oscar Pedroso Horta, até mesmo meio à valentona. Conhecendo o temperamento do presidente Jânio Quadros, eu lhe dizia que aquele documento deveria ser rasgado, inutilizado. Sua Excelência [o ministro Horta] declarou-nos, no entanto, que se tratava de documento sério, assinado por um homem sério, para produzir efeito sério, que estavam distribuídas à imprensa as respectivas cópias e que, nessas condições, não adiantava qualquer atitude. O presidente já se demitira do posto e não se encontrava mais em Brasília. Não adiantava mais a destruição do documento.

A renúncia, segundo os historiadores, seria o primeiro passo de um autogolpe de Estado. Pelos planos não declarados de Jânio, a renúncia não seria aceita pelo Congresso, pelas Forças Armadas e até pelo povo, que lhe implorariam que reconsiderasse. Ele, então, aproveitaria o cla-

mor geral e, como condição para a volta, exigiria mais poder de mando do que o previsto pela Constituição de 1946. Tendo êxito o autogolpe, Jânio alcançaria o objetivo de se transformar num presidente com superpoderes ou até mesmo num ditador.

Os documentos do Arquivo do Senado também mostram que os parlamentares se recompuseram logo do terremoto provocado pela renúncia. Mesmo estando no calor dos acontecimentos, eles enxergaram as intenções de Jânio Quadros e agiram para abortar o plano golpista. O Congresso Nacional aceitou a renúncia sem nenhum questionamento e, deixando Jânio para trás, começou a discutir as condições para a posse do vice-presidente, João Goulart.

Num discurso logo após a renúncia, o senador Argemiro de Figueiredo (PTB-PB) disse que foi acertada a decisão do Congresso de não cair na armadilha de Jânio Quadros:

– Para fazê-lo voltar [à Presidência da República], seria mister a instituição preliminar de um regime janista, de uma Constituição janista, de leis janistas, de costumes janistas. Garroteiem a voz do povo que reivindica e protesta, calem a palavra do Congresso e fechem os jornais que debatem, orientam, advertem. Aí teríamos um regime governamental compatível com o temperamento do senhor Jânio Quadros. Mas isso seria a renúncia às nossas conquistas liberais. Seria a morte da democracia.

No mesmo pronunciamento, Figueiredo resumiu:

– A renúncia ao governo foi a tática premeditada de um homem que se julgava o único capaz de reorganizar a vida nacional. Renunciou como Bolívar, para voltar mais forte. Nunca pensou que lhe aceitariam a renúncia. Esperou retornar ao governo nos braços do povo e das gloriosas Forças Armadas para dirigir a nação como a queria governar: sozinho, mandando sozinho. A renúncia foi a primeira etapa do processo de uma ditadura que se tinha em vista.

Também atordoado pela renúncia, o ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, às pressas enviou um telex ao Congresso Nacional advertindo que o ato de Jânio poderia trazer consequências catastróficas para o Brasil e que, por isso, os parlamentares deveriam discutir a fundo a conveniência de aceitar a saída do presidente.

Bilhete de renúncia enviado por Jânio ao Congresso

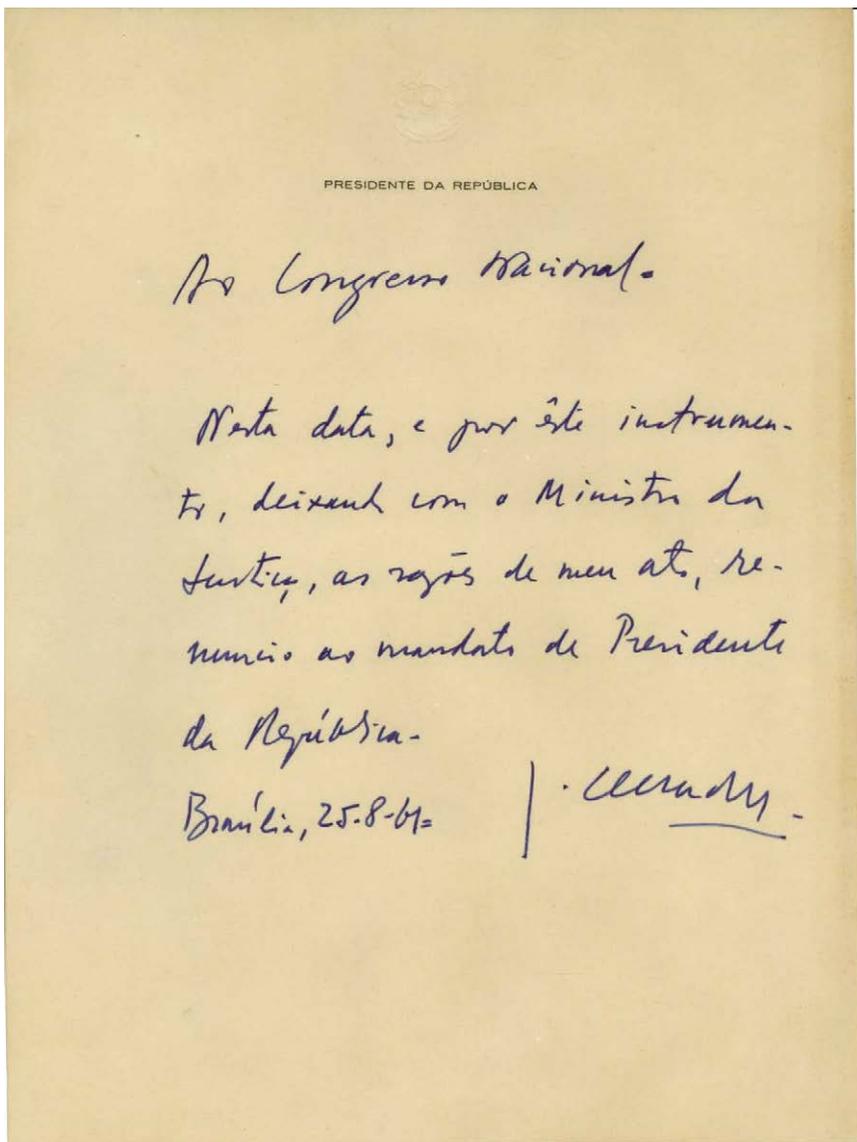


Imagem: Arquivo do Senado

Para acelerar a consumação da renúncia, o vice-presidente do Senado, Auro de Moura Andrade (PSD-SP), preferiu engavetar o telex sem apresentá-lo aos colegas:

– Devo declarar ao Senado que não trouxe ao conhecimento da Casa o referido telex enviado pelo ministro das Relações Exteriores porque tive razões para esse comportamento. Não me era ele nominalmente dirigido. Não se dirigia ao Congresso, não se dirigia ao Senado, não se dirigia à Câmara. Não tinha destinatário. Assim sendo, eu não poderia dar-lhe destino. Foi a razão pela qual o guardei ao recebê-lo.

O presidente Jânio Quadros sabia que as Forças Armadas não tolerariam a posse do vice, João Goulart. Jango, como era conhecido, mantinha estreitas relações com os sindicatos trabalhistas, muitos dos quais dirigidos por comunistas. Isso despertava nos militares, mais identificados com a direita, o medo de que o Brasil governado por Jango tomasse o caminho do comunismo.

Quando veio a renúncia, Jango se encontrava na China, numa missão oficial armada por Jânio. O presidente trabalhou para que o vice estivesse justamente num país comunista no momento em que a crise estourasse. As supostas inclinações comunistas do vice se tornariam inquestionáveis.

Conforme a previsão de Jânio Quadros, os militares, de fato, vetaram a posse de Jango. Diante dessa ilegalidade, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ameaçou pegar em armas para garantir o cumprimento da Constituição. A renúncia, portanto, deixou o Brasil à beira de uma guerra civil.

O senador Alô Guimarães (PSD-RS) subiu à tribuna do Senado e leu o seguinte trecho de um editorial do jornal *O Globo*:

– O senhor Jânio Quadros renunciou na esperança de provocar derramamento de sangue ou pelo menos para provocar a ameaça de derramamento de sangue. Não renunciaria se depois de cuidadosa meditação não tivesse chegado à conclusão de que o derramamento ou a ameaça de derramamento de sangue teria o efeito por ele visado: a nação, ante o mal maior, aceitaria o mal menor, isto é, a ditadura do senhor Jânio Quadros. A verdade é essa.

Guimarães concluiu o discurso afirmando que o Congresso Nacional seria firme e que, portanto, o ex-presidente deveria esquecer de vez o plano de ser reconduzido com superpoderes ao Palácio do Planalto:

– O que não se pode agora é pretender modificar as instituições para que se cogite do retorno do senhor Jânio Quadros ao poder. Isto até já não é mais constitucional. Seria um ato de rebeldia a que nos oporíamos.

A guerra civil só não estourou porque os senadores e deputados negociaram com Jango a adoção do parlamentarismo, em substituição ao presidencialismo vigente desde 1889. O presidente passaria a dividir o governo com um primeiro-ministro. Com os poderes presidenciais de Jango limitados, as Forças Armadas aceitaram a posse.

Duas semanas depois da renúncia, a crise enfim se encerrou. Mais tarde, em 1963, por meio de um plebiscito, os brasileiros decidiram pela volta do presidencialismo.

Acompanhando o bilhete de renúncia, Jânio Quadros enviou ao Congresso Nacional uma breve carta em que justificou a atitude. Em termos vagos, ele escreveu que tentara combater a corrupção, mas fora “vencido pela reação” e “esmagado” por “forças terríveis”.

Para os observadores da política, a renúncia de Jânio Quadros não chegou a ser de todo surpreendente. Ele havia feito um movimento muito parecido em 1960, quando ainda era candidato. Embora tenha sido eleito presidente com o apoio da UDN, o poderoso partido de direita, Jânio pertencia ao PTN, um partido paulista inexpressivo na política nacional. Insatisfeito com a ascendência da UDN sobre a sua candidatura, ele abandonou a disputa.

Um grupo de militares da Aeronáutica, temerosos de que a renúncia de Jânio impedisse a direita de enfim chegar à Presidência da República, deflagrou a Revolta de Aragarças, uma tentativa fracassada de golpe de Estado. Com a faca no pescoço, a UDN não teve alternativa senão ceder ao candidato. Jânio voltou à corrida presidencial depois de ganhar carta branca para dirigir sozinho a campanha eleitoral.

O senador Victorino Freire (PSD-MA) revelou que Jânio ensaiou a mesma estratégia chantagista ainda nos primeiros meses no Palácio do Planalto:

Campanha eleitoral de 1960: Jânio promete varrer a corrupção



Foto: Arquivo Nacional

– Muitas vezes debati com Sua Excelência [Jânio Quadros], com intimidade, problemas nacionais, e uma das forças de reação de que se queixava era justamente o Congresso. Era uma injustiça de Sua Excelência, porque esta Casa deu-lhe todas as medidas de que necessitou, aprovando todos os vetos do governo, com exceção de um que dizia respeito à estabilidade dos funcionários da Novacap [empresa estatal que construiu Brasília]. No dia em que o Congresso rejeitou o veto presidencial, Sua Excelência se preparou para renunciar ao governo. Foi impedido por seus auxiliares e sobretudo pelo eminente ministro Pedroso Horta, que submeteu o assunto à Corte Suprema justamente para evitar que se consumasse o gesto do senhor Jânio Quadros.

O clima de golpismo permeou praticamente todo o curto governo de Jânio Quadros. Quando estudantes universitários organizaram uma greve no Recife, depois que o diretor da Faculdade de Direito tentou impedir uma palestra da mãe do revolucionário Ernesto Che Guevara na instituição, o presidente mandou tanques do Exército e até navios da Marinha reprimirem o movimento estudantil. Foi uma demonstração exagerada e gratuita de força bélica.

Em outro momento, sem maiores explicações, transferiu a sede do governo federal provisoriamente de Brasília para São Paulo. Dessa forma, deu a entender que tramavam um golpe contra o governo e que na capital paulista, seu reduto eleitoral, poderia melhor se defender.

Uma das diversas sindicâncias abertas por Jânio para devassar negócios do governo de Juscelino Kubitschek apontou, sem provas, que Jango cometera irregularidades. Ele (que também fora vice de JK) reagiu publicamente à acusação. Com o episódio, o presidente fabricou a ilusão de que o país estava mergulhado numa crise política.

O golpismo pode ser explicado pela aversão de Jânio Quadros à negociação e à divisão do poder. Ele se elegera com o discurso de que não gostava dos partidos e dos políticos e que, com sua “vassourinha”, varreria para sempre a corrupção do Brasil. Apesar de a UDN ter empregado todo o seu peso político para ajudar a elegê-lo, o presidente não recompensou o partido com o espaço no governo que ela julgava merecer.

O senador Argemiro de Figueiredo analisou:

Correio da Manhã mostra que Jânio renunciou à candidatura presidencial em 1960 e depois reconsiderou

Correio da Manhã

EDITORA
M. PAULO PIERO
Av. São João, 101
REDAÇÃO-CHEFE
ENRIQUE ALBERTO BARA

RESPONSÁVEL
JOÃO V. PORTUGO
R. 14-15 - SÃO JER.
SECRET.
ALBERTO DE ALMEIDA

RIO DE JANEIRO, DOMINGO, 4 DE DEZEMBRO DE 1959

Reconsidera Jânio Quadros sua renúncia e volta a ser candidato à Presidência

SÃO PAULO, 3 (Socursal) — (documentos são: 1.º) — mensagem do governador 'Carvalho Pinto aos partidos políticos ao governador do Estado; 2.º) — apelo público a fim de divulgar oficialmente as três mensagens que determinaram a reintegração do candidato, reconhecendo a situação de Jânio Quadros no quadro sua situação de renúncia. Os do-

Executivo paulista dos por cumprida a sua missão dizendo acreditar que o Brasil volta neste instante à tranqüilidade com a certeza de que terá um pleito no qual o eleitorado escolherá livremente os seus candidatos.

MENSAGEM A CARVALHO PINTO

É a seguinte a mensagem enviada pelos presidentes da UDN, PDC, PL e PTN ao governador do Estado:

"Os presidentes da União Democrática Nacional, Partido Democrata, Cristão, Partido Trabalhista Nacional e Partido Libertador, respondendo à convocação de V. Exa. destinada a superar a crise política, manifestada há uma semana e que culminou com o pedido enunciado pelo Ilustre sr. Jânio Quadros de que ele próprio dispuser a magistratura da Nação, trazem ao conhecimento do digno governador as condições a que chegaram, depois de exatos da grave situação nacional e das justas ponderações formuladas por V. Exa.

Como se vê da carta que o deputado Jânio Quadros, a 23 de novembro último, endereçou à União Democrática Nacional, a razão da renúncia embora na circunstância do candidato não haver conseguido ao que sublinha "trouxe, em torno do meu nome, as diversas legendas e correntes políticas que ocorreram novos rumos para o país, com a unidade e a harmonia indispensáveis ao êxito da nossa jornada".

Nem foi discrepante o ex-governador de São Paulo, no documento entregue a V. Exa., em

(Conclui na 3.ª página)

Imagem: Biblioteca Nacional Digital

– O senhor Jânio Quadros, tendo sido eleito por uma onda civil revoltada contra os sistemas anteriores, eleito pelo povo sem distinção de correntes partidárias, eleito com essa formação revolucionária da opinião pública em torno do seu nome, na prática do governo se esqueceu da atuação costumeira da vida da República. A sua renúncia ao governo significou a sobrevivência da República e da democracia.

O mandatário não teve maioria no Senado e na Câmara nem se esforçou para construir um governo de coalizão. Deputados da oposição chegaram a planejar um pedido de impeachment do presidente.

– O caráter personalista de Sua Excelência revelava-se a todo momento e em todas as suas decisões. O seu desprezo pelos parlamentares era de tal ordem que poucos dos senadores que o apoiavam tiveram ensejo de ser recebidos por Sua Excelência e de com ele se entenderem – afirmou o senador Lima Teixeira (PTB-BA).

Jânio tentou minar a autoridade dos governadores criando escritórios do governo federal nos estados – em vez de recorrerem aos governadores, os prefeitos preferiam buscar a ajuda desses escritórios. Os ministros recebiam ordens presidenciais por meio de bilhetinhos, que frequentemente eram vazados para a imprensa – isso podia deixá-los em situação constrangedora e até humilhante.

O senador Victorino Freire contou aos colegas outro episódio revelador da personalidade autoritária de Jânio Quadros:

– Eu disse a Sua Excelência: “Você só quer escrever a lei em papel sem pauta, mas o Congresso tem que escrevê-la em papel pautado. Vetam [seus projetos] a UDN, o PSD, o PTB e todos os partidos porque [no Congresso] não se discute em termos partidários, mas em termos de interesse público”. Respondeu-me ele: “O Congresso não pode rejeitar o [meu] veto porque eu veto sempre certo”.

O senador Argemiro de Figueiredo reforçou o argumento do colega:

– O Congresso, para ele, era a expressão de um poder inútil e até nocivo. A ordem legal do país era um estorvo abominável quando a sua vontade se conflitava com os preceitos constitucionais. Não se domesticava a ninguém, nem mesmo à própria lei. O homem sempre me pareceu, por temperamento e vocação, a figura típica de um ditador civil.

Jânio condecora Che Guevara: apoio dos sindicatos, crítica das Forças Armadas



Foto: Agência Nacional/Arquivo Nacional

A data da renúncia, 25 de agosto, foi escolhida a dedo por Jânio Quadros. No dia anterior, o suicídio de Getúlio Vargas completara sete anos. Para Jânio, o melhor dos mundos seria a população brasileira, emocionada pelo aniversário do ato extremo de Vargas, associar a renúncia ao suicídio e, tal qual fizera em 24 de agosto de 1954, também sair às ruas em apoio ao presidente e repúdio aos adversários dele.

O senador Jefferson de Aguiar (PSD-ES) apontou uma segunda semelhança entre os dois episódios:

– Estranhei aquela carta que, procurando justificar a renúncia do presidente Jânio Quadros, falava em grupos de pressão, em situação terrível, numa cópia lamentável e pouco hábil da carta-testamento do presidente Getúlio Vargas. Era evidente que aquele pronunciamento escondia um segundo propósito.

Jânio Quadros provavelmente acreditava que os brasileiros se mobilizariam, exigindo sua volta à Presidência da República por causa das medidas de cunho moralizante que tomara nos sete meses incompletos de governo, como a proibição das brigas de galo, a obrigação de os funcionários públicos federais vestirem uniforme, o veto aos trajes de banho nos concursos de beleza feminina, a criminalização do lança-perfume e o fim das corridas de cavalo nos dias de semana. Foram medidas de grande apelo entre as famílias conservadoras.

Ele também imaginava que contaria com algum apoio dos setores da sociedade mais à esquerda, como os sindicatos, pelo fato de ter começado a reatar as relações diplomáticas com países comunistas, apoiado a autodeterminação de Cuba e condecorado Ernesto Che Guevara, um dos ministros do governo cubano – tudo isso como parte da chamada Política Externa Independente.

O senador Argemiro de Figueiredo fez uma interpretação desse jogo duplo de adotar posturas conservadoras no ambiente interno, agradando à direita, e medidas arrojadas no cenário internacional, afagando a esquerda. Num discurso proferido semanas antes da renúncia, o parlamentar apresentou sua visão:

– Receio os destinos deste país. Jamais tivemos a nação tão bem-preparada psicologicamente para se lançar nos braços dos aventureiros, dos demagogos, dos nacionalistas hipócritas, dos fanáticos vermelhos da es-

querda. Tudo agora sob o estímulo premeditado do governo, que libera todas as ideias, todas as inclinações e todas as tendências, anima o capital e valoriza o trabalho, promove até os atritos de classe para compelir transigências de uma em favor das outras. E tudo faz num jogo temerário e satânico, certo de que, na hora exata, conterà os excessos, com as forças decorrentes da autoridade que, sem dúvida, soube fortalecer e consolidar.

Até mesmo o presidente da UDN, deputado Herbert Levy (SP), apesar de ter sustentado a candidatura de Jânio Quadros em 1960, enxergou golpismo na renúncia:

- O ato da renúncia só pode ser explicado por duas hipóteses: ou foi um ato temperamental do senhor Jânio Quadros, ou foi um ato meditado, planejado. Se foi temperamental, estaríamos diante de uma irresponsabilidade, de uma leviandade. Se foi deliberado, se pensava em renunciar, estava obrigado a preparar sua saída, sem prejudicar o país, sem a ameaça de nos levar ao caos. Como não preparou sua saída, a gravidade é muito maior, pois, neste caso, o senhor Jânio Quadros desejaria convulsionar o país.

De acordo com o historiador Felipe Loureiro, especialista nos governos de Jânio e Jango e coordenador do curso de relações internacionais da Universidade de São Paulo (USP), embora não se conheçam todos os detalhes do plano, a intenção do presidente era, sim, dar um autogolpe:

- Jânio Quadros teve uma carreira política meteórica. No curto período de pouco mais de dez anos, ele foi vereador, deputado estadual, prefeito, governador, deputado federal e presidente da República. Ele conseguiu esse feito por força da sua imagem pessoal. Jânio sempre utilizou os partidos políticos de forma pragmática, conforme seus interesses, sem criar vínculos com eles. A eleição presidencial de 1960 não foi vencida pela UDN ou pela direita conservadora, mas pelo janismo. Dada essa força pessoal, Jânio acreditava que podia governar sozinho, sem dividir o poder com os partidos e o Legislativo.

Loureiro explica que o autogolpe falhou, entre outros motivos, porque o presidente não conseguiu manter sua base eleitoral mobilizada durante o governo:

- Jânio não tinha uma estrutura partidária que fosse sólida, tivesse capilaridade nacional e pudesse mobilizar os brasileiros a seu favor no

O presidente João Goulart e o primeiro-ministro Tancredo
Neves: parlamentarismo para evitar guerra civil



Foto: Reprodução/FGV

momento da renúncia. Além disso, não havia na época canais alternativos de comunicação, como as redes sociais de hoje, que permitissem ao presidente dialogar diretamente com a sua base e mantê-la ativa, radicalizada e, quando necessário, presente nas ruas.

Jânio tampouco conseguiu construir uma ponte sólida com as Forças Armadas, segundo Loureiro, o que foi igualmente decisivo para o fracasso do autogolpe. As suas relações com a caserna sempre foram ambíguas. Ao mesmo tempo em que prestigiou a classe, nomeando militares para presidir as sindicâncias sobre supostos desvios cometidos pelo governo de Juscelino Kubitschek, ele também a humilhou publicamente, como quando acusou o general presidente da Petrobras de levar a estatal à falência – o militar chegou a ser preso após refutar o ataque.

A Política Externa Independente, de aproximação com países comunistas, também deixou as Forças Armadas com um pé atrás.

– Não sei por que Che Guevara foi condecorado – indignou-se o senador Padre Calazans (UDN-SP). – Porque se fez assassino de milhares em Cuba? Porque saqueou terras? Porque tomou propriedades particulares? Porque oprime o povo e engana uma nação? Porque entregou Cuba a Krushev [líder da União Soviética], para ameaçar todas as nações da América? Ou porque a senhora sua mãe veio fazer baderna no Brasil? Não sei por que foi condecorado. Sei que os três ministros militares não referendaram esse ato.

– Quando Sua Excelência, num gesto infeliz e impensado, concedeu a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul a Che Guevara, protestei imediatamente contra semelhante afronta aos sentimentos de nosso povo e aos brios do Exército justamente na semana de Caxias – acrescentou o senador Caiado de Castro (PTB-DF), um militar da reserva.

Consumada a renúncia, alguns aliados de Jânio chegaram a defender a ideia de que ele deveria novamente se candidatar à Presidência da República para enfim derrotar as tais “forças terríveis”. O senador Argemiro de Figueiredo riu da ideia:

– Direi apenas que uma nova experiência com o senhor Jânio Quadros na chefia do governo seria o mais deplorável atestado de insanidade mental da nação brasileira.

A imagem mais emblemática do curto governo Jânio

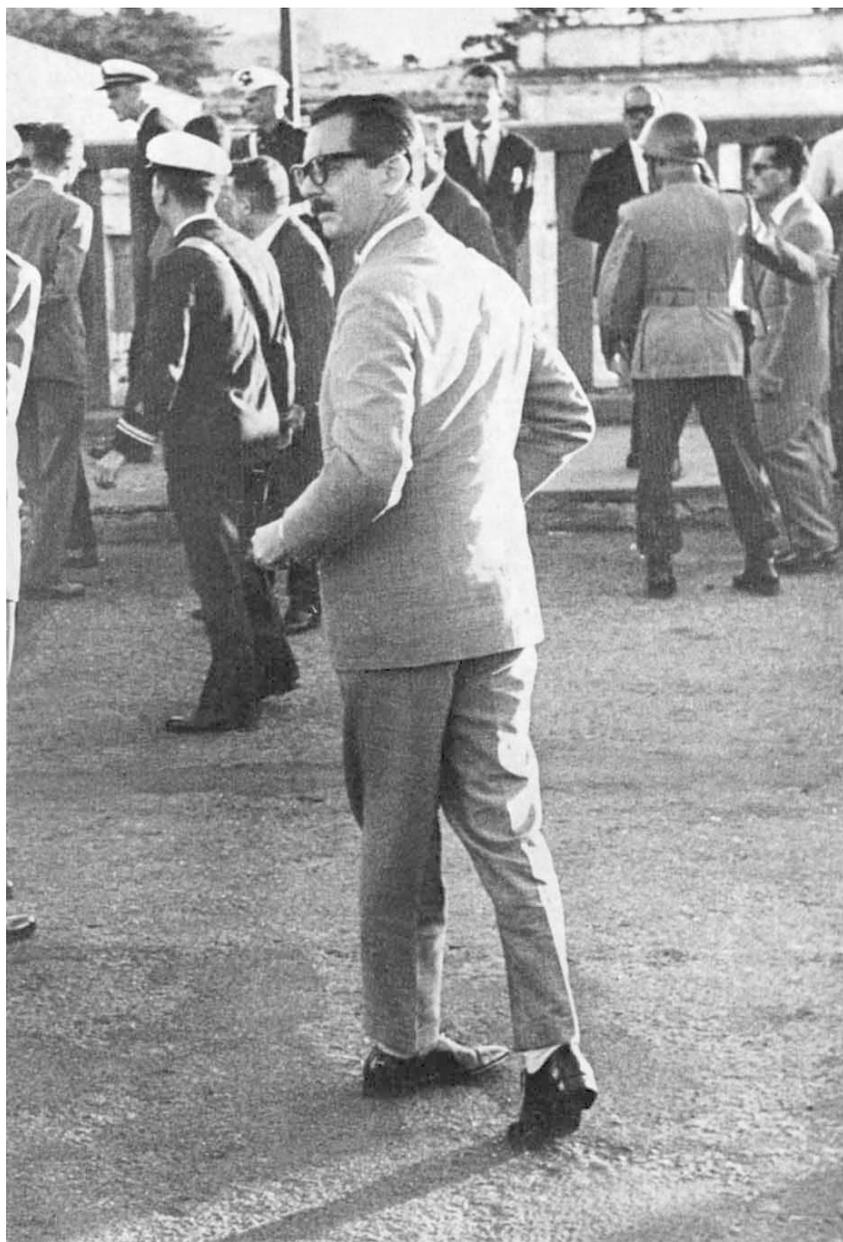


Foto: Erno Schneider

O efeito mais traumático da renúncia seria sentido três anos depois. Os mesmos militares que em 1961 não quiseram Jango na Presidência da República conseguiriam derrubá-lo em 1964 e instaurar uma ditadura que duraria 21 anos.

No ano seguinte à renúncia, Jânio Quadros se candidatou ao governo de São Paulo, mas por poucos votos não se elegeu. Ele teve depois seus direitos políticos cassados pela ditadura militar e só voltou à vida política em 1986, após vencer nas urnas o adversário Fernando Henrique Cardoso e assumir a prefeitura de São Paulo.

Jânio morreu em 1992, aos 75 anos de idade, sem nunca ter apresentado uma explicação convincente para a renúncia de 1961.

– Nunca se encontrou nenhuma evidência da existência de “forças terríveis” contra o governo. Ele jamais deu uma justificativa satisfatória simplesmente porque significaria descortinar o seu lado autoritário e antidemocrático. Sendo uma personalidade que ainda tinha planos eleitorais, sabia que não poderia fazer isso – explica o historiador Felipe Loureiro.

SESSÃO SOLENE DO
CONGRESSO NACIONAL

DEVOLUÇÃO SIMBÓLICA DO MANDATO
PRESIDENCIAL DE JOÃO GOULART

18/12/2013

Moreira Matiz/Agência Senado





Mercia Mariz/Agencia Senado

INÍCIO DA SESSÃO SOLENE

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à devolução simbólica do mandato presidencial ao Sr. João Goulart, em cumprimento à Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu tenho a satisfação de convidar Fafá de Belém para compor a Mesa.

Já compõem a Mesa a Exma. Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff; o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Michel Temer; o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; o Sr. João Vicente Goulart, filho de João Goulart; o Sr. Senador Pedro Simon, primeiro signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013; o Sr. Senador Randolfe Rodrigues, signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013; o Sr. Deputado Federal Alessandro Molon; e convidamos, com muita satisfação, Fafá de Belém.

MINUTO DE SILÊNCIO

Antes de prosseguirmos a presente Sessão Solene do Congresso Nacional, é com pesar que esta Presidência comunica o falecimento, nesta data, do Senador João Ribeiro, representante do Estado do Tocantins, pela bancada do Partido da República.

Além de atuante na defesa de seu Estado, João Ribeiro era uma pessoa afável, de fácil convívio entre os seus pares. Dessa forma, o Estado do Tocantins e o País perdem um valoroso Senador e, nós, um bom amigo.

Determino que a Bandeira Nacional, à frente do Senado Federal e do Congresso Nacional, seja colocada a meia adriça em sinal de luto, e proponho que façamos, em posição de respeito, 1 minuto de silêncio em homenagem ao Senador João Ribeiro.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) Obrigado a todos. *(Palmas.)*

SENADOR PEDRO SIMON PMDB/RS



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; Exma. Sra. Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil; Exmo. Sr. Michel Temer, Vice-Presidente da República; Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Senador Randolfe Rodrigues, signatário da Resolução nº 4 do Congresso Nacional; prezado amigo João Vicente, filho do Presidente da República; senhora cantora de hoje e das Diretas Já, querida Fafá de Belém; minhas senhoras e meus senhores, vivemos hoje, realmente, um dia histórico e, diria, um dia inédito na história do Brasil. O Congresso Nacional já viveu grandes momentos de glória, de alegria, de vitória e momentos que preferimos até esquecer. Hoje vivemos um grande momento.

Eu diria que, nos meus oitenta e tantos anos, tenho diante de mim uma realidade: desta história que nós vamos analisar e viver aqui, eu participei de todos os seus passos; fui testemunha ocular de todos eles. Deus me permitiu assistir a isso hoje, o que eu nunca imaginei que haveria de acontecer.

Felicito V.Exa., Sr. Presidente do Senado, pela grandeza, pelo espírito público de realizar uma reunião como esta, e cumprimento a Sra. Presidenta da República porque, realmente, desde o primeiro momento, aceitou realizá-la.

Meus filhos e meus netos, como os filhos de vocês, estudaram a História do Brasil. E a História do Brasil diz que, na madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril de 1964, o Presidente do Senado, o Sr. Auro de Moura Andrade, determinou vaga a Presidência da República porque o Presidente da República estava em lugar incerto e não sabido fora do Brasil.

O Chefe da Casa Civil do Presidente, João Goulart entregou uma carta ao Presidente: *“O Presidente da República encontra-se em Porto Alegre, na residência do Comandante do III Exército, à frente das tropas legalistas”*. O Sr. Auro de Moura Andrade não tomou conhecimento.

Deputado Federal à época, Tancredo Neves protesta aos gritos: *“Sr. Presidente, o número do telefone é este. Telefone para ele, e atenderá a casa residencial do Comandante do III Exército; e V.Exa. falará com o Presidente. Ou nos dê 3 horas e, daqui a 3 horas, o Presidente estará aqui.”*

O Sr. Auro de Moura Andrade não tomou conhecimento: decretou vaga a Presidência da República e empossou o Deputado Mazzilli; e esse Deputado Mazzilli integrou-se ao Ministério.

A história era realmente bem diferente. O Sr. Presidente da República João Goulart estava no Rio de Janeiro. Aí se toma conhecimento de que tropas militares, sob o comando de Mourão Filho, saíram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro.

O Presidente João Goulart telefonou ao seu ex-Ministro da Guerra, então Comandante do II Exército, Amaury Krueel, e pediu-lhe que se dirigisse a Juiz de Fora para parar as tropas. E Amaury, lamentavelmente, argumentou: *“Sr. Presidente, eu, desde que saí do Ministério da Guerra, não tenho a força e a autoridade que o senhor está imaginando. Se o senhor der*

uma declaração, der uma nota repudiando o comunismo, dizendo dos males do comunismo e de seu Governo que é, eu saio em direção às tropas do Mourão, em Juiz de Fora.” João Goulart após pensar e refletir, teria dito: “Todo mundo sabe que eu não sou comunista, que o meu Governo não tem nada a ver com isso, mas não posso dar essa nota, porque essa nota será recebida perante a história como um ato de covardia.” Na hora, para tentar se sair melhor, fez essa acusação. Krueel, então, respondeu: “Então, eu não posso! Eu não posso ir em direção a Juiz de Fora. As tropas de São Paulo irão em direção ao Rio de Janeiro”.

O Presidente João Goulart veio a Brasília. De Brasília, apanhou o avião e foi a Porto Alegre. Já tinha nomeado o novo Comandante do III Exército. Esse mesmo General Ladário, quando chegou a Porto Alegre, ou antes mesmo, tinha sido nomeado Ministro da Guerra.

Nesse meio tempo, nós estávamos em Porto Alegre, no aeroporto. Membros do antigo PTB, eu, João Caruso, Siegfried Heuser, o então Deputado Leonel Brizola, estávamos todos com o General Comandante do III Exército, Ministro da Guerra, à espera do Sr. João Goulart, que tinha comunicado que chegaria a Porto Alegre. A conversa já girava em torno disto: Dr. Brizola dizendo que tinha que resistir, que tínhamos que nos reunir e partir rumo ao centro para garantir o Governo; o Comandante do III Exército, General Ladário, mostrou, desde o primeiro momento, solidariedade e fidelidade total ao Presidente da República: *“Eu estou aqui para cumprir as ordens do Presidente. Eu só tenho que dizer que agora não está acontecendo como na Legalidade”*. Naquele momento, o III Exército estava todo unido em torno da defesa do mandato. *“Agora, mesmo aqui em Porto Alegre, como lá em São Leopoldo, existem focos grandes de pessoas que não aceitam. Mas eu farei – disse o General – o que o Presidente determinar.”*

Ficamos um tempo esperando, esperando, e o Presidente chegou. Com ele, nós nos dirigimos à casa do Comandante do III Exército. Foram chegando, foram chegando, e a discussão começou. O Dr. Brizola, repito, insistindo no sentido de resistir. Pediu a Jango que designasse o General Ladário Ministro da Guerra, e ele respondeu: *“Ele já é Ministro da Guerra. Eu já o designei”*; e pediu a Jango que designasse a ele, Brizola, Ministro da Fazenda. Até hoje não respondeu. E começou o debate, a discussão: *“O que fazer? Como ir? Como avançar?”* Foi quando surgiu, no

meio da discussão, em telefonemas que o Presidente Jango teve com alguém – não sei com quem, mas é quando ele veio –, o seguinte diálogo: “*O que eu supunha, o que me falavam, estou vendo que é realidade*”.

O Embaixador Lincoln Gordon relata em seu livro que a Operação *Brother Sam* estava em andamento e que as tropas navais, a frota naval americana já estava vindo ao Brasil com a decisão de invadir – ou melhor, não invadir; o termo era “*ajudar o Governo constituído no Brasil*” – e que, naquele momento, tinha a convicção de que aconteceria aqui uma divisão como a que aconteceu entre Coreia do Norte e Coreia do Sul e Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.

Esse argumento foi quase que definitivo para a decisão do Presidente João Goulart. O General Ladário, insistindo na sua fidelidade, disse: “*Presidente, eu faço o que o senhor quiser, mas sou obrigado a dizer que as informações que eu tenho do III Exército e as que me vêm do centro do País são negativas*”, e o Presidente decidiu viajar para o Uruguai.

Esse foi o acontecimento, esse foi o fato enquanto aqui assumia o Presidente Mazzilli. O Presidente Mazzilli escolhia o seu Ministério. Não houve ato, não houve absolutamente nada. Como tantas vezes aconteceu no Brasil e pelo mundo, as forças militares se rebelaram, ganharam, depuseram o Presidente e assumiram.

O Presidente Mazzilli designa o seu Ministério. E dizem que o que teria causado mal-estar é que, no Ministério do Deputado Mazzilli, tinha mais gente do PSD e de outros partidos do que aqueles que estavam há muito tempo naquela caminhada, que era a própria UDN.

Dez dias, mais ou menos, depois de Mazzilli já ter consumado o ato, de estar em pleno exercício da Presidência da República, os três Ministros militares, indicados por Mazzilli, lançam um ato institucional sem número: cassações, prisões, demissões de funcionários, tudo o mais que se possa imaginar, e que nós já sabemos. Inclusive, transforma o que sobra do Congresso Nacional em colégio eleitoral para eleger o indicado por eles, o Marechal Castelo Branco.

Foi isso o que aconteceu. Essa foi a realidade na história do nosso Brasil. Não estamos aqui para analisar o futuro, nem é esse o nosso objetivo, a partir das coisas que aconteceram.

Só para lembrar: o Presidente João Goulart foi impedido de vir ao Brasil se despedir da sua mãe quando da sua morte. Essa foi a diferença, Sra. Presidente, entre a chegada em Brasília dos restos mortais do Presidente e a sua chegada em São Borja, na sua primeira vinda, quando morto na Argentina. E, já naquela ocasião, com suspeitas ditas – eu era dirigente do partido no Rio Grande do Sul – e as hipóteses sobre onde seria enterrado. “*Virá ou não virá? O que acontecerá?*” Depois de discussões, de conversas, de debates, a decisão tomada foi de que ele seria enterrado em São Borja, mas o carro entraria no Brasil pela Ponte de Uruguaiana e, de Uruguaiana, iria a São Borja sem nenhuma parada.

Àquela altura, eu diria que todo o povo daquela fronteira estava ali; eu diria que lideranças do Brasil inteiro, a começar pelo Dr. Tancredo, estavam ali; e eu diria que naquela região, meus senhores, havia praticamente 50% do Exército Brasileiro. Só em Santiago há cinco quarteis. E era a decisão: ter que vir, chegar e ser enterrado.

Para sair de Uruguaiana e chegar ao cemitério de São Borja, era necessário passar pela catedral, não havia outro caminho. À medida que o carro ia se aproximando do centro, a multidão ia se aglomerando.

Fiquei o tempo todo com o Coronel, e já senti que, embora duro, ele o teria recebido. E a ele pedindo: “*Mas, Coronel, o que nós podemos fazer? Esse povo está aí, porque está aí, não pedimos nada. E outra coisa, Coronel: repare o senhor, não há uma palavra de ordem. É ‘Jango’; é ‘viva’, cantando o Hino Nacional. Não tem absolutamente nada que se possa dizer. É o povo chorando, enterrando uma pessoa de que eles gostam*”. Pode, não pode, foi indo.

Quando chegou na catedral – a catedral estava toda fechada; eu fiquei sabendo ali –, abre-se a porta e ela estava superlotada. O povo estava lá dentro, e vieram dizer para nós que eles não deixavam enterrar Jango antes que o seu filho e a sua filha chegassem do exterior. Conversa vai, conversa vem, o Coronel concordou que isso acontecesse. Não demorou muito, chegou Denise, chegou João Vicente, a D. Maria Thereza já estava lá, a sua irmã, esposa do Dr. Brizola, também já estava lá.

Saiu o corpo, e o Coronel determina que se vá em direção ao cemitério. São 3 quilômetros, talvez menos. Mas o povo pegou o caixão, arrancou-o das mãos dos soldados, e o levou. Foram caminhando.

O Coronel: “Não, mas a ordem que eu tenho é esta”. “Mas, Coronel, não está acontecendo nada; eles estão levando o caixão, estão caminhando e levando o caixão. Aliás, o tempo da caminhada em que eles estão é o mesmo que se fossem de carro, porque o carro ia passar por cima das pessoas”. “Mas eu tenho ordem e vou executar”. “Ora, Coronel, eu não sei quem lhe deu essa ordem. Eu só sei que, aqui, o que o senhor fizer, eu não sei o que vai acontecer. São militares, são jovens, são trabalhadores e são senhoras. E sei, Coronel, que a manchete vai sair no mundo inteiro. E, no mundo inteiro, não vai aparecer o nome de quem lhe deu a ordem. Agora, o seu nome e a sua fotografia vão sair no mundo inteiro. Eu, com toda sinceridade, acho que o senhor... Se acontecer um incidente, eu concordo com o senhor, mas, caminhando como estão caminhando, chorando, rezando e batendo palmas...” E foi.

Chegamos à beira do túmulo, eu falei em nome do Rio Grande do Sul. Não pedi licença, nem o Coronel foi contra. Quando eu terminei de falar, o Dr. Tancredo me disse depois: “Pelo menos, podia ter me avisado”. Eu disse: “Eu falei em nome do Rio Grande. Em nome do Brasil, vai falar o Dr. Tancredo Neves”. Foi uma atitude fantástica!

Chegamos no dia em que a família solicitou interrogações, que existem, a um agente de segurança do Uruguai, que está preso no Brasil, em Porto Alegre, que disse que participou do complô para a morte do Dr. João Goulart. Em meio a essa questão, a Comissão da Verdade pede e consegue que os restos mortais viessem para cá.

Eu felicito a ilustre Sra. Presidente pela atitude adotada, a de receber o Dr. João Goulart com honras de Chefe de Estado. E assim foi a sua chegada a Brasília! E assim foi a sua chegada a São Borja!

O que estamos fazendo, aqui, neste momento? O Congresso Nacional – não digo por unanimidade, porque um Deputado votou contra, mas o restante –, por unanimidade da decisão dos partidos, decidiu baixar uma determinação dizendo que está nula a reunião realizada pelo Congresso na madrugada do dia 1º para o dia 2. (Palmas.)

Singela presença! Duas linhas! Nos comentários não se entra em adjetivação nem em A nem em B; apenas se diz o fato que ocorreu, os argumentos e os motivos que o determinaram.

Aliás, aquela sessão foi interessante. Nem pro forma, nada foi colocado em votação. O Presidente poderia, pelo menos, dizer: “Está em

votação. *Ninguém contra? Dois contra, a favor?*” Não. Ele comunicou e deu o resultado: *“Está afastado o Presidente”*.

O Congresso foi unânime, em uma sessão em que poderiam ter dito que foi assim, foi assado, alguém protestou. Pelo contrário, todos os partidos, à unanimidade, disseram que era um grande gesto, que era uma decisão realmente muito importante. Foi aprovado! Foi uma grandeza do Presidente do Senado! S.Exa., por conta própria, mas representando todos nós, determinou a realização desta reunião, na qual estamos, para que S.Exa. assine e determine que a História do Brasil tenha uma página mudada.

“Consequências práticas?”, perguntou-me Collor. *“Quais são as consequências práticas? Isso vai mudar a História?”* Claro que não vai! Nem nós queremos mudar. Claro que não vai mudar! Mas este fato vai mudar. Os meus bisnetos vão estudar na História o que, de fato, aconteceu, e não o que os meus filhos estudaram, que foi o que não aconteceu.

Eu vejo com muito carinho e com muito respeito essa decisão. Eu acho importante a maneira como se deu. Desde o início, desde que a Comissão da Verdade solicitou a revisão da possibilidade de algo ter acontecido, desde a decisão da Sra. Presidente de dar cunho e honras de Chefe de Estado, até a decisão do Congresso. Esta, para mim...

Perdoem-me a emoção, mas é que eu vivi todos esses momentos. Eu vivi o momento de estar no aeroporto, surpreendido com aquela decisão. Eu vi quando a gente imaginava era um grupozinho. *“Ah, aqui é Juiz de Fora. Qual é o contingente de Juiz de Fora?”* O Mourão? Esse ninguém levava a sério.

Eu vivi a decisão do General Kruel, um homem de bem, respeitado, acatado e de credibilidade, amigo íntimo do Presidente. Eu vivi a decisão e o drama do Presidente, e as pessoas que estavam ao seu lado, quando disseram: *“Ele podia salvar o seu Governo”*. O General Kruel ia em direção a Juiz de Fora. Era só dizer que ele ia, e o Mourão vinha correndo para cá. Eu vi o fato na casa do Comandante: *“Vamos resistir! Vamos para a luta!”*

Nós tivemos uma vitória espetacular na Legalidade. Começou no Rio Grande do Sul, ninguém levava a sério, e foi crescendo, e foi crescendo, e pelo rádio. Ele assumiu a Presidência. Eu vi a casa do Ministro, quando ele foi obrigado a reconhecer que a hora era diferente.

Na Legalidade, as forças da sociedade brasileira estavam uniformes. O baque que houve naquele momento foi a renúncia, até hoje inexplicável, do Sr. Jânio Quadros, mas a posse do Sr. João Goulart era aceita, por unanimidade.

João Goulart foi eleito Vice-Presidente – naquela época eram eleitos, no voto, Presidente e Vice-Presidente –, fazendo muito mais voto do que o Sr. Juscelino Kubitschek, que era seu companheiro de chapa. Cinco anos depois, ele foi eleito de novo pelo voto, mas quem ganhou para Presidente foi Jânio Quadros, seu adversário. E ele ganhou de novo. Depois, criou-se o parlamentarismo e se discutiu: “*Fica o parlamentarismo, e Jango deixa de ser presidente, parlamentarista?*” E Jango ganhou com 80%. Então, ele foi eleito praticamente três vezes Presidente da República.

Por isso, meus irmãos, a beleza deste movimento e o fato de ele acontecer justamente neste momento, em que o mundo vive a hora de Mandela.

V.Exa., Sra. Presidente, estive lá e pôde ver o que o mundo sentiu na grandeza desse homem, que eu tenho para mim uma das pessoas mais fantásticas da história. Duas pessoas que eu conheci e me tocaram para o resto da vida foram Dom Hélder Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, que pesava uns 45 quilos e que, com aquela voz, parecia que queria mudar o mundo, e Mandela.

Eu acho o exemplo de Mandela a coisa mais fantástica que eu já vi, a grandeza dele na condução daquele povo. O natural, o normal, as mortes, a tirania, os horrores que ele sofreu, era fazer justiça, dar o troco – prisão, cadeia etc. E ele, praticamente sozinho, dizendo: “*Não, não, porque, se eu fizer isso, nós vamos fazer excesso também, e vai ser um círculo vicioso do qual nós não vamos sair. Vamos apurar, vamos apurar. O cara vai ser acusado, vai ser acusado. Vai reconhecer que errou, vai reconhecer; vai pedir desculpas.*” E terminou reunindo, no estádio, negros e brancos numa partida, abraçando-se, e deu-se essa confraternização.

Eu falo e dou esse exemplo porque, da nossa parte, é estar a par de todos. E isso que nós queremos.

Eu acho que hoje, neste momento, minha Presidente; neste momento, meu querido Presidente do meu partido, Michel Temer, nós estamos realmente olhando para frente. Nós não estamos preocupados. Não há

nada aqui que queira atingir A, B, C ou D, aqueles que podem ter feito algo e muito menos os que hoje que estão nos cargos indicados pelo próprio Governo. O que há de bom, sim, é isto: nós poderemos dizer que hoje se encerrou um ciclo e hoje se inicia outro. Queira Deus que tenhamos a grandeza, o respeito e o carinho de caminharmos adiante.

A ti, meu querido João Vicente; a tua mãe, a tua esposa, a teus filhos um abraço muito sincero. Eu fiquei fã da tua garra, da tua firmeza de ir avançar, ir adiante e viver este dia.

E, Sra. Presidente, eu digo com o maior respeito: foi um gesto muito bonito, de muita grandeza, de muito espírito público. V.Exa. após a sua assinatura, e a sua assinatura está dizendo: o Brasil é outro, é democrático, é libertário.

Obrigado, meus irmãos.

(O orador é cumprimentado. Palmas.)

SENADOR RANDOLFE
RODRIGUES
PSOL/AP



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; Exma. Sra. Dilma Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil; Exmo. Sr. Michel Temer, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Exmo. Sr. Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Senador Pedro Simon, companheiro que muito me honra por comigo assinar esta Resolução; cumprimento também o meu companheiro, Deputado Alessandro Molon; o meu querido companheiro João Vicente Goulart, representando a família Goulart nesta Mesa; cumprimento esta nossa poeta da liberdade, das Diretas Já, de todos os momentos da luta pela liberdade do povo brasileiro, Fafá de Belém; faço questão de cumprimentar a Ministra Maria do Rosário e, em seu nome, cumprimentar

todos os Ministros de Estado aqui presentes, em especial pelos seus esforços pela restauração da memória, da verdade e da justiça.

Minhas senhoras, meus senhores, Ministros de Estado, autoridades presentes, a sessão de hoje é histórica e, permitam-me, de emoção por inúmeras e diferentes razões. Invariavelmente, a história nos mostra que, quando se esquecem dos erros cometidos no passado, os povos voltam a incorrer nos mesmos erros. Esse é o significado primeiro do que nós estamos aqui a fazer.

Este ano de 2013, que antecede o ano de 2014, ano do cinquentenário do golpe de 1964, vai ser marcado pelas homenagens à figura de João Belchior Marques Goulart. E aqui, Presidente Dilma, há de se registrar, primeiro, o pedido de desculpas – é isso que tem de ser registrado – que o Estado brasileiro tem feito à figura do Presidente João Goulart, à família do Presidente João Goulart. Aqui há de ser registrado o que tem sido feito, primeiro, por parte do Governo brasileiro, nos esforços não somente para a exumação, na busca da verdade do que ocorreu com o Presidente João Goulart, mas também para recuperar as homenagens por ter sido ele o único Presidente da República do nosso País que, ao morrer, não recebeu as homenagens de Chefe de Estado e por ter sido ele o único Presidente da República da história do nosso País a falecer no exílio.

A essas homenagens que o Governo brasileiro prestou, se juntaram e se consolidam aqui, no dia de hoje, as homenagens do Parlamento brasileiro. Executivo e Legislativo se unem para prestar as devidas homenagens do Estado brasileiro ao Presidente mais popular da história deste País.

Aqui há de se registrar, primeiro, a história de João Goulart. Talvez, na história pública do País, não haja alguém com uma trajetória política tão curta, mas tão celebrada, quanto a de João Goulart. Em 14 anos, João Goulart foi Deputado Estadual, Secretário de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas, Vice-Presidente da República eleito por duas vezes e Presidente da República Federativa do Brasil.

Como Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas, reajustou em 100% o salário mínimo dos trabalhadores. Nunca na história nacional um Ministro do Trabalho ou um agente político teve a coragem de fazer

isso. Ao ser colocado num dilema, pressionado pelas elites nacionais para escolher entre elas e os trabalhadores, João Goulart não titubeou: ficou ao lado dos trabalhadores, do povo, e renunciou ao Ministério do Trabalho durante o Governo de Getúlio Vargas.

A trajetória de João Goulart é marcada pela sua coerência, por ter estado sempre de um lado bem claro: o lado do povo brasileiro, o lado dos trabalhadores. Essa opção ficou clara e patente nos anos do exercício de sua vida pública.

Nenhum agente político, nenhum Presidente da República foi tão eleito quanto João Goulart. Ele foi eleito Vice-Presidente de Juscelino em 1956, com 500 mil votos – meio milhão de votos a mais do que o próprio Presidente da República. Foi reeleito Vice-Presidente da República – em uma época em que este era eleito em chapa separada do Presidente da República – de Jânio Quadros logo em seguida, mesmo sendo seu opositor naquela eleição. Foi conduzido ao poder político em 7 de setembro de 1961, não pelo voto, mas nos braços do povo brasileiro, numa das mais memoráveis campanhas civilistas da história nacional, a campanha da Rede da Legalidade conduzida por Leonel Brizola. Como se não bastasse isso, em 1963, foi conduzido e reconduzido aos plenos poderes presidenciais por um plebiscito, com o apoio de 90% do povo brasileiro.

João Goulart, ao ser deposto dos seus poderes presidenciais em 1º de abril de 1964, tinha o apoio, segundo pesquisa IBOPE, de 80% do povo deste País. Não é à toa que telegrama do Embaixador norte-americano ao Presidente dos Estados Unidos, do dia 2 de abril de 1964, falava do significado daquele golpe. Dizia o Embaixador americano: “Sr. Presidente, os nossos aliados no Brasil sagram-se vitoriosos. No dia de hoje, na cidade de São Paulo, nossos aliados fazem a festa da vitória. Pena registrar que, na comemoração, só estão ausentes as camadas mais pobres da população”. Isso porque, naquele dia, as camadas mais pobres haviam sido derrotadas – e haviam sido derrotadas porque os mais pobres estavam ao lado do João Goulart, estavam ao lado dos trabalhadores do povo.

É injustiça também dizer que aquilo que os acontecimentos do dia 31 de março e da madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril de 1964 foram orquestrados – abre aspas – “somente pelas forças militares deste País”. Que seja recomposta a verdade histórica: o que aconteceu de 31

de março para 1º de abril de 1964 foi um golpe daqueles setores que não queriam verdadeiramente que este País avançasse.

As forças que queriam que este País avançasse estavam manifestadas nos discursos de João Goulart de 13 de março de 1964. Naquele discurso, no famoso discurso da Central do Brasil, no discurso das reformas de base, estavam manifestas as aspirações para que o Brasil avançasse: as reformas de base; a reforma agrária; encampar as refinarias; a reforma educacional; erradicar o analfabetismo; as reformas progressistas para que este País fosse soberano e se desenvolvesse.

As verdadeiras forças responsáveis pelo golpe de 1964 foram as forças conservadoras, as elites conservadoras nacionais, aliadas ao capital estrangeiro, aliadas verdadeiramente aos interesses do imperialismo norte-americano. Em tom claro e alto, é bom que se diga quais foram as forças responsáveis.

As primeiras grandes vítimas do golpe de 1964 foram os militares: 7 mil militares foram cassados pelo golpe de 1964. Isso tem que ser dito porque é à verdade histórica que nos reportamos e é ela que tem que ser recomposta. Essa conciliação com os militares nacionais, que são defensores inclusive de nossas instituições, é necessário que seja feita para ser recomposta, inclusive, a verdadeira história.

O que está sendo feito com esta resolução, no dia histórico de hoje, é especial. Não é uma resolução contra ninguém, contra nenhuma instituição; é fundamentalmente uma resolução a favor da história, a favor do Brasil, a favor, em especial, das gerações que virão.

Com a sessão que foi anulada, Presidente Renan Calheiros, nesta sessão do Congresso Nacional, V.Exa. passa para a história como antagonista ao Sr. Auro de Moura Andrade.

O Sr. Auro de Moura Andrade, na madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril de 1964, declarou vaga a Presidência da República sem consultar o Congresso Nacional; sem consultar um Deputado sequer, sem consultar um Senador sequer. Ou melhor: ele o fez sob o protesto de Senadores, inclusive sob o protesto de um Senador, como já disse o Senador Pedro Simon, chamado Tancredo de Almeida Neves, que, aos gritos de "Canalha! Canalha!", protestava contra aquele ato de violência que era praticado.

A sessão do dia 1º de abril de 1964, que ora nós anulamos, ocorreu sem nenhuma deliberação do Congresso Nacional. Foi feita sob a força e sob o grito do Sr. Auro de Moura Andrade, e sob o protesto de Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart, que dizia ter a prova incontestável de que o Presidente estava em território nacional.

Naquele dia, dizia Darcy Ribeiro, em ofício que foi lido no plenário do Congresso Nacional pelo 1º Secretário:

“O Sr. Presidente da República incumbiu-me de comunicar a V.Exas. que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar do esbulho criminoso o mandato que o povo lhe concedeu e investido na posição de chefe do Poder Executivo, decidi viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas, no pleno exercício do poder constitucional de seu ministério.”

Estava o Presidente João Goulart em território nacional, cumprindo, ou seja, no exercício do seu poder constitucional. As tropas legalistas, leais à Constituição, que prometeram cumprir a Constituição de 1946, sob o comando do General Ladário Teles, estavam lá em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, sob o comando do Presidente legal do Brasil. Estava lá o Presidente da República.

Desconheceu isso, naquele momento, o Presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade! Desconheceu isso e, por não conhecer isso, declarou vaga naquele momento a Presidência da República.

Essa sessão foi, de um só ato, ilegal e ilegítima. O projeto de resolução que foi apresentado para anular essa sessão é a união de dois personagens, um deles o único com formação de historiador aqui do Senado, do Congresso Nacional, se me permitam dizer – talvez a minha formação de historiador se una na Câmara dos Deputados à formação do meu companheiro Chico Alencar, que também é historiador. Pois bem, a união dos dois que apresentaram este projeto de resolução é a união de um historiador e da testemunha, o meu companheiro Pedro Simon.

Foi Pedro Simon testemunha dos acontecimentos de Porto Alegre. Estava ele lá, a assistir a chegada de João Goulart, os acontecimentos da residência do General Ladário Teles. Estava ele lá, a receber o corpo de João Goulart e a assistir a resistência heroica do povo de São Borja. Quando quiseram, sob as ordens do Governo, que fosse

rapidamente sepultado João Goulart, no ano de 1976, foi o povo de São Borja, o carinhoso povo gaúcho, que tomou o ataúde de João Goulart pelas mãos, o sepultou e realizou o velório, a contragosto das forças do Governo naquele momento. Foi Pedro Simon testemunha de todos esses momentos.

Esta sessão é resultado da junção testemunha e historiador para desmascarar um ato leviano, naquele momento, do Congresso Nacional, que depôs um Presidente colocando em seu lugar um Presidente da Câmara. Uma semana depois, seriam nomeados três novos Ministros, que editaram uma sequência de atos institucionais, ilegais por excelência, inconstitucionais por excelência, que instauraram e inauguraram um período de ditadura da nossa história que não se justifica.

Os povos que não recuperam a sua memória voltam a incorrer, como já disse, nos mesmos erros do passado. Obviamente, a anulação dessa farsa do dia 1º de abril de 1964 não tem efeitos práticos sobre os males praticados pela ditadura; não repara a tortura, não repara os crimes, não repara tudo o que ocorreu ao longo de intermináveis 21 anos. Mas o que a resolução traz é o simbolismo de um resgate histórico.

Ao contrário do que alguns pensam, a humanidade se move pelos símbolos. Os símbolos nos unem, os símbolos nos dividem. Por alguma razão, os símbolos representam algo mais do que significativo na história humana.

Milhões de britânicos fazem 1 minuto de silêncio, às 11 horas, todo dia 11 de novembro. É uma homenagem aos 886 mil soldados do Reino Unido que tomaram na Primeira Guerra Mundial. Às 8h15min de cada 6 de agosto, milhões de japoneses se calam por 60 segundos para lembrar o que ocorreu em Hiroshima e em Nagasaki. Da mesma forma, milhões de habitantes de Israel cessam tudo às 11 horas de cada dia 27 de janeiro para lembrar os mortos da Segunda Guerra Mundial e a libertação de Auschwitz.

Não existe, nesses gestos, nessas manifestações, nenhuma intenção demagógica, nenhuma atitude pirotécnica, nenhuma inutilidade prática, como poderia alguém imaginar. Nenhum britânico, nenhum japonês, nenhum judeu será ressuscitado; nenhuma dor será apagada. Do mesmo modo, com o gesto que estamos fazendo hoje, não se compensa por

tudo o que passou a família Goulart. E não foi pouco o que passou a família Goulart!

João Goulart, repito, foi o único Presidente a morrer fora do País e não receber honras de Chefe de Estado; a Bandeira Nacional não foi hasteada a meio-pau. As homenagens só ocorreram agora, 37 anos depois. Maria Thereza Goulart, a mais jovem e mais bela Primeira-Dama que este País já viu, não teve o direito de ver a sua mãe quando essa faleceu aqui, em 1969. Quando seu pai faleceu, em 1979, sequer ela teve, sob vigilância, o direito de entrar no Brasil.

Poucos brasileiros talvez tenham amado tanto o Brasil quanto João Goulart, e poucos brasileiros talvez tenham sofrido tanto por amar o Brasil quanto João Goulart! Poucos brasileiros talvez tenham sofrido tanto por amar o Brasil quanto essa família tenha sofrido!

O que estamos fazendo no dia de hoje não reparará a dor dessa família, mas é um gesto, e a história é feita de gestos, a história é feita de reparação, como diz a poesia de Chico Buarque:

“A História é um carro alegre
Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue”.

Aqueles que negaram a história, aqueles que romperam o ciclo rico e democrático da história nacional, de crescimento democrático próspero, o ciclo de crescimento econômico próspero dos anos 1960, pagam agora com o atropelamento da democracia. É isso o que significa.

Erra quem imagina que os símbolos são perda de tempo ou mero oportunismo político. Acertará quem acredita que pelos símbolos corretos se orienta e se eleva a consciência do mundo.

Exumar a verdade não é política para os mortos; é um compromisso perene dos que defendem, em todas as épocas a vida, dos quem defendem em todas as épocas, a liberdade.

O símbolo do dia de hoje é o símbolo de que a história venceu e de que a democracia jamais será apagada da memória dos povos, da memória do nosso País. (Palmas.)



Jonas Pereira/Agência Senado

Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, recebem a presidente Dilma Rousseff (acima) e a acompanham ao Plenário (ao lado); vice-presidente da República, Michel Temer, chega à solenidade (abaixo)



Jonas Pereira/Agência Senado



Lia de Paula/Agência Senado



Presidente Dilma (acima) e Michel Temer (ao lado) são recebidos por parlamentares no Congresso. Abaixo, Dilma encontra João Vicente Goulart, e Verônica Fialho, filho e nora de Jango, no Plenário do Senado





Pedro França/Agência Senado

Acima, senador Pedro Simon cumprimenta Michel Temer; ao lado, ministro da Defesa, Celso Amorim, conversa com senador Jorge Viana; abaixo, Amorim conversa com Simon e senador Cristovam Buarque (E)



Pedro França/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado



Acima, senadores Armando (E), Pimentel (2º à esq.) e Capiberibe (D);
Abaixo, senadora Ana Amélia (D)





Renan Calheiros conversa com Fafá de Belém, entre parlamentares e ministros, no Plenário do Senado



Acima, Renan (C), parlamentares e ministra Ideli;
Abaixo, senador Inácio Arruda (E) e ministro Mercadante





Renan e Dilma momentos antes de começar a sessão especial.
Abaixo, com Henrique Alves e Michel Temer





Fotógrafos e cinegrafistas apontam suas câmeras para registrar sessão histórica do Congresso Nacional





Jonas Pereira/Agência Senado

Plenário do Senado ficou lotado para acompanhar cerimônia que mobilizou o Congresso no final de 2013



Jonas Pereira/Agência Senado



Sessão teve minuto de silêncio em memória do senador João Ribeiro, que morreu no dia da solenidade





“Ao ser deposto, João Goulart tinha 80% de apoio do povo”, diz o senador Randolfe



Autor de proposta que permitiu reparação a Jango, Simon discursa e cumprimenta filho de João Goulart





Pedro França/Agência Senado

João Vicente Goulart se emociona ao receber de Renan diploma simbólico devolvendo mandato a Jango



Jonas Pereira/Agência Senado



Mesa aplaude resolução do Congresso Nacional para anular sessão que declarou vaga a Presidência em 1964



A emoção toma conta de amigos e familiares do ex-presidente da República deposto pelo golpe militar





Dilma abraça João Vicente, que recebeu o diploma de Renan e pronunciou discurso da tribuna do Plenário



Integrantes da mesa e Plenário aplaudem apresentação do Hino Nacional pela cantora Fafá de Belém





Fafá de Belém subiu à tribuna para interpretar o Hino Nacional: estilo marcante emocionou o Plenário



Reprodução

Vários ministros do governo Dilma participaram da homenagem a João Goulart no Plenário do Senado



Pedro França/Agência Senado



Solenidade também foi acompanhada pelos ministros militares do governo: general José Carlos de Nardi (Estado-Maior das Forças Armadas); general Enzo Martins Peri (Exército); tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito (Aeronáutica); e almirante Júlio Soares de Moura Neto (Marinha)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves. *(Pausa.)*

Antes eu gostaria, Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, de registrar, com muita satisfação, as honrosas presenças do Ministro da Defesa, Exmo. Sr. Celso Amorim *(palmas)*; do Ministro da Educação, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante *(palmas)*; da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Exma. Sra. Ideli Salvatti *(palmas)*; da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Exma. Sra. Maria do Rosário *(palmas)*; do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Exmo. Sr. General do Exército José Carlos de Nardi *(palmas)*; do Comandante da Marinha, Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto *(palmas)*; do Comandante do Exército, Exmo. Sr. General do Exército Enzo Martins Peri *(palmas)*; do Comandante da Aeronáutica, Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito *(palmas)*; da nora do Presidente João Belchior Marques Goulart, Sra. Verônica Fialho *(palmas)*; do Exmo. Sr. Embaixador do Equador, Horácio Sevilla-Borja *(palmas)*; e do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Sr. Marcelo Pedroso, que representa, nesta oportunidade, a Exma. Sra. Ministra da Cultura, Senadora Marta Suplicy. *(Palmas.)*

PRESIDENTE DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS HENRIQUE
EDUARDO ALVES
PMDB/RN



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Com a palavra o Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves. PMDB/RN) - Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssima Sra. Dilma Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil; Exmo. Sr. Michel Temer, Vice-Presidente da República; Exmo. Senador Pedro Simon, que nos brindou com um belo relato da história verdadeira deste País, primeiro signatário da Resolução do Congresso Nacional; signatário também da mesma forma, pela qualidade do seu pronunciamento, Senador Randolfe Rodrigues; nosso companheiro Deputado Federal Alessandro Molon; com muita honra me refiro ao filho do Presidente João Goulart, Sr. João Vicente Goulart; nossa querida cantora e intérprete da democracia brasileira,

Fafá de Belém; Ministra Maria do Rosário; Ministro Celso Amorim, em nome de quem quero aqui me referir a tantos Ministros que aqui nos honram com as suas presenças na tarde de hoje; Srs. Parlamentares da Câmara e do Senado; membros da imprensa aqui presentes; meus senhores, minhas senhoras, nesta sessão solene de devolução simbólica do mandato presidencial a João Belchior Marques Goulart, o Poder Legislativo Federal protagoniza ação bastante emblemática, operando a restituição do mandato usurpado na madrugada de 2 de abril de 1964.

No presente momento histórico, por definição, destinado a ser lembrado para sempre, o Congresso Nacional anula aquela sessão e, em consequência, restitui o mandato ao Presidente João Goulart.

Este mesmo Congresso, em dezembro do ano passado, devolveu também de modo simbólico o mandato aos 173 Parlamentares, apenas 18 deles ainda vivos, cassados pelo mesmo processo.

Ao se reconhecer o cometimento de algum erro, entende-se a tentativa de repará-lo, embora isso nem sempre seja possível. Nesta oportunidade, e sem o menor resquício de pretensões menores ou vingativas, impõe-se o imperativo de informar às novas gerações o que, de fato, aconteceu no Brasil em 1964, senão o desconhecimento do passado irá configurar passaporte carimbado para a sua melancólica repetição.

E, para além do mero conhecimento dos acontecimentos históricos, é mister que dele resultem profundas e abalizadas reflexões, capazes de plantar a semente de um futuro notadamente justo e legitimamente produtivo.

O Congresso Nacional, formado por representantes do povo brasileiro, constitui microcosmo da Nação brasileira, pois reúne pessoas, sempre sujeitas a erros, como os demais cidadãos. E, ao decidir fazer mea-culpa, tendo sempre como alvo principal o bem dos brasileiros, a instituição não apenas inscreve na história nacional, mas também personifica atitude de compromisso com a verdade dos fatos, não com uma interpretação – em especial, tendenciosa – que se possa fazer deles.

Equivocou-se a maioria do Congresso Nacional há 49 anos ao cassar o mandato do então Presidente João Goulart? É claro que sim. Tanto que aqui estamos, o Parlamento brasileiro, devolvendo-lhe o mandato de modo simbólico, infelizmente *post mortem*. Não nos fixemos, toda-

via, meu senhores e minhas senhoras, nos então adversários do regime democrático. Postemos nossos olhos em João Goulart, que, no exercício do cargo de primeiro mandatário da República, por dever constitucional, tentou reunir apoios visando à manutenção do Estado de Direito, como era o seu dever.

É evidente que, respeitando o princípio da liberdade de pensamento e expressão, críticas podem ser levantadas acerca do seu desempenho, melhor ou não tanto, muito breve à frente do País. No entanto, a supressão do mandato que lhe fora conferido por meio do voto popular jamais poderia ter ocorrido, afirmação comprovada pelos longos e sombrios anos que em seguida recaíram sobre o Brasil.

O Congresso Nacional oferece à sociedade, neste preito, a oportunidade de resgate da cidadania em seu mais alto grau, qual seja por meio de chancela que respeita o voto soberano do povo brasileiro.

João Goulart faleceu em 6 de dezembro de 1976, tendo recebido honrarias apenas dos habitantes de sua cidade natal, postura ousadamente contrária às ordens, na ocasião, de que não houvesse cortejo, tampouco homenagens.

Passados exatos 37 anos, depois de ter sido exumado para atender a investigações da Comissão Nacional da Verdade, seu corpo voltou à sul-rio-grandense São Borja, onde recebeu honras de Chefe de Estado na cerimônia de reenumeração.

E no dia de hoje o Parlamento brasileiro restaura a João Goulart o lugar que sempre lhe foi devido: a galeria dos Presidentes do Brasil, mas não mais sob a pecha da cassação – nunca mais!

Meus senhores, minhas senhoras, em nome da Câmara dos Deputados do Brasil, as nossas desculpas pelo acontecido e, hoje, em nome dela também, a nossa alegria pelo momento hoje irreversível da democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

APRESENTAÇÃO DE VÍDEO-DOCUMENTÁRIO

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Vamos, agora, assistir ao vídeo produzido pela TV Senado em homenagem ao Presidente João Goulart. É um vídeo de apenas 4 minutos.

(Exibição de vídeo.)



ANÚNCIO DA RESOLUÇÃO Nº 4 DE 2013

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a Resolução nº 4, de 2013, do Congresso Nacional.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2013-CN

Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Declarar nula a declaração de vacância da Presidência da Re-

pública exarada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, na segunda sessão conjunta, da quinta legislatura do Congresso Nacional, realizada em 2 de abril de 1964.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Congresso Nacional, em 28 de novembro de 2013.

(Palmas prolongadas.)

ENTREGA DO DIPLOMA PRESIDENCIAL

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Convido todos os integrantes da Mesa a nos posicionarmos à frente da mesa para a entrega do Diploma de Presidente da República, simbólico, de João Goulart a seu filho João Vicente Goulart. (Pausa.)

(Procede-se à entrega do Diploma.)

(O Plenário, de pé, aplaude demoradamente.)



Pedro França/Agência Senado

HINO NACIONAL COM FAFÁ DE BELÉM

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) –
Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino
Nacional, que será interpretado por Fafá de Belém.

(É entoado o Hino Nacional.) (Palmas.)

JOÃO VICENTE GOULART

FILHO DO PRESIDENTE
JOÃO GOULART



Pedro França/Agência Senado

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra a João Vicente Goulart, filho do Presidente João Goulart.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exma. Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff; Exmo. Sr. Vice-Presidente, Michel Temer; Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Senador e amigo Pedro Simon; Exmo. Sr. Senador Randolfe Rodrigues, executores do projeto que nos trouxe a este momento; Exmo. Sr. Deputado Alessandro Molon; minha caríssima Fafá de Belém.

Srs. Senadores, Srs. Ministros, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero, neste momento de profunda emoção, transmitir a V.Exas., representantes do povo brasileiro, nossos agradecimentos, em nome da minha família e do Instituto Presidente João Goulart, por esta sessão do Congresso Nacional, patrocinada pelos legítimos representantes da

Nação e das aspirações de nosso povo, em que se faz a devolução simbólica do mandato de Presidente da República ao meu pai, João Goulart, injustamente cassado no golpe civil-militar de abril de 1964.

Agradeço também à Presidente Dilma Rousseff, ao seu Governo e ao seu *staff* por este momento histórico que o Brasil vive de recuperação e restauração da memória nacional – faço menção, principalmente, à instalação da Comissão da Verdade, à Secretaria de Direitos Humanos, hoje sob os cuidados da nossa Ministra Maria do Rosário, que nos tem acompanhado nesse difícil momento da exumação dos restos mortais do Presidente João Goulart. É muito importante uma Nação reencontrar-se com a sua história.

Quase 50 anos depois da fatídica madrugada de 2 de abril, em que este Congresso, por duas vezes presidido por Jango, de forma ilegal, em sessão que envergonhou o Legislativo da Nação, declarou vaga a Presidência da República com o Chefe da Nação dentro do território nacional, legalizando, desse modo, um golpe perpetrado não contra Jango, mas contra as reformas de base que o Presidente João Goulart enviou ao Congresso Nacional na sua mensagem de 1964. Tais reformas, sem dúvida, beneficiariam as camadas menos favorecidas, promoveriam um desenvolvimento econômico mais justo, mais soberano e mais brasileiro.

Esta sessão, Presidente Renan Calheiros, demonstra que a verdadeira história se escreve não somente pelo tempo de vida de um homem, mas pelo tempo de Deus e do exercício da tenacidade da verdade.

Agradecemos aos Srs. Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon a iniciativa que levou à anulação da sessão de 2 de abril de 1964 para reparar, no dia de hoje, a injustiça praticada com a cassação de Jango, mas para reparar também a triste mancha e o equívoco cometido pelo Parlamento brasileiro ao legalizar a ditadura e concordar implicitamente com a ruptura institucional da Pátria e a instalação do Estado de exceção.

Sra. Presidente da República, Srs. Senadores, Srs. Deputados, repito: aquele golpe não foi praticado contra Jango, mas contra as suas propostas de reforma de base, que dariam sustentação e desenvolvimento aos mais marginalizados de nossa sociedade, que estavam longe das riquezas nacionais, e trariam oportunidades aos menos favorecidos, rompendo, de certa forma, o *apartheid* socioeconômico estabelecido na sociedade

brasileira entre os que muito tinham e os que pouco acesso tinham à economia nacional, aos privilégios bancários, tributários e judiciais que a Nação, naquele momento, outorgava às elites.

Há 50 anos, precisávamos reformar o Estado brasileiro para avançar no desenvolvimento do País.

Ainda hoje essa reforma do Estado brasileiro é necessária para que continuemos avançando.

Ainda hoje necessitamos de uma reforma agrária solidária, que abrigue a agricultura familiar nos mesmos moldes da agricultura da monocultura e das *commodities*, que têm os privilégios do nosso sistema creditício e do desenvolvimento da agricultura brasileira.

Ainda hoje necessitamos de uma reforma tributária profunda, que torne o nosso sistema tributário mais justo e solidário, tomando como base de incidência de tributos também o patrimônio, e não somente os ganhos mensais dos assalariados brasileiros.

Ainda hoje necessitamos de uma educação de base de tempo integral para nossas crianças e a destinação, como Jango fez na época, de 12% do Orçamento da Nação para a educação de base, para que possamos avançar e promover o de desenvolvimento do País.

Ainda hoje precisamos de uma reforma política profunda, para fazer de nossos Parlamentares representantes dignos e admirados pela população que vota e espera dignidade no exercício do mandato.

Presidente Dilma, necessitamos – quem sabe? –, daquele plebiscito para discutir profundamente a reforma político-eleitoral de que a Nação tanto precisa. (*Palmas.*)

Srs. Senadores, Srs. Deputados, é preciso avançar.

Ainda hoje precisamos fazer a reforma do Estado com que sonham os brasileiros – a reforma da justiça social, a reforma do fim dos privilégios econômicos, jurídicos, políticos, que já saturaram por completo a paciência da sociedade brasileira.

Ainda hoje temos que nos lembrar daqueles que, para que aqui estejamos democraticamente, tombaram no difícil caminho da restauração democrática. É necessário que haja equilíbrio e vontade de avançar sempre, com dignidade, concórdia, harmonia. E que tenhamos sempre a memória do respeito aos caídos nesse caminho.

A história de Jango hoje se coloca acima dos partidos políticos e torna-se, com este ato do Congresso brasileiro, parte da Nação brasileira. Olhamos hoje a sua figura e as suas propostas como um prisma entre as lutas sociais do passado e o futuro da Nação brasileira.

Sem ódios nem ressentimentos, devemos olhar a luz que emerge desse prisma e caminhar com propostas rumo ao futuro do Brasil.

Jango hoje parte como homem. Fica o Jango das reformas de base. Fica o Brasil unido na concórdia e na reflexão da história.

Obrigado, Sra. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados. Obrigado, Srs. Senadores.

Mais uma vez, repito as palavras que disse quando me despedi pela segunda vez, em São Borja, de meu pai: *“Jango, a democracia venceu!”*.

PRESIDENTE DO SENADO
FEDERAL RENAN CALHEIROS
PMDB/AL



Jonas Pereira/Agência Senado

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL.) - Exma. Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff; Exmo. Vice-Presidente da República, Michel Temer; Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves; primeiro signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013, Exmo. Senador Pedro Simon, muito obrigado pela oportunidade que V.Exa. concede ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro; signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, Exmo. Senador Randolfe Rodrigues; Exmo. Sr. Deputado Federal Alessandro Molon, muito obrigado pela mobilização que o senhor fez em todos os momentos para que essa Resolução fosse aprovada; João Vicente Goulart, filho de João Belchior Marques Goulart; Fafá de Belém, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Ministros, Sras. Ministras, o Congresso Nacional não deve recusar ou fugir de suas obrigações institucionais, ainda que elas impliquem um revisionismo histórico eventualmente constrangedor para alguns poucos.

Repor a verdade, sempre que necessário, foi o que fizemos este ano, por iniciativa do Senador Inácio Arruda, quando revogamos a decisão da Mesa Diretora do Senado de 9 de janeiro de 1948, que arbitrariamente havia cassado o mandato de Luís Carlos Prestes e de seu suplente, Abel Chermont. Ainda que simbólica e tardiamente, o mandato popular foi restituído ao seu único e legítimo detentor, após 55 anos de um silêncio institucional indefensável.

Agora novamente. Em sessão memorável, na madrugada do último 21 de novembro, a maioria de Deputados e Senadores chancelou o projeto de resolução dos ilustres Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon, que, objetivamente, nos reconcilia com a verdade ao apagar uma nódoa da história brasileira.

Anular a sessão do dia 1º de abril – madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril – de 1964, na qual foi declarado vago o cargo de Presidente da República, quando João Goulart ainda estava em solo brasileiro tentando resistir ao movimento junto com o 3º Exército e sua equipe de Governo, representa, além de justiça, a exumação da própria história brasileira.

Estamos recusando a falsidade que perdurou por 49 anos e nos reencontrando oficialmente com a verdade. Afinal, a mentira é tão nociva à verdade quanto o silêncio.

Estamos declarando que João Goulart não era um fugitivo, mas uma vítima que tentou resistir ao movimento militar que fechou o Congresso Nacional por três oportunidades.

Não podemos nem pretendemos – claro – retroagir ou retroceder no tempo. Igualmente, não estamos manufaturando uma nova história, reescrevendo-a ao nosso gosto ou apagando os fatos vergonhosos da vida nacional.

A versão, aquela dos vitoriosos de momento, não se confunde com a história. A versão calçada na mentira é efêmera e inconsistente. Já a verdade é eterna e sólida.

Derrubar a versão sabidamente ardilosa representa o nosso reencontro com a verdade, base de toda democracia, que reiteradas vezes foi soterrada pelo mesmo autoritarismo que depôs João Goulart. Amparame, para tanto, no eterno ensinamento do poeta: *“A verdade é filha do tempo, não da autoridade”*.

Anular aquela sessão sem apagá-la da memória é reconhecer que João Goulart foi deposto, é afirmar que ele foi vítima do autoritarismo, da ilegalidade. É, igualmente, uma desculpa histórica que o Congresso Nacional deve ao País – isso aqui já foi dito pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves –, aos seus cidadãos, ao Presidente João Goulart e a sua família.

Não podemos revogar muitas das páginas pálidas da nossa história, mas sempre devemos reformá-las a fim de iluminar as futuras gerações do País no respeito à verdade, que é um dos pilares da democracia; iluminar como fez o Congresso Nacional naquela noite, cujas luzes acesas denunciavam o andamento do golpe pela via do Legislativo, mesmo após a leitura da carta afirmando que João Goulart estava em território nacional, carta essa redigida pelo inesquecível Senador Darcy Ribeiro, então Chefe da Casa Civil. O documento informava que o Chefe da Nação, no Rio Grande do Sul, encontrava-se “*em pleno exercício de seus poderes constitucionais*”.

Mesmo assim, à revelia da Lei e do Regimento, às 3h45min da madrugada de 2 de abril, acompanhado do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, o Presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, deu posse ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que ficou no cargo menos de 2 semanas, até a consumação do movimento.

A história da história não tem ponto final, especialmente se foi forjada na falsidade e, nesse caso, precisar ser reescrita. Se não podemos revogar páginas da nossa história, podemos e devemos revogar a máxima de Goebbels que “*de tanto se repetir uma mentira, ela acaba se transformando em verdade*”.

Senhoras e senhores, a verdade é a essência da democracia. Por isso a exumação do corpo do Presidente João Goulart, do qual estamos sempre nos despedindo; por isso a Comissão da Verdade, oportunamente criada pela Presidente Dilma Rousseff para levar adiante a arqueologia da nossa verdadeira história. Também por essa iniciativa, que certamente irá contribuir para tornar nossa história recente menos opaca, é que gostaria de cumprimentar a Presidente Dilma Rousseff. Tudo isso – a exumação, a Comissão da Verdade, o cancelamento da sessão, o resgate

histórico – é porque não se constroem homens e nações erguidos sobre mentiras.

Como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, em nome da instituição, peço desculpas pela inverdade patrocinada pelo Estado brasileiro, com a participação do Legislativo e do Judiciário, contra um ilustre brasileiro, nacionalista, patriota e reformista, que talvez tenha conseguido, ao longo da história do Brasil, reunir uma das melhores equipes de governo de todos os tempos.

Antes de encerrar, vou também entregar ao João Vicente Goulart todos os termos de posse no Congresso Nacional, uma cópia dos compromissos prestados perante este Congresso por João Goulart e uma réplica do diploma emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Muito obrigado a todos pela presença. Muito obrigado, mais uma vez, à Presidente Dilma, ao Vice-Presidente Michel Temer, ao Presidente da Câmara dos Deputados, aos Deputados, aos Senadores e aos Ministros pela presença neste dia histórico para o Parlamento e muito histórico para o Brasil.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 18 minutos.)

Sessenta anos do golpe de 1964: da renúncia de Jânio à devolução do mandato de Jango, organizado por Cristiano Ferreira, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Pólen Natural 80g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em abril de 2024, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

A presente edição inclui os textos integrais das seguintes obras:

- A Renúncia de Jânio, de Carlos Castelo Branco;
- Arquivo S: Reação do Congresso Nacional à Renúncia de Jânio, de Ricardo Westin; e
- Sessão do Congresso Nacional: Devolução do Mandato de João Goulart, realizada em atenção ao PDCN 4/2013, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Randolfe Rodrigues.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

